



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35000.000290/2019-94

Interessado: banco bmg s/a, ANA MARIA RABELO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDF

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 147
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 17/09/2020, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1732186** e o código CRC **C2DFD219**.

Referência: Processo nº 35000.000290/2019-94

SEI nº 1732186



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



**SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO
DISTRITO FEDERAL**

FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
SMAS, Trecho 4, Lote 4/6, Bloco 1, 2º andar, Salas 203/204
(61) 3103 1780, CEP 70610-906, Brasília-DF

INSS/PRESIDÊNCIA
COMANDO N.º

481.475.905

Ofício n.º. 200/2019

Brasília, 15 de março de 2019.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Setor de Autarquias Sul - Quadra 2, Bloco O, Asa Sul
Brasília - DF

Previdência Social
SERVIÇO DE PROTOCOLO

35000.000290/2019-94



Assunto: **Art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES N.º 28/2008**

Número do processo: **0700735-36.2018.8.07.0019**

Classe judicial: **RECURSO INOMINADO (460)**

RECORRENTE: ANA MARIA RABELO, BANCO BMG SA

RECORRIDO: BANCO BMG SA, ANA MARIA RABELO

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Senhoria que foi prolatado Acórdão nos autos do(a) RECURSO INOMINADO (460) em epígrafe, em que são partes: **RECORRENTE: ANA MARIA RABELO, CPF: 084.489.731-00e RECORRIDO: BANCO BMG SA - CNPJ: 61.186.680/0001-74.**

Em cumprimento ao determinado no referido Acórdão, encaminho anexos o Acórdão e a certidão de trânsito em julgado, para os fins do art. 52, incisos I a V, da Instrução Normativa INSS/PRES N.º 28/2008.

Atenciosamente,

EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA

Diretora de Secretaria

2º Turma Recursal dos Juizados Especiais do DF

Sutue-ge

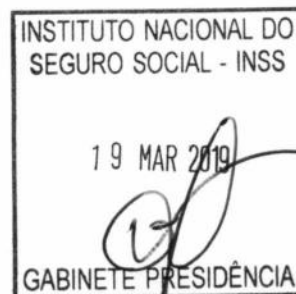
Vinicius Rosa Rodrigues
Chefe do Serviço Técnico
Administrativo do Gabinete
Mat. 1.440.138



Número do documento: 19031514433342600000007518865

<https://pje2i.tjdft.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19031514433342600000007518865>

Assinado eletronicamente por: EMILIA CARMEM DE OLIVEIRA - 15/03/2019 14:43:33



Num. 7689041 - Pág. 1

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



Órgão Segunda Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO
FEDERAL

Processo N. RECURSO INOMINADO 0700735-36.2018.8.07.0019

RECORRENTE(S) ANA MARIA RABELO e BANCO BMG SA

RECORRIDO(S) BANCO BMG SA e ANA MARIA RABELO

Relator Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS

Acórdão N° 1151025

EMENTA

CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE NÃO ATENDE AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 28 DO INSS. NULIDADE DO CONTRATO. DEVER DE RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS DESCONTADAS. COMPENSAÇÃO ENTRE OS VALORES DISPONIBILIZADOS E AS PARCELAS DESCONTADAS DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA PARTE AUTORA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

I. Quando se trata de pretensão de restituição de valores indevidamente cobrados a prescrição é trienal, conforme o estatuído no art. 206, § 3.º, IV do Código Civil. *In casu*, a contratação foi celebrada entre as partes em 18/02/2008 (ID 6494488). Logo, a prescrição deve ser contada dos três últimos anos anteriores à propositura da ação. Como esta foi proposta em 28/02/2018, está prescrita a pretensão de repetição dos valores cobrados antes de 27/02/2017, assim como constou na sentença.

II. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

III. A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.



IV. No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão / Autorização para Descontos nos Benefícios Previdenciários – INSS; ID 5230543), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da cláusula I e da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (ID 6957650).

V. Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.

VI. Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que “estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”.

VII. Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que “da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação”.

VIII. Da leitura dos termos contratuais (ID 5230543), embora esteja em destaque como valor solicitado o montante de R\$2.039,58, o nº de prestações e seus vencimentos, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, tal importância não coincide com aquela que foi disponibilizada a parte autora no mês subsequente à contratação (R\$888,48; ID 6957654, p. 3 e 6957650). Mesma sorte segue a quantia disponibilizada em abril de 2017 (ID 6957654, f. 23 e ID 6957650). Desta forma, a contratação da forma como realizada negou a parte autora o direito à informação.

IX. Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

X. Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados, assim como consignado na sentença.

XI. Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.



XII. Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.



XIII. Recurso conhecidos. Negado provimento ao recurso da parte autora. Recurso da parte ré provido em parte para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator, JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal e ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA NÃO PROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 13 de Fevereiro de 2019

Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS
Relator

RELATÓRIO

Trata-se de recursos inominados interpostos por ambas as partes em face da sentença que, reconhecendo a prescrição parcial da pretensão, julgou procedente em parte os pedidos formulados na inicial para decretar a rescisão do contrato relativo à Reserva de Margem para Cartão de Crédito Consignado – RMC e condenar a parte ré a restituir à parte autora as cinco parcelas mensais de R\$ 41,50 descontadas entre 27/02/2015 e 22/07/2015, bem como os 40 débitos mensais de R\$ 78,80 realizados entre 23/07/2015 e a presente data a título de Reserva de Margem para Cartão de Crédito Consignado – RMC, corrigidos monetariamente pelo INPC e com a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês desde a data de cada desembolso.

A parte autora, em seu recurso, sustenta que a sentença deve ser reformada quanto ao reconhecimento da prescrição parcial. Defende ainda que a devolução dos valores indevidamente descontados deve ocorrer na forma dobrada e que a situação narrada é ensejadora de reparação a título de danos morais.

A parte ré, por sua vez, afirma que a parte autora tinha plena ciência dos termos da contratação, tendo realizado saque de certa quantia que fora disponibilizada em sua conta corrente, de modo que não resta



demonstrado qualquer conduta antijurídica a justificar a restituição dos valores descontados. Pugna pela reforma da sentença e improcedência dos pedidos iniciais. Subsidiariamente, requer a compensação entre o valor creditado na conta da parte autora com os débitos realizados no contracheque desta.

Contrarrazões apresentadas pelas recorrentes (ID 6957733 e ID 6957739).

É o relatório.

VOTOS

O Senhor Juiz ALMIR ANDRADE DE FREITAS - Relator

Recursos próprios e tempestivos. Dispensado o preparo pela parte autora/recorrente ante a concessão da gratuidade de justiça (ID 6494538). Preparo regular pela parte ré/recorrente (ID 6494542-6494544). Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhecimento dos recursos.

Quando se trata de pretensão de restituição de valores indevidamente cobrados a prescrição é trienal, conforme o estatuído no art. 206, § 3.º, IV do Código Civil. Aplicável o entendimento manifestado pelo c. STJ no REsp. 1360969/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 19/09/2016. No caso, a parte recorrente afirma ter celebrado contrato de mútuo com a parte recorrida, porém não aderiu à modalidade de Reserva de Margem Consignável (RMC), nem sabe se celebrou o contrato que ainda permanece sendo descontado em seu benefício previdenciário. *In casu*, a contratação foi celebrada entre as partes em 18/02/2008 (ID 6494488). Logo, a prescrição deve ser contada dos três últimos anos anteriores à propositura da ação. Como esta foi proposta em 28/02/2018, está prescrita a pretensão de repetição dos valores cobrados antes de 27/02/2017, assim como constou na sentença.

A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54).

A teor do disposto no art. 6º, incisos III e V, do CDC, são direitos básicos do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço.

No caso, apesar do nome conferido ao contrato (Termo de adesão / Autorização para Descontos nos Benefícios Previdenciários – INSS; ID 5230543), trata-se de um negócio jurídico para outorga de crédito, como se depreende da cláusula I e da forma de liberação do crédito, que se faz por meio de transferências eletrônicas - TEDs (ID 6957650).

Por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente



previstos; número e periodicidade das prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC.



Semelhante disposição foi replicada na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS que “estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de empréstimos e cartão de crédito, contraídos nos benefícios da Previdência Social”.

Os artigos 21 e 21-A da referida instrução, estabelecem, dentre outras disposições que merecem destaque, que o contrato de cartão de crédito consignado firmado entre a instituição financeira e o beneficiário do INSS deve conter “o tipo de operação realizada (cartão de crédito, reserva de margem consignável), indicado de forma clara e objetiva, discriminando com clareza sua forma de pagamento” (VI, art. 21-A) e informações quanto “ao montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros” (“a”, VII, art. 21-A); “aos acréscimos legalmente previstos” (“b”, VII, art. 21-A); “ao número e periodicidade das prestações, incluindo seus termos inicial e final”; (“c”, VII, art. 21-A) e “à soma total a pagar, com e sem financiamento” (“d”, VII, art. 21-A), destacando, ainda, em seu parágrafo único que **“da omissão de qualquer uma das informações disciplinadas nos incisos de I a VII do caput, a operação será considerada irregular e não autorizada, sendo motivo de exclusão da consignação”**.

Da leitura dos termos contratuais (ID 5230543), embora esteja em destaque como valor solicitado o montante de R\$2.039,58, o nº de prestações e seus vencimentos, a taxa de juros, IOF, tarifa e custo efetivo total, tal importância não coincide com aquela que foi disponibilizada a parte autora no mês subsequente à contratação (R\$888,48; ID 6957654, p. 3 e 6957650). Mesma sorte segue a quantia disponibilizada em abril de 2017 (ID 6957654, f. 23 e ID 6957650). Desta forma, a contratação da forma como realizada negou a parte autora o direito à informação.

Além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito, o que impede o acompanhamento da evolução da dívida e que, apesar dos descontos efetuados mensalmente em seu benefício, não há significativo abatimento do valor devido, o que configura uma dívida excessivamente onerosa.

Diante do cenário apresentado, verifica-se que a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação, deixando de inserir nos termos de contratação, dados especificados na Instrução Normativa nº 28/2008 do INSS, impondo-se a declaração de nulidade do contrato e a restituição dos valores descontados, assim como consignado na sentença.

Contudo, a fim de evitar o enriquecimento sem causa do consumidor, deve ser feita a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora, o que pode ser obtido mediante simples cálculo no momento do cumprimento de sentença.

Por derradeiro, não há que se falar em dano moral indenizável, pois o consumidor manifestou vontade de contrair empréstimo consignado, de forma que seriam realizados descontos diretamente na sua fonte de pagamento. A abusividade reside na forma da contratação, que não foi suficientemente esclarecida, não tendo sido observadas com rigor as normas que disciplinam a espécie contratual. Em que pese a nulidade decorrente da inobservância do ordenamento jurídico para a contratação, não houve reflexo em direito de personalidade do consumidor, que se valeu do numerário que lhe foi disponibilizado.



Ante o exposto conheço os recursos interpostos, negando provimento ao recurso da parte autora e dando provimento em parte ré para determinar a compensação entre o valor descontado do benefício de aposentadoria e aquele transferido para a conta da parte autora. Para tanto, os valores depositados em favor da parte autora, deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data de cada depósito/transferência eletrônica e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação. Já os valores descontados pela parte ré do benefício previdenciário da requerente, deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC desde a data de cada desconto em folha e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação.

Condeno a parte autora/recorrente vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, contudo suspendo a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do NCPC.

Custas recolhidas pela parte ré/recorrente. Sem honorários ante o provimento parcial de seu recurso, a teor do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

Oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52 da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora.

É como voto.

O Senhor Juiz JOÃO LUIS FISCHER DIAS - 1º Vogal

Com o relator

O Senhor Juiz ARNALDO CORRÊA SILVA - 2º Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA NÃO PROVIDO. RECURSO DA PARTE RÉ PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME





TJDFT Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS



FÓRUM DESEMBARGADOR JOSÉ JÚLIO LEAL FAGUNDES
Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal

Número do processo: 0700735-36.2018.8.07.0019
Classe judicial: RECURSO INOMINADO (460)
Assunto: [Antecipação de Tutela / Tutela Específica]
RECORRENTE: ANA MARIA RABELO, BANCO BMG SA
RECORRIDO: BANCO BMG SA, ANA MARIA RABELO

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que, à 00:00:00 de **15 de março de 2019**, decorreu o prazo legal sem que fosse interposto recurso ao acórdão. Assim, remeto este processo ao juizado especial de origem.

Brasília-DF, 15 de março de 2019.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 20 / 03/2019

Ref.: Processo nº 35000.000290/2019-94 (SIPPS nº 481.475.905)

Int.: SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL -TJDFT

Ass.: Suspender os descontos – Processo nº0700735-36.2018.8.07.0019 – ANA MARIA RABELO e BMG.

1. Trata-se de Acórdão e certidão de trânsito em julgado.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios, para conhecimento e providências pertinentes, conforme art. 52, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008.

Sidarta Costa de A. Souza
SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA
Chefe de Gabinete da Presidência

ms_despgab_56



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº134/INSS/CGGPB/DCONB

Recebido em 04/04/19.
013/16 99080



Brasília, 03 de abril de 2019.

Ao Senhor
EDUARDO MAZON
Diretor do Banco BMG S/A
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 10º, 11º, 13º e 14º andares - parte Cond. Ed.
S Luiz, Vila Nova Conceição
CEP 04.543-000 - SAO PAULO/SP

Assunto: Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – Notificação
Ref.: Ofício 200/2019/ SEGUNDA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL
Processo Administrativo: 35000.000290/2019-94

Senhor Diretor,

1. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela Dirben, nos casos de: grifo nosso

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS; grifo nosso

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação;

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 - Bloco O - 8º andar, - CEP 70070-946 - Brasília - DF
cgppb@inss.gov.br

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea "b" do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro. Fls. 08

§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão mantidas, independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção. Rubrica: [assinatura]

§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

2. A recomendação foi motivada pela condenação do Banco BMG S/A, no processo relacionado abaixo, transitado em julgado, após recurso interpostos por ambas as partes, provido em parte, onde o banco foi condenado por conduta irregular em relação ao contrato de cartão, celebrado junto a beneficiário da Previdência Social.


Ofício	Processo	Recorrido	CPF	NB	Contrato
200/2019	0700735-36.2018.8.07.0019	ANA MARIA RABELO	084.489.731-00	030.712.000-7	6304070

3. As conclusões foram de que o banco não forneceu informação suficiente à beneficiária quanto à sistemática do funcionamento dos contratos, ferindo os preceitos do Código de Defesa do Consumidor. O banco foi condenado a suspensão imediata dos contratos e a compensação entre o valor descontado da aposentadoria e o valor depositado na conta da autora, devidamente corrigido.

4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos art. 5º, inciso LV da CF, antes da aplicação da recomendada penalidade, concedemos a essa Instituição, prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do presente ofício para apresentação de defesa.

5. Enviamos em anexo, ofícios com as decisões judiciais em questão.

Atenciosamente,


ANGELA REGINA LIMA DE OLIVEIRA
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios

Carlos Adolfo Junqueira de Castro
Juscelino Teixeira Barbosa Filho
Ana Cristina Goulart de Mendonça Santos
Alexandre Junqueira de Castro
Tristão Tavares Santos
Letícia Madureira Horta Canabrava
Rafael de Souza Oliveira Penido
Ivan Almeida Carvalho
Paulo Roberto de Oliveira Elias
Vinicius Teixeira Pinheiro
Marcelo Vital de Sales Andrade
Bruno Cunha de Castro
Raquel Colares Sartore
Nathália Álvares Campos Fontão
Kátia Yumi Biancardi
Bruno Assumpção Costa
Arthur Thomazi Moreira
Ciro Starling Teixeira
Ana Carolina Araújo Barbosa de Assis
André Botelho de Abreu Sampaio
Romelita Tavares Santos Alvim
Maruf Mattar Netto
Carolina Bujaude Hadad Antonio



BARBOSA, CASTRO & MENDONÇA
Advogados Associados

Marcus Lage Pinto
Mauricio Galdino Quirino Junior
Bernardo De Castro Viglioni Geraci
Daniella Coelho Brandão Xavier
Paula Cambráia de Paiva
Diego de Sousa Pugas
Matheus Mattar Pereira Soares Senna
Daniel Alves Lima da Silva
Italo Lima Santana Moreira
Paula Oliveira Julio
Lucas Guimarães Lima
Arthur Mansur de Calais
Isabela Guerra de Carvalho Lage
Luiza Teixeira de Assis
Mariana Leite Goes dos Santos
Henrique de Oliveira Freitas Rosa
André Girundi de Paula
Luizza Carvalho de Souza
Mariana Novy Dias
Pedro Henrique Fernandes Pato Fraga
Pedro Valle Vargas Maia Portes
Carolina Nacif Magalhães

Ao

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

A/C da Divisão de Consignações em Benefícios

Att.: Dra. Angela Regina Lima de Oliveira – Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02 – Bloco O – 8.º andar

Brasília/DF

CEP 70070-946



Ref. Ofício n.º 134/INSS/CGCPB/DCONB

BANCO BMG S.A. ("BMG"), com sede e foro na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, 04543-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, neste ato devidamente representado por seu representante legal, tendo em vista o recebimento do ofício em questão, vem, tempestivamente, apresentar sua **DEFESA** a esta respeitável autarquia federal, conforme adiante exposto:

I – BREVE SÍNTESE DO PROCESSADO

1. O BMG recebeu o ofício supra referenciado, cujo assunto é "Aplicação de Penalidade previstas no Art. 52 da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008 – Notificação", sendo que seus termos são os seguintes:

"(...)

Senhor Diretor,

Recebido em 12/04/2019
às 10h25m.

Angela Regina L. de Oliveira
Chefe da Divisão de Consignações
de Benefícios
DCONB/CGGPB

Belo Horizonte/MG - Rua Sergipe, 1293 Funcionários - CEP 30.130-174 - Tel: 55 31 3507-1500
São Paulo/SP - Avenida Paulista, 326, conj. 28-29, Bela Vista - CEP 01.310-902 - Tel: 55 11 3262-3525
www.barbosacastro.com.br



1. Em atenção à recomendação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, de aplicação das penalidades previstas no art. 52, incisos I a V (transcritos abaixo) da Instrução normativa nº 28/INSS/PRES de 16/05/2008 – IN 28/2008, solicitamos manifestação desta Instituição.

Art. 52. Constatadas irregularidades nas operações de consignação/retenção/RMC realizadas pelas instituições financeiras ou por correspondentes bancários a seu serviço, na veiculação, na ausência de respostas ou na prestação de informações falsas ou incorretas aos beneficiários, sem prejuízo das operações regulares, o INSS aplicará as seguintes penalidades:

I - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC pelo prazo de cinco dias úteis a partir da data do recebimento pela DIRBEN, nos casos de:

a) reclamações ou recomendações oriundas de órgãos de fiscalização e/ou de defesa do consumidor, por prática lesiva ao beneficiário, referente à concessão de créditos; ou

b) sentenças judiciais transitadas em julgado em que a instituição financeira tenha sido condenada por prática lesiva ao beneficiário ou ao INSS;

II - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC, pelo prazo mínimo de cinco dias e enquanto perdurar o motivo determinante, nos seguintes casos:

a) não atendimento ao disposto nos §§ 3º e 5º do art. 47, art. 48 e inciso I do parágrafo único do art. 49 desta Instrução Normativa; ou

b) descumprimento das cláusulas do convênio ou das instruções emanadas pelo INSS;

III - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por 45 dias corridos, a contar da comunicação, quando for confirmada a existência de ocorrência que contrarie o disposto no inciso II do art. 3º e inciso I do art. 15, independentemente dos procedimentos estabelecidos no art. 46 desta Instrução Normativa;

IV - suspensão do recebimento de novas consignações/retenções/RMC por um ano, na hipótese de reincidência da situação prevista no inciso III, a contar da notificação formal à instituição financeira; e

V - rescisão do convênio e proibição de realização de um novo convênio pelo prazo de cinco anos, contados da data da notificação:

a) na hipótese de reincidência na ocorrência de que trata o inciso III, após o cumprimento da suspensão prevista no inciso IV; e

b) na ocorrência de dez incidências consecutivas ou concomitantes no cometimento dos motivos ensejadores da suspensão de que trata a alínea b do inciso II, dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º As suspensões a que se referem os incisos II, III e IV deste artigo serão mantidas, independentemente da expiração do prazo estabelecido, até a conclusão da análise da Dirben sobre a manifestação apresentada pela instituição financeira de cada situação que deu causa à sanção.

§ 2º A Dirben poderá, sempre que tomar ciência de atos lesivos ao beneficiário ou à imagem do INSS, inclusive com publicidade enganosa ou abusiva, suspender o recebimento de novas averbações da instituição financeira até que esta apresente as informações conclusivas que justifiquem ou contradigam tais atos.

§ 3º No caso de publicidade enganosa ou abusiva comprovada, a instituição financeira deverá se retratar ou corrigir a informação



divulgada no mesmo veículo de comunicação então utilizado e, no mínimo, com igual espaço e destaque.

2. A recomendação foi motivada pela condenação do Banco BMG S/A, no processo relacionados abaixo, transitado em julgado, após recurso interpostos por ambas as partes, provido em parte, onde o banco foi condenado por conduta irregular em relação ao contrato de cartão, celebrado junto a beneficiários da Previdência Social.

Ofício	Processo	Recorrido	CPF	NB	Contrato
200/2019	0700735-36.2018.8.07.0019	ANA MARIA RABELO	084.489.731-00	030.712.000-7	6304070

3. As conclusões foram de que o banco não forneceu informações suficiente à beneficiária quanto à sistemática do funcionamento dos contratos, ferindo os preceitos do Código de Defesa do Consumidor. O banco foi condenado a suspensão imediata dos contratos e a compensação entre o valor descontado da aposentadoria e o valor depositado na conta da autora, devidamente corrigido

4. Em atendimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos art. 5º, LV da CF, antes da aplicação da recomendada penalidade, concedemos a essa Instituição, prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do presente ofício para apresentação de defesa. Enviar também cópia dos contratos, cópia das faturas enviadas à beneficiária.

5. Enviamos em anexo, ofícios com as decisões judiciais em questão.

Atenciosamente,

(...)" - grifou-se.

2. Constata-se que o ofício retro se fez acompanhado de 1 (um) ofício subscrito, pela Diretora de Secretaria da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Dra. Emilia Carmem de Oliveira, no qual está anexado o respectivo acórdão proferido pelo referido órgão jurisdicional, donde se verifica que figurou como Juiz Relator, o Dr. Almir Andrade de Freitas, o qual fez constar a seguinte ordem em seu voto: "oficie-se ao INSS, em atenção ao disposto no art. 52, da IN 28/INSS, bem como para que suspenda os descontos referentes a RMC no benefício da parte autora."

3. Sobressai, portanto, que o ofício recebido pelo BMG, decorre de uma recomendação emanada pelo citado Magistrado em acórdão de sua relatoria, a qual visa, expressamente, a aplicação de sanção prevista no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, delimitada na alínea "b" do inciso I do citado dispositivo legal, em virtude da existência de sentença judicial transitada em julgado.



4. Registre-se desde já que, no acórdão que acompanha o ofício ora defendido, **NÃO HOUVE CONDENAÇÃO DO BANCO AO PAGAMENTO DE DANOS MORAIS À CONSUMIDORA/BENEFICIÁRIA ANA MARIA RABELO**, sendo certo que se verifica que, a dita recomendação ordenada pelo Magistrado, é idêntica à que consta do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, que também decorre de expediente encaminhada pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, em relação a qual o Banco também já apresentou sua defesa perante esta Eg. Autarquia.

5. Certo é d. Julgadora, que conforme se demonstrará adiante, a recomendação do citado Magistrado não merece prosperar, quer seja pelos fatos e fundamentos apresentados preliminarmente na presente defesa, quer seja pelas alegações meritórias, que também atestam a inexistência de qualquer "*prática lesiva*" adotada pelo BMG – *que no caso em exame, sequer foi condenado ao pagamento de indenização por danos morais, reitere-se*, que justifique/motive a aplicação da severa sanção cominada no ofício em relação ao qual se apresenta a presente defesa.

6. De fato, salta aos olhos a inexistência de razões e motivações fáticas e/ou jurídicas - *e muito menos se mostra razoável e proporcional* - para a aplicação de qualquer sanção a esta instituição financeira em decorrência dos fatos tratados neste procedimento, requerendo assim desde já o BMG, com a *devida maxima venia*, seja ordenado o pronto arquivamento deste procedimento, conforme fundamentos a seguir expostos.

II – PRELIMINARMENTE – QUESTÃO DE ORDEM - DA NECESSIDADE DE REUNIÃO DO PROCEDIMENTO ORIUNDO DESTES OFÍCIO N.º 135/INSS/CGCPB/DCONB COM O PROCEDIMENTO DECORRENTE DO OFÍCIO N.º 92/INSS/CGCPB/DCONB EM FUNÇÃO DE IDENTIDADE DE FATOS E FUNDAMENTOS QUE DELIMITAM OS OBJETOS DOS MESMOS

7. Como dito linhas atrás, o procedimento do ofício ora defendido é idêntico ao do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, já que ambos decorrem da indevida recomendação oriunda da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal de aplicação de sanção prevista no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008 ao BMG, em função da ocorrência de sentenças judiciais transitadas em julgado em desfavor do BMG, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.



8. Registre-se que, o teor do ofício deste procedimento, oriundo da Secretaria da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, subscrito pela Dra. Emilia Carmem de Oliveira, é idêntico aos demais ofícios que integram o procedimento também instaurado nesta Eg. Autarquia, sob o n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, em relação ao qual o BMG também apresentou sua defesa, a qual é ratificada *in totum* também para o presente caso.

9. Assim, em função dos princípios processuais vigentes, especialmente da economia processual e segurança jurídica, e ante à manifesta identidade de fatos, fundamentos e sanção cominada, requer o BMG a reunião de ambos os procedimentos num único expediente, até mesmo para se evitar a prolação de decisões conflitantes entre si, e assim se preservar o consagrado princípio constitucional do devido processo legal.

10. Demonstrada, pois, a questão de ordem preliminar que deve ser enfrentada e solucionada na espécie, o BMG passa a demonstrar adiante que é completamente incabível a aplicação de qualquer sanção *in casu*, seja pelos vícios que acometem este procedimento logo em seu nascedouro, ou até mesmo pela flagrante perda de objeto, e ainda, pelo fato de que, também meritoriamente, não se constata a presença dos mínimos requisitos legais necessários à aplicação de qualquer sanção a esta Instituição.

III – PRELIMINARMENTE – DA AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO MAGISTRADO PARA RECOMENDAR AO INSS QUE APLIQUE SANÇÕES AO BMG

11. Conforme adiantado no tópico anterior, tem-se que o presente processo emerge de uma recomendação expressa de um Magistrado integrante da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que de maneira isolada e individualizada, fez constar, de maneira totalmente indevida e ilegal, ordem para que seja oficiada esta Eg. Autarquia, "*em atenção ao disposto no art. 52, da IN 28/INSS.*"

12. Certo é que, à luz da Carta Magna - *que numa de suas cláusulas pétreas prevista logo em seu artigo 2.º preceitua a **independência** entre os três poderes da União, tem-se que o Magistrado retro citado extrapolou os limites de sua competência, ao recomendar expressamente ao INSS a aplicação das sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, e isto, sem que tenha ficado comprovada e delimitada, de forma expressa e individualizada, qualquer prática lesiva do BMG em desfavor da consumidora listada no ofício ora respondido, a qual sequer obteve êxito quanto ao seu pleito de condenação do BMG ao pagamento de indenização por supostos danos morais, o que por si*

só, também já é o suficiente para demonstrar a inexistência de qualquer "prática lesiva", in casu.

13. Fato é que, meritoriamente, demonstrar-se-á que não se pode considerar como "prática lesiva", a mera alegação do consumidor de que não celebrou o contrato, quando na realidade, conforme documentos anexos, constata-se que de fato houve sim, a celebração do contrato por parte do consumidor, tendo como objeto o cartão de crédito consignado, com autorização expressa de desconto do valor mínimo da fatura do cartão de crédito consignado em seu benefício previdenciário.

14. Antes de se aprofundar nas questões meritórias, porém, cumpre demonstrar que o Magistrado em voga, integrante do Poder Judiciário, não detém competência de recomendar uma sanção administrativa junto a um outro Poder da União, mormente quando o mesmo sequer detém competência funcional para conhecer e julgar qualquer questão envolvendo esta Eg. Autarquia Previdenciária, a qual é submetida à competência e jurisdição da Justiça Federal, e não de um Tribunal Estadual, tal como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT.

15. Aliás, aqui cabe esclarecer que, a equivocada recomendação recebida por esta Eg. Autarquia, não partiu do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT como se fez constar no ofício ora respondido, pois se assim fosse, evidentemente que a mesma estaria subscrita pelo Presidente daquele Eg. Tribunal, o que definitivamente não ocorreu na espécie.

16. O que ocorreu na realidade é que, tal como dito, um Magistrado integrante da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, extrapolou os limites de sua competência, para recomendar, com base no seu entendimento pessoal, isolado e equivocado, *data venia*, a aplicação de sanções ao BMG por esta Eg. Autarquia, sem que estejam presentes quaisquer dos requisitos legais para tal.

17. Prova disto, **é o fato de que a postulação judicial da beneficiária/consumidora de condenação do BMG ao pagamento de indenização por danos morais sequer foi acolhido pela própria Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que proferiu um julgamento viciado, com tremendo *ERROR IN JUDICANDO*, atentando flagrantemente com as disposições regentes da matéria, notadamente as previstas na Lei 10.820/2003 e na Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008.**



18. Veja Exma. Julgadora, que a ultrapassagem dos limites da competência por tal Magistrado é gritante, pois o mesmo não se limitou em apenas remeter ou dar ciência a esta Autarquia a respeito dos termos do acórdão por ele relatado, mas o fez com recomendação expressa para "*atenção ao disposto no art. 52 da IN n.º 28/INSS*", o que implica em nulidade deste procedimento já em seu nascedouro, por violação expressa do disposto no art. 2.º da Constituição Federal de 1988.

19. Fato é que jurisprudência reiterada e consolidada do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** é no sentido de que **não cabe ao Poder Judiciário interferir no mérito do ato administrativo** e assim, evidentemente, é totalmente descabida a atitude do Magistrado de recomendar a aplicação de sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, e isto, repita-se, sem que tenha ficado comprovada e delimitada, de forma expressa e individualizada, qualquer prática lesiva do BMG em desfavor da consumidora Ana Maria Rabelo, tanto que, sequer lhe foi deferido o pleito de danos morais.

20. Tanto é assim que, em recente julgamento do AgInt nos EDcl no REsp 1458777/RS ocorrido em **03/04/2018**, de Relatoria do Ministro **BENEDITO GONÇALVES**, integrante da Primeira Turma, afirmou-se na Corte Superior que, "*observadas todas as formalidades e requisitos legais inerentes ao ato administrativo, não cabe ao Poder Judiciário interferir em seu conteúdo, sob pena de indevida afronta à independência dos poderes.*"

21. Ainda, cumpre observar que somente em situações excepcionais se é tolerado que o Poder Judiciário faça a análise e o controle do ato administrativo, e isto, evidentemente, somente a posteriori, **não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade**, o que corrobora sobremaneira a tese ora defendida, no sentido de que a recomendação exarada pelo Magistrado de abertura do presente procedimento e aplicação de sanções previstas no art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008, é absolutamente ilegal e abusiva, o que acaba por viciar este procedimento com uma inarredável nulidade absoluta logo em seu nascedouro, já que sequer poderia ter sido instaurado em decorrência de uma recomendação ilegal, *data venia*. Confira-se este entendimento também expressado pelo **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, em recentíssimo julgamento deste ano de 2019, a saber:

ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. INCURSÃO NO MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PENA APLICADA. PROPORCIONALIDADE. PARÂMETROS. MAGISTRADO. CONDUTA





INCOMPATÍVEL COM A DIGNIDADE, HONRA E DECORO DAS FUNÇÕES. SANÇÃO. ADEQUAÇÃO.

1. No controle jurisdicional do processo administrativo, a atuação do Poder Judiciário limita-se ao campo da regularidade do procedimento, bem como à legalidade do ato, não sendo possível nenhuma incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade.

2. É firme o entendimento de que é possível o exame da penalidade imposta, acerca da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação da pena, já que estaria relacionada com a própria legalidade do ato administrativo.

3. Nos termos do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, a Administração obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa e contraditório, devendo os referidos postulados ser observados inclusive na aplicação dos atos sancionatórios.

4. Especificamente em relação à proporcionalidade, alguns parâmetros devem ser adotados, sendo três as balizas a serem observadas: i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido; ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso; iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar.

5. Do magistrado exige-se comportamento ético, moral, ilibado e probo tanto na vida pública como na particular, devendo agir sempre de forma compatível com a relevante função que exerce, conforme inteligência do Código de Ética da Magistratura, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça em agosto de 2008, que estabeleceu preceitos complementares aos deveres funcionais dos juízes que emanam da Constituição Federal, do Estatuto da Magistratura e das demais disposições legais.

6. Hipótese em que mostra-se correta a aplicação da pena de aposentadoria compulsória com proventos proporcionais à magistrada ante a prática de conduta gravíssima, incompatível com a dignidade, honra e decoro de suas funções, qual seja, a determinação de busca e apreensão de armas que estariam em poder, supostamente, de um morador do condomínio no qual ela residia, sem provocação do Ministério Público ou de autoridade policial, diligência que ela conduziu pessoalmente, e, ainda, o confisco de câmera fotográfica e a voz de prisão dada à empregada doméstica da residência. Aplicação do art. 56, II, da LC 73/1979.

7. Recurso desprovido.

(RMS 33.671/RJ, Rel. Ministra **REGINA HELENA COSTA**, Rel. p/ Acórdão Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe **14/03/2019**)

22.

Ora, fato é que, os termos do ofício ordenado pelo Magistrado a esta Eg. Autarquia, contém manifesta interferência e ingerência na administração pública do Poder Executivo, na medida em que expressamente recomenda a aplicação de uma sanção administrativa, cujas conveniência e oportunidade devem ficar restritas a esta própria Autarquia, sem qualquer interferência de qualquer integrante de um Poder alheio, tal como

o Judiciário e/ou Legislativo, sendo certo que, como dito, o ofício recebido por esta Eg. Autarquia, sequer delimita e individualiza a suposta - e *inexistente* - prática lesiva imputada ao BMG, o que reforça ainda mais a ilegalidade deste procedimento, já que o BMG se vê numa situação de apresentar uma defesa em relação a uma conclusão subjetiva, isolada e individual de um integrante de um Poder alheio, que sequer detém competência para tal, conforme demonstrado.

23. Neste ponto, vale reforçar a manifesta desproporcionalidade do ato praticado por uma autoridade flagrantemente incompetente, eis que, como dito, no caso da consumidora Ana Maria Rabelo que foi objeto do indevido ofício determinado com ilegal recomendação de sancionamento do BMG, subsiste relação contratual devidamente formalizada entre as partes, sobre a qual, a consumidora, aparentemente, divergiu em relação à forma de execução, o que definitivamente, não pode ser considerado como "*prática lesiva*" para fins de aplicação da sanção prevista na alínea "b" do inciso I do art. 52 da IN INSS/PRES n.º 28/2008 – *até porque, como dito, sequer houve condenação ao pagamento de danos morais*, sobressaindo daí, a manifesta ausência de competência do citado Magistrado para avaliar, sob a ótica da autoridade administrativa competente, ou seja, desta própria Autarquia Previdenciária, a oportunidade e conveniência de se sancionar o BMG à luz dos seguintes princípios que devem reger o ato administrativo tal como asseverado pelo STJ no julgamento invocado linhas atrás, quais sejam:

"i) adequação - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido;

ii) necessidade - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso;

iii) proporcionalidade em sentido estrito - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar."

24. D. Julgadora, é evidente que não há possibilidade de se aplicar a pretendida sanção ao BMG frente aos fatos em voga, eis que, além do vício intransponível ora apontado que acomete o presente procedimento, há que se destacar que o crédito consignado trata-se de uma modalidade de concessão de crédito no mercado de consumo relativamente nova, a qual vem passando por constantes aprimoramentos não só por parte das instituições financeiras atuantes no mercado pátrio, mas também por parte desta Eg. Autarquia Previdenciária, tudo de forma a conferir a mais absoluta segurança e solidez para todas as partes envolvidas, e especialmente para o próprio consumidor.



25. Ademais, é público e notório o considerável volume de transações realizadas por consumidores envolvendo esta linha de crédito que se demonstra infinitamente vantajosa frente às demais linhas de crédito disponíveis no mercado financeiro, com taxa de juros infinitamente inferiores em relação às demais, sendo certo que não se revela proporcional e adequado, que venha o BMG sofrer severa sanção tal como a indevidamente recomendada por um integrante do Poder Judiciário em ato que extrapola sua competência e atenta contra a independência dos Poderes, frente a um único contrato celebrado se comparado com o volume total de transações, o qual foi efetivamente celebrado pela consumidora conforme se comprova pelos documentos anexos, não subsistindo, pois, qualquer prática lesiva do BMG, tanto que tal consumidora sequer logrou êxito quanto a sua pretensão judicial de condenação do BMG ao pagamento de indenização por danos morais ao seu favor.

26. Daí que, se demonstrará adiante, que a par da intransponível preliminar ora apresentada, que por si só já leva à necessidade de pronto arquivamento deste procedimento pelo vício constatado logo em seu nascedouro, atualmente, há inclusive a perda de objeto do presente processo face à edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, a qual, visa justamente, eliminar ao máximo, a possibilidade do consumidor que celebrou determinado contrato com uma instituição financeira envolvendo o crédito consignado, venha futuramente alegar desconhecimento acerca da contratação, ou alegar qualquer vício de consentimento e/ou informação quanto ao objeto que está contratando e a sua forma de execução, o que reforça ainda mais a necessidade de arquivamento do presente procedimento sem a aplicação de qualquer sanção ao BMG, o que se requer desde já.

**IV – PRELIMINARMENTE - DA PERDA DO OBJETO
DESTE PROCEDIMENTO EM FUNÇÃO DA EDIÇÃO DA
INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS Nº 100 DE 28/12/2018
PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM
31/12/2018 COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/04/2019**

27. Excelentíssima Julgadora, de plano, também cumpre suscitar relevante questão que implica na perda de objeto do presente procedimento, o qual, como demonstrado no tópico anterior, também padece de vício insanável constatado logo em seu nascedouro.

28. Certo é que, a disseminação do crédito consignado no mercado de consumo pátrio, se deu após a edição da Lei 10.820/2003.



29. Fato é que, seguindo a exegese legislativa da Lei 10.820/2003, emergiram inúmeros outros atos normativos estaduais e municipais dispondo acerca da concessão e operação do crédito consignado no âmbito de suas respectivas competências, sendo certo que, no âmbito da Previdência Social Federal, a Instrução Normativa n.º INSS/PRES n.º 28/2008 veio a regulamentar a concessão de crédito consignado aos beneficiários do INSS.

30. Urge ressaltar ainda que, inicialmente, o crédito consignado limitava-se à operação de empréstimo consignado, sendo certo que, posteriormente, foi facultada por disposição de Lei expressa, a contratação do cartão de crédito consignado, no qual, em suma, o consumidor autoriza a averbação da contratação em sua RMC – Reserva de Margem Consignável, para que o valor mínimo de pagamento da fatura de seu cartão contratado seja descontado em folha de pagamento.

31. Ressalte-se que, tanto as operações de empréstimo consignado quanto de cartão de crédito consignado, possuem encargos remuneratórios bastantes inferiores se comparados com as operações de créditos comuns assemelhadas, ou seja, empréstimo pessoal e cartão de crédito convencional, constituindo, portanto, uma linha de crédito extremamente vantajosa para o consumidor.

32. Não à toa e não raramente que, dado ao estrondoso volume de contratações, foi necessário tanto para esta Eg. Autarquia Previdenciária quanto para as próprias Instituições Financeiras, buscarem o constante aprimoramento e evolução quanto à concessão e operacionalização desta linha de crédito no mercado de consumo pátrio, visando à máxima garantia de segurança e solidez das operações para todas as partes envolvidas (consumidor, fornecedor – *instituição financeira*, e INSS).

33. Neste diapasão, ao longo da evolução do crédito consignado, aprimorou-se as instruções normativas editadas por esta Autarquia Federal, assim como aprimorou-se os instrumentos contratuais utilizados pelas instituições financeiras, principalmente quando se deparou com situações onde foram constatados problemas na oferta, contratação e operacionalização/execução das relações envolvendo os consumidores, instituições financeiras e INSS, isto, tanto no que diz respeito ao empréstimo consignado quanto ao cartão de crédito consignado.

34. Por outro lado, é inegável os benefícios auferidos pelos próprios consumidores com a manutenção e aprimoramento desta linha de crédito, já que

não mais ficam refém das elevadas taxas de juros inerentes ao crédito pessoal e ao cartão de crédito convencional.

35. Contudo, é fato público e notório que, em algumas relações contratuais entre consumidores e instituições financeiras emergem divergências no decorrer da execução contratual, o que é natural, evidentemente, até porque, se está examinando um universo de milhões de contratos em andamento, sendo este fato inerente tanto aos contratos cuja linha de crédito seja o consignado, como também nos próprios contratos envolvendo as linhas de créditos convencionais.

36. Aliás, há que se registrar que tais divergências no decorrer das relações contratuais não são privilégios do setor financeiro, eis que também são públicas e notórias divergências contratuais no setor de telefonia, planos de saúde suplementar, construção imobiliária, dentre outros setores, onde subsistem milhões de contratações em andamento.

37. E na grande maioria das vezes, tem-se que tais divergências são sanadas por meio de demandas individuais, onde não necessariamente se verifica a existência de prática lesiva por qualquer uma das partes, mas desentendimentos sanáveis e reparáveis, excetuando-se, evidentemente, situações dolosas, que aí sim devem ser objeto de sanções mais severas, o que definitivamente não ocorre *in casu*.

38. Com efeito, com a implantação e evolução do cartão de crédito consignado no mercado de consumo pátrio, foi-se observando a dificuldade de uma determinada gama de consumidores em compreender exatamente o real alcance do produto, assim como sua distinção em relação ao empréstimo consignado.

39. Aqui vale registrar que, não raras às vezes, o consumidor, pretendendo contratar crédito, não mais possui margem consignável para um empréstimo consignado, e assim opta, de forma consciente, por contratar o cartão de crédito consignado, e posteriormente, alega maliciosamente, não ter sido devidamente informado do mecanismo e funcionamento do cartão de crédito consignado, com vias de revisar ou anular a contratação por ele celebrada através de sua livre e espontânea vontade.

40. Aliás, já se tem constatado um movimento arquitetado por grupos de advogados que orientam os consumidores a deturparem a realidade dos fatos, visando à tentativa de enriquecimento ilícito decorrente da revisão ou anulação da contratação, bem como postulação de danos morais, fomentando assim, infelizmente, a denominada "indústria do dano moral".





41. Certo é que, *in casu*, conforme se comprova pelo documentos anexos, **também se está diante de um processo judicial onde a consumidora ANA MARIA RABELO também foi representada pelas advogadas Dras. Debora Rodrigues Affonso (OAB/DF 15.690) e/ou Cirene Estrela (OAB/DF 15.338), que também representaram 6 (seis) dos 8 (oito) consumidores cujos processos integraram o Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, e também a consumidora objeto do Ofício n.º 135/INSS/CGCPB/DCONB, os quais também foram rebatidos pelo BMG**, sendo que todas as petições iniciais são pautadas na mesma narrativa, ou seja, os consumidores pensavam estar contratando empréstimo consignado, quando na realidade, contrataram cartão de crédito consignado.

42. O problema é que vários de tais consumidores, não só utilizaram o cartão de crédito consignado contratado para fins de realização de saque, **mas também para compras, tal como comprovado na defesa apresentada em relação ao Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, sendo também este o caso da consumidora em questão, ANA MARIA RABELO**, o que reforça sobremaneira a tese de que não se pode descartar que tais consumidores estejam sendo previamente orientados a alterar a verdade dos fatos, o que é lamentável, evidentemente.

43. E diante deste cenário, é que se buscou constante aprimoramento da oferta e contratação do cartão de crédito consignado, sendo certo que, no âmbito do BMG, foi-se aprimorando os instrumentos contratuais, de modo que não pairasse quaisquer dúvidas ao consumidor, de que o mesmo está diante de uma contratação de cartão de crédito consignado e não empréstimo consignado.

44. Exemplificando tal fato, cumpre registrar que há anos, o BMG só permite a contratação de cartão de crédito consignado em instrumento contratual específico, onde só há a possibilidade de se realizar a contratação desta única linha de crédito, no qual contém inúmeros alertas de que a contratação envolve o cartão de crédito consignado.

45. De fato, o instrumento contratual há tempos utilizado pelo BMG para oferta e contratação do cartão de crédito, que segue anexo à presente manifestação, por si só, é bastante claro, preciso e adequado no tocante à informação de qual tipo de contratação que se está celebrando, assim como em relação à forma de pagamento em caso de realização de compras e/ou saques com o referido cartão.

46. Inicialmente, cumpre destacar que o título do instrumento contratual celebrado com o consumidor é **CLARO** e **PRECISO**, acerca da informação do que se está contratando. Confira-se:

**"TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO
CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A. E
AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE
PAGAMENTO"**

47. Outrossim, logo abaixo aos dados pessoais do consumidor a serem inseridos no Quadro I do contrato, verifica-se a existência do Quadro II, com letras em destaque e negritadas, com a seguinte informação:

**"II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO
CONSIGNADO:**

1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado)"

48. Verifica-se, portanto, que logo no início do instrumento contratual a ser firmado pelo consumidor, já há informação clara, precisa e adequada, EM DESTAQUE, de que a contratação se trata de um cartão de crédito consignado em folha de pagamento, sendo que o desconto consignado em folha de pagamento "é para pagamento do valor mínimo indicado na fatura", o que reforça a completa impossibilidade de qualquer consumidor ser "enganado" e imaginar "que estava contratando um empréstimo consignado" ao invés do cartão de crédito consignado ofertado por meio de tal instrumento contratual.

49. Confira-se abaixo a reprodução de tais informações do instrumento contratual que segue anexo:

B

TERMO DE ADESAO CARTAO DE CREDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZACAO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO	
Convênio	Nº ADE
I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)	
1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF 4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão 5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício: 7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF) 10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail 12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP) 13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio 14. Nome da Mãe/ Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a) 16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativo) 17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar) 18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outras(especificar):	
II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CREDITO CONSIGNADO	
1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado) 2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional 4. Vencimento 5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite) 6. Cadastro (Apenas novo cadastro) 7. Nome completo do adicional /8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular) 9. Forma de Pagamento: Mensal	
III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR	
Banco/ Nº Banco / Agência/ nº da Conta Corrente	
IV - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)	
Valor por cartão solicitado*. *O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.	
V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAIS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)	
1. Empresa / CNPJ / Cod Loja 2. Endereço/telefone 3. Nome/CPF do Agente de Venda	
Local e data:	Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card
	Assinatura do TITULAR: _____

50. Neste diapasão, é impossível, quer faticamente ou juridicamente, afirmar-se que os moldes da contratação atualmente ofertada BMG impede que o consumidor tenha pleno conhecimento do que está contratando e qual será a forma de pagamento do crédito que lhe está sendo concedido, ou ainda, que o BMG não estaria prestando informações claras e precisas ao consumidor a respeito da modalidade contratada e suas implicações, **cabendo destacar inclusive a existência da reprodução de uma imagem de um cartão de crédito no próprio Termo de Adesão da contratação!**

51. Reforçando tal conclusão, cumpre invocar ainda as cláusulas 6.1. e 6.2. do QUADRO VI do instrumento contratual disponibilizado pelo BMG, as quais são redigidas em letras de tamanho considerável, **com destaques grifados e em negrito**, sendo de fácil entendimento para quem quer seja. Confira-se o teor de tais cláusulas:

**"VI – CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS
APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO
CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.:**

AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO: 6.1. O (A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretratável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro (s) produto(s)."

52. Contudo, como dito alhures, ainda que se tenha atingido a tal nível de clareza e precisão quanto a informação do que se está contratando, ainda se depara com consumidores apresentando suposta divergência em relação à contratação, com base na alegação de que imaginavam estar contratando um empréstimo consignado e não um cartão de crédito consignado, ou que simplesmente não reconhecem a contratação do cartão, ou ainda, como inúmeras justificativas distintas para não reconhecerem a contratação.

53. No caso da consumidora em análise, ou seja, ANA MARIA RABELO, tem-se que sua alegação de desconhecimento de sua contratação perante o BMG é totalmente descabida, na medida em que, embora ela tenha firmado um Termo de Adesão cujo padrão é anterior ao supra demonstrado, tem-se que ELA UTILIZOU DO CARTÃO POR VÁRIOS E VÁRIOS ANOS, NÃO SÓ PARA REALIZAÇÃO DE SAQUES, MAS TAMBÉM PARA COMPRAS CONFORME SE COMPROVA PELAS FATURAS ANEXAS.

54. Frise-se que, a consumidora celebrou o Termo de Adesão/Autorização para Descontos nos Benefícios Previdenciários – INSS na data de 18/02/2008, autorizando expressamente os descontos referente ao valor mínimo para pagamento da fatura do seu cartão mediante consignação de benefícios previdenciários, reconhecendo a impossibilidade dos descontos antes de que houvesse a liquidação de seus débitos. Confira-se:

I- Este Termo de Adesão constitui parte integrante do CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL/FINANCIAMENTO e do CONTRATO PARA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO BMG CARD (BMG MASTER), ambos MEDIANTE CONSIGNAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, registrados no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte/MG. O MUTUÁRIO reconhece que o cancelamento dos descontos não poderá ocorrer antes de liquidado o seu débito, declarando estar recebendo, neste ato, cópias dos citados Contratos.

1.1. Fica autorizado, alternativamente, o débito das prestações referidas no item III retro na conta do MUTUÁRIO, indicada no item IV ou em outra conta que venha a substituí-la.

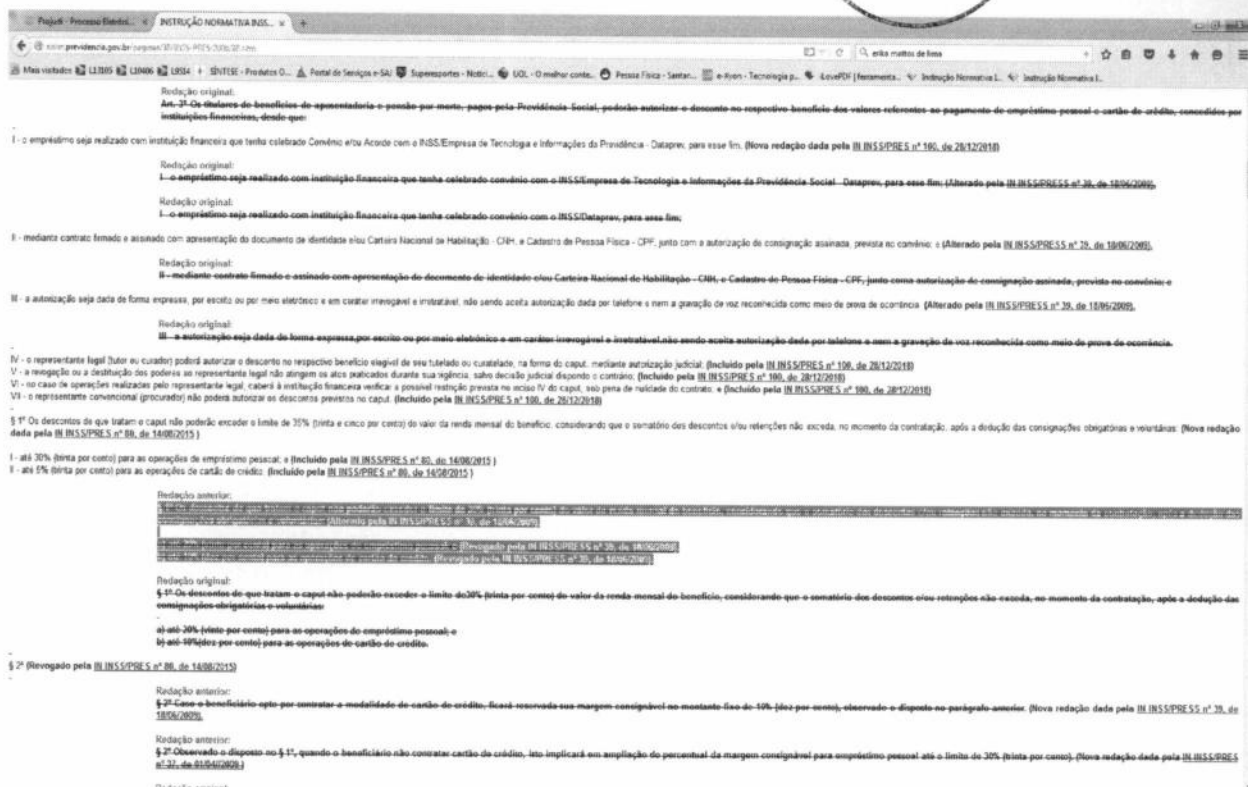
1.2. O MUTUÁRIO declara que o valor da prestação a ser averbado, constante nos itens III e III.1, está de conformidade com o pactuado, compreendendo os encargos ali previstos e que não lhe fora exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s).

55. Ademais, constata-se que foram prestadas todas as informações relativas aos encargos financeiros da operação de cartão de crédito consignado, **assim como o "valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura"**, senão veja-se:

III.1 - CARTÃO BMG MASTER			
Valor mínimo consignado, para pagamento mensal inscrito na fatura, observado o limite de até 10% dos benefícios.			
Valor mínimo da fatura	Taxa Contratual	Valor do IOF - R\$	
R\$ 10 de cada mês	37 % a.m. equivalente a 55,59 % a.a.	0,0082	
Identificação do Cartão (Matrícula alternativa para embossing - 4ª Linha)			

56. Convém esclarecer que, ao tempo da contratação celebrada pela consumidora ANA MARIA RABELO, ou seja, **18/02/2008**, ainda vigorava a redação da alínea "b" do § 1.º do art. 3.º da IN INSS/PRES n.º 28/2008, que permitia a averbação da contratação do cartão na Reserva de Margem Consignável com o percentual máximo de 10% (dez por cento), redação esta que veio a ser revogada posteriormente à celebração do contrato pela referida consumidora, por meio da IN INSS/PRES n.º 39, de **18/06/2009**, conforme se comprova abaixo pela informação extraída do sítio eletrônico desta própria Autarquia Previdenciária (<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/38/INSS-PRES/2008/28.htm>, acessado em 11/04/2019 às 15:14hs), senão veja-se:





57. Registre-se outrossim que, a contratação em questão também foi acautelada com o fornecimento de cópia do extrato de benefício pelo consumidor/beneficiário, de sua carteira de identidade e comprovante de residência, não subsistindo a menor remota hipótese de fraude, ou de vício consentimento e/ou informação porventura incorrido pela consumidora, **que veio a se beneficiar do cartão contratado, por vários e vários anos, utilizando-o para realização de saque E COMPRAS, conforme previsto na Lei 10.820/2003 e IN INSS/PRES n.º 28/2008.**

58. Assim, não é crível que tal consumidora compareça em juízo alegando não ter realizado contrato de cartão de crédito consignado com o BMG, quando na realidade documentada e ora comprovada, subsiste sim a contratação realizada entre as partes, sendo inconteste que a assinatura é realmente sua, de fácil constatação, bastando uma simples comparação com as assinaturas do instrumento contratual com a própria Carteira de Identidade da consumidora, cuja cópia seque anexa à presente defesa!

59. Com efeito, não só o BMG, mas todas as outras Instituições Financeiras e o próprio INSS, ficam à mercê da lealdade ou não do consumidor de não deturpar a verdade realmente ocorrida, sendo que, não raras às vezes, infelizmente se constata a ausência de boa fé do próprio consumidor, que relata inverdades perante o Poder Judiciário, que também, infelizmente, não raras às vezes, comete flagrantes *error in judicando*, apegando-se ao princípio da hipossuficiência do consumidor, exigindo provas impossíveis das Instituições Financeiras de que o consumidor foi devidamente informado

sobre o objeto da contratação, assim como da operacionalização e execução do contrato firmado.

60. Neste sentido, veja-se que, tal como demonstrado linhas atrás, o Termo de Adesão utilizado pelo BMG, não deixa qualquer margem de dúvidas a respeito do objeto da contratação, bem como do modo de execução contratual no decorrer da relação firmada entre as partes, sendo certo que a consumidora Ana Maria Rabelo firmou o Termo de Adesão anuindo livremente com tal contratação, tendo ainda se beneficiado de saque e compras por intermédio do cartão contratado, e ainda assim foi em juízo questionar a contratação.

61. E como se não bastasse tamanho prejuízo suportado pelo BMG não só num processo judicial onde se constata o julgamento com *error in iudicando*, o BMG ainda se vê na situação de ter de se defender administrativamente contra uma indevida e nula recomendação de aplicação de sanção administrativa! Lamentável, *data venia*.

62. Neste diapasão, em função da reiteração de casos como desta jaez, e também por outras ocorrências diversas, **não obstante a clareza e precisão dos instrumentos contratuais disponibilizados no mercado de consumo pátrio como o do BMG**, mais uma vez, tanto Instituições Financeiras quanto o INSS se viram na necessidade de buscar um aprimoramento quanto à oferta e contratação do cartão de crédito consignado, visando eliminar as possibilidades de se alegar desconhecimento da contratação, falta de conhecimento do que foi contratado ou falta de informação, até porque, também houve o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700 pela Defensoria Pública da União contra o INSS perante a 3.^a Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

63. Diante disto, na constante busca de soluções e aprimoramento para uma questão afeta ao cartão de crédito consignado, alcançou-se um acordo conjunto entre Instituições Financeiras, Defensoria Pública da União e INSS, do qual emergiu a edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, a qual, dentre outras alterações efetivadas na INSS/PRES n.º 28/2008, alterou a disposição do art. 21-A, criando o **TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO – TCE**, que visa, justamente, eliminar qualquer possibilidade do consumidor alegar desconhecimento ou divergência do objeto contratado.

64. Confira-se a atual redação do art. 21-A, cuja vigência se iniciou no dia **01/04/2019**, a saber:



"Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido - TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterà, necessariamente:

I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com fonte em tamanho quatorze;

II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";

III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;

IV - logomarca da instituição financeira;

V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;

VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;

VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:

a) "Contratei um Cartão de Crédito Consignado";

b) "Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão";

c) "A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura";

d) "Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores";

e) "Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional";

f) "Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que:

1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;
2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;

3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;

4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e

5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios";

g) "Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente



poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico)"".

65. Registre-se que segue em anexo à presente manifestação, o TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – TCE já confeccionado pelo BMG nos termos da norma retro reproduzida, e que, necessariamente deverá integrar todas as contratações de cartão de crédito consignado no âmbito do BMG, firmadas a partir de 01/04/2019. Confira-se a reprodução do mesmo:

BANCO BMG	TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO	
------------------	---	--

Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

I - TITULAR: I. Nome Completo do TITULAR / 2. CPF / 3. Nº do Benefício:	
II - PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR: Desde que cumpridas as condições descritas no item VI, abaixo, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até:	

Eu, acima qualificado como titular do cartão de crédito consignado contratado com o Banco BMG S/A, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco BMG S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
- (v) estou ciente de que a taxa de juros do Cartão de Crédito Consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito convencional;
- (vi) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu Cartão de Crédito Consignado, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado até o termo final do prazo citado na campo II do Quadro Preambular, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, **DESDE QUE:** (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção, até o total da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios.

Para tirar dúvidas acerca do Contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o TITULAR poderá entrar em contato, gratuitamente, com o Banco BMG S.A através dos seguintes Canais de atendimento: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) /Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 979 9099 /Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / OUIVORIA 0800 723 2044

Local e data:



Assinatura do TITULAR:

DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

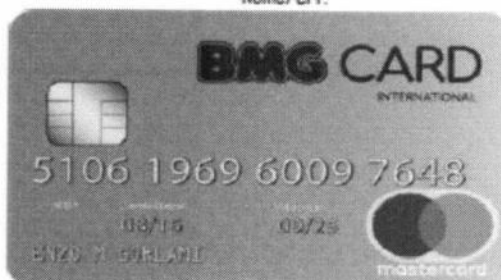
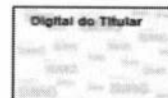
Nome:

CPF ou Ct:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:





66. Com efeito, não restam dúvidas de que **NÃO SE REVELA ADEQUADO e NECESSÁRIO**, e muito menos **PROPORCIONAL**, que o BMG venha a ser sancionado na forma indevidamente recomendada pelo Magistrado, em virtude fatos e divergências inerentes ao próprio produto do cartão de crédito consignado, que não são restritos ao BMG, evidentemente, e, principalmente, que já se encontram devidamente solucionados e superados com a edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018.

67. Ora, é certo com a edição da referida Instrução Normativa, a discussão e divergência enfrentada no processo que integra o ofício ora respondido, restaram efetivamente superadas, tendo havido o esvaziamento do objeto deste procedimento.

68. Assim, é imperioso se observar na espécie, os fundamentos apresentados pelo **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA** no recente julgamento de **12/02/2019** (RMS 33.671/RJ, de Relatoria da Ministra REGINA HELENA COSTA), já invocado no tópico anterior, no qual se pontuou com precisão a necessidade de observância do princípio da proporcionalidade, fixando inclusive os **parâmetros objetivos** para tal. Pede-se a devida *venia*, para novamente transcrever tais parâmetros plenamente aplicáveis *in casu*, principalmente pelo fato de se ter demonstrado que com a edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, houve a perda de objeto quanto à pretensão de sancionar administrativamente o BMG, conforme recomendado indevidamente pelo Magistrado. Confira-se:

*"i) **adequação** - verificando-se se a medida adotada é eficaz para alcançar o resultado pretendido;*

*ii) **necessidade** - devendo ser observado se o fim almejado pode ser atingido por meio menos gravoso ou oneroso;*

*iii) **proporcionalidade em sentido estrito** - consubstanciada na relação custo-benefício, ponderando-se se a providência acatada não irá sacrificar bem de categoria jurídica mais elevada do que aquele que se pretende resguardar."*

69. Assim, na toada do entendimento da Corte Superior, *in casu*, não subsistem **ADEQUAÇÃO e NECESSIDADE** de se sancionar o BMG, eis que, conforme demonstrado, a divergência verificada no caso que integra o ofício/recomendação ordenado

indevidamente pelo Magistrado do TJDF, tratava-se de um problema inerente ao cartão de crédito consignado vivenciado pelas inúmeras instituições financeiras concedentes desta linha de crédito, e pelo próprio INSS, sendo, portanto, a aplicação de sanção ao BMG e a qualquer outra instituição financeira, medida totalmente ineficaz para se alcançar a resolução definitiva do problema, **que não mais subsiste**, justamente em função da edição da edição da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que se revelou como um meio muito mais adequado do que a sanção indevidamente recomendada, além de se tratar de um **meio menos gravoso ou oneroso** para todos os envolvidos.

70. Ademais, também não se verifica qualquer **PROPORCIONALIDADE** na recomendação do citado Magistrado, até porque, além de envolver um único caso se comparado com o volume total de contratações, pode-se causar inúmeros prejuízos ao mercado financeiro num momento onde o país ainda se encontra assolado por grave crise financeira com milhões de desempregados, sendo certo que o prejuízo para os milhões de consumidores também é incalculável, já que ficarão privados de firmarem por dias contratações de uma linha de crédito muito mais acessível do que as convencionais, em função de um entendimento isolado e divergente de um Magistrado frente a um único caso somente, no qual sequer há qualquer comprovação de prática lesiva (tanto que sequer houve a condenação por danos morais), privando assim que milhões de outros consumidores possam suprir eventuais emergências e necessidades da vida cotidiana mediante acesso ao crédito consignado.

71. Destarte, é indubitável que com a edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, houve a perda do objeto do presente procedimento, o qual, somado ao vício insanável arguido preliminarmente no tópico anterior, deve, imperiosamente, ser prontamente arquivado, sem a aplicação de qualquer sanção ao BMG, haja vistos os princípios que devem reger os atos da administração pública, tal como previsto no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999, reiteradamente consagrados e reafirmados pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, tudo como ora demonstrado na presente defesa.

72. Não obstante, por amor ao debate, e em caráter *ad argumentandum tantum*, ainda se demonstrará adiante que, também meritoriamente, não subsistem quaisquer razões fáticas legais para se aplicar qualquer sanção ao BMG.



V – DO MÉRITO – DA AUSÊNCIA DE QUALQUER PRÁTICA LESIVA POR PARTE DO BMG – DA IMPOSSIBILIDADE DE SE APLICAR A SANÇÃO PREVISTA NO ART. 52, I, "B", DA IN 28/2008 – DOS EQUÍVOCOS DO ACÓRDÃO PROLATADO COM *ERROR IN JUDICANDO*

73. A par das robustas argumentações preliminares desenvolvidas nos tópicos anteriores, as quais por si só demonstram a impossibilidade de prosseguimento deste procedimento sancionatório em desfavor do BMG, meritoriamente, tem-se que também inexistem quaisquer motivos fáticos legais para aplicação da sanção indevidamente recomendada pelo Magistrado, cominada no art. 52, I, "b", da IN 28/2008.

74. Certo é que, pela própria dicção legal do dispositivo sancionatório em voga, não se constata o preenchimento dos mínimos requisitos legais para se sancionar o BMG nos termos indevidamente recomendado pelo Magistrado, até porque, não se pode considerar que o simples fato de haver "sentença judicial condenatória", automaticamente, fica a instituição financeira fadada a ser sancionada também na esfera administrativa.

75. De fato, tanto o caput do artigo 52 da IN 28/2008 quanto a alínea "b" do seu inciso I, contém redação de cunho genérico e não taxativa, sem definição do que seria "prática lesiva", o que permite à autoridade sancionadora, uma atuação e interpretação discricionária – *e não vinculativa*, a qual, conforme reiterado posicionamento das Cortes Superiores demonstrado preliminarmente nesta defesa, deve observar os princípios da administração pública previstos no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999, notadamente os da razoabilidade e proporcionalidade. Registre-se que, mesmo diante da inserção do § 4.º no artigo 52 da IN 28/2008, em função da edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, ainda assim, é permitido à autoridade sancionadora, a interpretação discricionária frente a cada caso que lhe é submetido, **valendo reiterar que, no presente caso, não houve sequer condenação do BMG ao pagamento de indenização à consumidora, seja ela de ordem moral ou material.**

76. Ainda há que se ter em mente, o fato de eventualmente emergir divergências sanáveis e reparáveis entre a instituição financeira e o consumidor, não quer dizer por si só, que a instituição financeira cometeu uma prática lesiva que lhe enseje um severo sancionamento de suspensão de consignações/retenções/RMC pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, mormente quando se está diante de um único caso frente ao total de volume de contratações em andamento, e também, principalmente, se constata que nem



sempre o consumidor pauta sua queixa com plena lealdade e fidelidade à realidade verdadeiramente ocorrida, tal como demonstrado no tópico anterior. Se assim não fosse, estar-se-ia cometendo brutal atentado contra os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evidentemente.

77. Outrossim, a conclusão de Magistrado no sentido de que "a instituição financeira não observou integralmente o dever de informação" e "além disso, não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha utilizado o cartão para outras finalidades que não o saque realizado, ou que tenha recebido as faturas de cartão de crédito"

NÃO MERECE PROSPERAR EM HIPÓTESE ALGUMA, POIS CONFORME FATURAS ANEXAS, A CONSUMIDORA REALIZOU, ALÉM DE SAQUES COM O CARTÃO, DIVERSAS COMPRAS NOS MAIS VARIADOS ESTABELECIMENTOS, EM MESES E ANOS DISTINTOS!!! Confira-se:

BMG

FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

SEUS DADOS		SERVIÇOS A CLIENTES		VENCIMENTO 10/10/2016		Página 1/1	
ANA MARIA RABELO		Central de Atendimento BMG					
Cartão nº		0800-8804006					
5259.2201.2044.2026							
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS							
DATA	HISTÓRICO	MORDE DE ORIGEM	EM R\$/US\$				
ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116							
21/09/2016	POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR		50,00				
21/09/2016	KUNO SUPERMERCADO BRASILIA BRA		10,96				
21/09/2016	AGROVIA BRASILIA BRA		110,00				
25/09/2016	ENCARGOS ROTATIVO		0,09				
				RESUMO DAS DESPESAS			
				TOTAL DA FATURA ANTERIOR R\$ 3,01			
				(1) Pagamentos Efetuados / Amortizações R\$ 0,00			
				(2) Saldo de Fatura Ant. atualizado R\$ 3,01			
				(3) Encargos Contratuais R\$ 0,09			
				(4) Taxas / Anuidades R\$ 0,00			
				(4a) Apatas R\$ 0,00			
				(5) Compras / Saques do mês R\$ 170,96			
				(6) Parcelas Fixas R\$ 0,00			
				(7) TOTAL DESTA FATURA R\$ 174,06			
				"É vedado, nos termos de Circular nº 2.735 de 08.01.07, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartões de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no RECOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"			
				TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL			
				Saldo Ant. R\$ 3,01 - Crédito 0,00 + Débito 171,05 =			
				Total Nacional R\$			
				TOTAL 1 174,06			
				TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR			
				Total Exterior US\$ 0,00 x Cotação de Dólar em 00/00/0000 0,0000 =			
				Total Internacional R\$			
				TOTAL 2 0,00			
				TOTAL DESTA FATURA (1+2) 174,06			
				PAGAMENTO MÍNIMO 0,00			

BMG

FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

SEUS DADOS		SERVIÇOS A CLIENTES		VENCIMENTO 10/11/2016		Página 1/1	
ANA MARIA RABELO		Central de Atendimento BMG					
Cartão nº		0800-8804006					
5259.2201.2044.2026							
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS							
DATA	HISTÓRICO	MORDE DE ORIGEM	EM R\$/US\$				
ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116							
24/09/2016	PANIFICADORA E CONFEI BRASILIA BR		11,80				
24/09/2016	POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR		50,00				
24/09/2016	MENGEARIA BR BRASILIA BRA		30,18				
26/09/2016	FUN GIRLS BRASILIA BRA		21,00				
26/09/2016	POSTO CASCOL JAGUAR BRASILIA BRA		50,00				
26/09/2016	MIAMI DOCS E FESTAS BRASILIA BRA		33,80				
28/09/2016	KUNO SUPERMERCADO BRASILIA BRA		73,58				
28/09/2016	ARMARINHOS NOVIDADES BRASILIA BRA		9,45				
				RESUMO DAS DESPESAS			
				TOTAL DA FATURA ANTERIOR R\$ 174,06			
				(1) Pagamentos Efetuados / Amortizações R\$ 174,06			
				(2) Saldo de Fatura Ant. atualizado R\$ 0,00			
				(3) Encargos Contratuais R\$ 1,46			
				(4) Taxas / Anuidades R\$ 0,00			
				(4a) Apatas R\$ 0,00			
				(5) Compras / Saques do mês R\$ 1.148,68			
				(6) Parcelas Fixas R\$ 133,34			
				(7) TOTAL DESTA FATURA R\$ 3.150,14			



28/09/2016 KUHO SUPERMERCADO BRASILIA BRA
28/09/2016 ARMARINHO TADEU BRASILIA BRA
28/09/2016 PAULISTANA BRASILIA BRA
28/09/2016 MULTI PANO BRASILIA BRA
28/09/2016 MERCADO SUPER GIRO RECANTO DAS E B
28/09/2016 SHOWMAR BRASILIA BRA
28/09/2016 MODELO ARTEGANATO E AR BRASILIA BR
29/09/2016 MERCADOPAGO 01/02 OSASCO BR
01/10/2016 KUHO SUPERMERCADO BRASILIA BRA
01/10/2016 POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR
06/10/2016 POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR
07/10/2016 TATICO R. DAS EMAS Bras lia BRA
08/10/2016 POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA
08/10/2016 MERCADOPAGO 01/03 OSASCO BR
11/10/2016 CASCOL COMBUSTIVEIS BRASILIA BRA
11/10/2016 CASCOL COMBUSTIVEIS BRASILIA BRA
11/10/2016 POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR
12/10/2016 IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA
14/10/2016 PAGAMENTO
15/10/2016 TATICO R. DAS EMAS Bras lia BRA
17/10/2016 FUN GISEL BRASILIA BRA
25/10/2016 IOF
25/10/2016 ENCARGOS ROTATIVO

44,59
15,83
28,00
8,98
16,69
15,00
26,00
38,94
26,26
50,00
50,00
170,18
25,00
69,40
100,00
40,00
20,00
0,64
174,06
100,00
34,00
0,05
0,77

"É vedada, nos termos da Circular n.º 2.735, de 08.01.07, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL		
Saldo Ant. R\$	Creditos	Debitos
174,06	174,06	1.283,48
Total Nacional R\$		
TOTAL 1 1.150,14		
TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR		
Total Exterior US\$	Conotação de Débito em	00/00/0000
0,00	X	0,0000
Total Internacional R\$		
TOTAL 2 0,00		
TOTAL DESTA FATURA (+2)		PAGAMENTO MÍNIMO
1.150,14		46,89



FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

SEUS DADOS
ANA MARIA RABELO
Cartão N°
5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES
Central de Atendimento BMG
0800-8804006

VENCIMENTO 10/12/2016 Página 1/1

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MONEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
29/09/2016	MERCADOPAGO 02/02 OSASCO BR		38,93
08/10/2016	MERCADOPAGO 02/03 OSASCO BR		69,40
08/10/2016	POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA		25,00
25/10/2016	TATICO R. DAS EMAS Bras lia BRA		76,97
27/10/2016	RITA MARIA CORREIA TOR BRASILIA BR		25,30
27/10/2016	TUDO DA FAZENDA RECANTO DAS E BRA		30,40
27/10/2016	MERCADO SUPER GIRO RECANTO DAS E B		38,24
27/10/2016	POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA		25,00
10/11/2016	PAGAMENTO DEBITO EM POLVIA		46,89
13/11/2016	IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA		3,53
16/11/2016	PAGAMENTO		500,00
18/11/2016	DROGARIA MARANHENSE RECANTO DAS E		49,50
20/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA		25,00
27/11/2016	IOF		1,72
27/11/2016	ENCARGOS ROTATIVO		23,61

LIMITES
De Crédito 1.576,00
De Débito 1.544,00

RESUMO DAS DESPESAS	
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$ 1.150,14
(+) Pagamentos Efetuados / Anulacões	R\$ 546,89
(-) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$ 603,25
(+) Encargos Contratuais	R\$ 28,86
(-) Taxas / Anulacões	R\$ 0,00
(+/-) Ajustes	R\$ 0,00
(-) Compras / Saques do cartão	R\$ 403,74
(-) Parcelas Fixas	R\$ 183,33
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$ 1.035,85

"É vedada, nos termos da Circular n.º 2.735, de 08.01.07, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL		
Saldo Ant. R\$	Creditos	Debitos
1.150,14	546,89	618,95
Total Nacional R\$		
TOTAL 1 1.035,85		



FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

SEUS DADOS
ANA MARIA RABELO
Cartão N°
5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES
Central de Atendimento BMG
0800-8804006

VENCIMENTO 10/01/2017 Página 1/1

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MONEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
08/10/2016	MERCADOPAGO 03/03 OSASCO BR		69,40
27/10/2016	POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA		25,00
20/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA		25,00
25/11/2016	MERCADOPAGO 01/06 OSASCO BR		38,32
25/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA		25,00
26/11/2016	MENCHARIA BR BRASILIA BRA		17,50
26/11/2016	TUDO DA FAZENDA RECANTO DAS E BRA		25,55
26/11/2016	RICARDOLEITRO CONTAGEM BRA		76,23
26/11/2016	AGROPECUARIA BR BRASILIA BRA		27,00
27/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA		25,00
02/12/2016	KUHO SUPERMERCADO BRASILIA BRA		49,74
05/12/2016	RECARGAPAY AAKJET SAO PAULO BRA		9,50
05/12/2016	KUHO SUPERMERCADO BRASILIA BRA		5,00
10/12/2016	PAGAMENTO DEBITO EM POLVIA		38,18
14/12/2016	RECARGAPAY AAKJET SAO PAULO BRA		9,99
25/12/2016	IOF		2,53
25/12/2016	ENCARGOS ROTATIVO		34,63

LIMITES
De Crédito 1.576,00
De Débito 1.497,00

RESUMO DAS DESPESAS	
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$ 1.035,85
(+) Pagamentos Efetuados / Anulacões	R\$ 38,18
(-) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$ 997,67
(+) Encargos Contratuais	R\$ 37,16
(-) Taxas / Anulacões	R\$ 0,00
(+/-) Ajustes	R\$ 0,00
(-) Compras / Saques do cartão	R\$ 408,23
(-) Parcelas Fixas	R\$ 187,72
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$ 1.443,06

"É vedada, nos termos da Circular n.º 2.735, de 08.01.07, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL		
Saldo Ant. R\$	Creditos	Debitos
1.035,85	38,18	633,11
Total Nacional R\$		
TOTAL 1 1.443,06		



SEUS DADOS
ANA MARIA RABELO
Cartão Nº
5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES
Central de Atendimento BMG
0800-8804006

VENCIMENTO 10/02/2017 **Página 1/1**

LIMITES
De Crédito 1.576,00
De Saque 1.497,00

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MODALIDADE DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
25/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA		25,00
25/11/2016	MERCADOPAGO 02/06 OSASCO BR		18,31
27/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA		25,00
10/01/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		56,34
11/01/2017	IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA		1,47
14/01/2017	RECARGAPAY AAKJET SAO PAULO BRA		9,99
20/01/2017	PAGAMENTO		100,00
25/01/2017	IOF		3,34
25/01/2017	ENCARGOS ROTATIVOS		45,78

RESUMO DAS DESPESAS		
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	1.443,06
(+) Pagamentos Efetuados / Anulados	R\$	156,34
(-) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	1.286,72
(+) Encargos Contratuais	R\$	50,59
(-) Taxas / Anuladas	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(-) Compras / Saques do mês	R\$	78,30
(+) Parcelas Fixas	R\$	68,31
(=) TOTAL DEBITA FATURA	R\$	1.415,61

18. validade, nos termos do Circular nº 3.756, de 08.01.07, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SINCRIMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento estrangeiro no exterior.



SEUS DADOS
ANA MARIA RABELO
Cartão Nº
5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES
Central de Atendimento BMG
0800-8804006

VENCIMENTO 10/03/2017 **Página 1/1**

LIMITES
De Crédito 1.576,00
De Saque 1.497,00

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MODALIDADE DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
25/11/2016	MERCADOPAGO 03/06		18,31
10/02/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		59,83
14/02/2017	RECARGAPAY AAKJET SAO PAULO BRA		9,99
28/02/2017	IOF		3,11
28/02/2017	ENCARGOS ROTATIVOS		42,51

RESUMO DAS DESPESAS		
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	1.415,61
(+) Pagamentos Efetuados / Anulados	R\$	59,83
(-) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	1.355,78
(+) Encargos Contratuais	R\$	45,62
(-) Taxas / Anuladas	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(-) Compras / Saques do mês	R\$	28,30
(+) Parcelas Fixas	R\$	18,31
(=) TOTAL DEBITA FATURA	R\$	1.429,70



SEUS DADOS
ANA MARIA RABELO
Cartão Nº
5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES
Central de Atendimento BMG
0800-8804006

VENCIMENTO 10/04/2017 **Página 1/1**

LIMITES
De Crédito 1.576,00
De Saque 1.497,00

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MODALIDADE DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
25/11/2016	MERCADOPAGO 04/06		18,31
06/03/2017	PAGAMENTO		1.429,70
09/03/2017	SAQUE COMPLEMENTAR		1.497,00
09/03/2017	IOF ADICIONAL SOBRE SAQUE NACIONAL		5,68
10/03/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		56,47
15/03/2017	RECARGAPAY AAKJET SAO PAULO BRA		9,99
26/03/2017	IOF		3,79
26/03/2017	ENCARGOS ROTATIVOS		51,88

RESUMO DAS DESPESAS		
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	1.429,70
(+) Pagamentos Efetuados / Anulados	R\$	1.486,17
(-) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	-56,47
(+) Encargos Contratuais	R\$	61,35
(-) Taxas / Anuladas	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(-) Compras / Saques do mês	R\$	1.525,30
(+) Parcelas Fixas	R\$	18,31
(=) TOTAL DEBITA FATURA	R\$	1.520,18



SEUS DADOS
ANA MARIA RABELO
Cartão Nº
5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES
Central de Atendimento BMG
0800-8804006

VENCIMENTO 10/05/2017 **Página 1/1**

LIMITES
De Crédito 1.576,00
De Saque 1.497,00

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MODALIDADE DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
25/11/2016	MERCADOPAGO 05/06 OSASCO BR		18,31
16/04/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		60,16
11/04/2017	IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA		0,12
14/04/2017	RECARGAPAY AAKJET SAO PAULO BRA		9,99
25/04/2017	IOF		3,60
25/04/2017	ENCARGOS ROTATIVOS		44,96

RESUMO DAS DESPESAS		
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	1.530,18
(+) Pagamentos Efetuados / Anulados	R\$	60,16
(-) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	1.470,02
(+) Encargos Contratuais	R\$	48,68
(-) Taxas / Anuladas	R\$	0,00
(=) Ajustes	R\$	0,00
(-) Compras / Saques do mês	R\$	28,30
(+) Parcelas Fixas	R\$	18,31
(=) TOTAL DEBITA FATURA	R\$	1.547,00



SEUS DADOS		SERVIÇOS A CLIENTES	VENCIMENTO	Página 1/1
ANA MARIA RABELO		Central de Atendimento BMG	10/06/2017	
Cartão N° 5259.2201.2044.2026		0800-8804006		
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS			LIMITES	
DATA	HISTÓRICO	MORDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$	
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116			
25/11/2016	MERCADOPAGO 06/06		18,31	De Crédito 1.576,00
10/05/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		55,59	De Saque 1.497,00
11/05/2017	IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA		0,12	
28/05/2017	IOF		3,78	
28/05/2017	ENCARGOS ROTATIVO		47,14	
RESUMO DAS DESPESAS				
TOTAL DA FATURA ANTERIOR			R\$	1.547,00
(-) Pagamentos Emissão / Amortização			R\$	55,59
(H) Saldo de Fatura Ant. atualizado			R\$	1.491,41
(H) Encargos Contratuais			R\$	51,04
(H) Taxas / Anuidades			R\$	0,00
(H) Ajustes			R\$	0,00
(H) Compras / Saques de mão			R\$	18,31
(H) Parcelas Fixas			R\$	18,31
H) TOTAL DESTA FATURA			R\$	1.560,76

78. Como se não bastasse as mais diversas compras comprovadamente realizadas pela consumidora ANA MARIA RABELO, o que por si só já é mais do que suficiente para demonstrar o tremendo *error in iudicando* do acórdão prolatada pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, **tem-se também, que não procede, de maneira alguma, a fundamentação do acórdão de que "não restou demonstrado nos autos que a parte autora tenha recebido as faturas de cartão de crédito...."**.

79. Ora d. Julgadora, para se demonstrar o tanto que se trata de um julgamento viciado e tendencioso, que não pode ser levado em consideração nesta seara administrativas, as faturas que seguem anexas, e foram retro reproduzidas, **COMPROVAM NÃO SÓ QUE A CONSUMIDORA/BENEFICIÁRIA REALIZOU SAQUES E COMPRAS, MAS TAMBÉM RECEBEU SIM TAIS FATURAS EM SUA RESIDÊNCIA, TANTO QUE REALIZOU EM ALGUMAS OPORTUNIDADES, O PAGAMENTO VOLUNTÁRIO DE VALORES POR MEIO DA FATURA, ALÉM DOS PAGAMENTOS REALIZADOS POR MEIO DE DESCONTO NO BENEFÍCIO, REFERENTE AO VALOR MÍNIMO PARA PAGAMENTO DA FATURA.**

80. De fato, conforme se verifica das faturas retro reproduzidas, com vencimentos em **10/11/2016, 10/12/2016, 10/02/2017 e 10/04/2017, além dos pagamentos realizados por meio do desconto em folha de pagamento, TEM-SE QUE FORAM LANÇADOS OS PAGAMENTOS VOLUNTÁRIOS REALIZADOS PELA CONSUMIDORA/BENEFICIÁRIA ANA MARIA RABELO POR MEIO DAS PRÓPRIAS FATURAS, OCORRIDOS, RESPECTIVAMENTE, EM 14/10/2016, 16/11/2016, 20/01/2017 E 08/03/2017, CUJOS RESPECTIVOS VALORES FORAM OS SEGUINTE: R\$174,06; R\$500,00; R\$100,00; e R\$1.429,70, sendo este último, o exato valor integral do saldo devedor remanescente da fatura que venceu em 10/03/2017, já computado com o abatimento do valor recebido por meio do desconto em folha de pagamento.**

81. Neste diapasão, é um tanto quanto curioso que a consumidora/beneficiária Ana Maria Rabelo compareça em juízo alegando que pensou estar contratando um empréstimo consignado, quando na realidade contratou um cartão de crédito consignado, do qual **utilizou para inúmeras compras e dois saques conforme comprovantes anexos, sendo que ainda efetuou vários pagamentos voluntários por meio das próprias faturas mensais do cartão, a par dos pagamentos realizados por meio do desconto em folha de pagamento, tudo como ora demonstrado e comprovado documentalmente!!**

82. Certo é que, tal fato só vem a corroborar o que foi dito no tópico anterior de que, infelizmente, os consumidores não agem com lealdade processual e boa fé em juízo, talvez até mesmo em função das más orientações de profissionais que os assessoram, o que acaba por induzir os Magistrados a proferirem julgamentos com *error in judicando*.

83. **Veja Exma. Julgadora, que esta é a exata hipótese do caso ora enfrentado, onde se comprova que a consumidora/beneficiária contratou o cartão, utilizou dele para realizar saques e compras, efetuou pagamentos voluntários por meio das faturas mensais do seu cartão, e ainda assim, conforme consta no próprio ofício ora defendido, a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal concluiu que "o banco não forneceu informação suficiente à beneficiária quanto à sistemática do funcionamento dos contratos, ferindo os preceitos do Código de Defesa do Consumidor", tendo havido condenação do banco para "a suspensão imediata dos contratos e a compensação entre o valor descontado da aposentadoria e o valor depositado na conta da autora, devidamente corrigido".**

84. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um julgamento manifestamente equivocado, que consiste num verdadeiro "prêmio lotérico" em favor da consumidora/beneficiária, que valendo de sua torpeza e malícia em proceder flagrante alteração da verdade dos fatos, incidiu num verdadeiro enriquecimento ilícito, *data venia*.

85. Evidente, portanto, que o acórdão que instrui o ofício ora defendido não pode servir de base para uma sanção administrativa, até porque, são públicos e notórios os mais variados julgamentos do próprio Poder Judiciário, onde se constata flagrantemente e inúmeros *error in judicando*, eis que, tal como comprovado na espécie, nem sempre as próprias partes litigantes guardam obediência aos princípios da lealdade e boa-fé processual, não sendo raras as vezes, em que subsistem flagrante alteração da verdade dos fatos pelas partes.





86. E REITERE-SE, SEGUE EM **ANEXO** TODA A DOCUMENTAÇÃO ENVOLVENDO A FORMALIZAÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O BMG E A CONSUMIDORA ANA MARIA RABELO, ASSIM COMO AS FATURAS DO CARTÃO CONTRATADO, QUE DEMONSTRAM NÃO SÓ A REALIZAÇÃO DE SAQUES, MAS TAMBÉM COMPRAS, E PAGAMENTOS VOLUNTÁRIOS REALIZADOS PELA MESMA, A PAR DOS PAGAMENTOS REALIZADOS POR MEIO DO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

87. Certo é que, é ainda mais descabida a argumentação do acórdão proferida pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, no sentido de que *"por se tratar de contrato de outorga de crédito, é assegurado ao consumidor o direito de ser informado prévia e adequadamente sobre: preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional (valor contratado); montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros; acréscimos legalmente previstos; número e periodicidade de prestações; soma total a pagar, com e sem financiamento, bem como a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos, consoante disposições contidas no art. 52 do CDC."*

88. *Data Maxima Venia*, já se comprovou que a contratação celebrada pela consumidora Ana Maria Rabelo teve como objeto um cartão de crédito consignado e não um empréstimo consignado!

89. Assim, a par de constar expressamente no contrato celebrado com a consumidora Ana Maria Rabelo todos os encargos e taxas financeiras incidentes na operação do cartão, **não há que se falar em especificação no instrumento contratual, dos "preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional" e "número ou periodicidade de prestações ou soma total a pagar, com e sem financiamento", já que o cartão de crédito, seja ele consignado ou convencional, é contratado para utilização sob a própria conveniência do consumidor, que já possui um limite de crédito pré aprovado e autorizado, para dele utilizar da forma que melhor lhe convier e quando quiser, seja para saques ou compras!!**

90. Ora, a consumidora não adquiriu nenhum produto junto ao BMG para que pudesse haver a previsão do seu valor, "com ou sem financiamento"!!! A contratação é de um serviço de cartão de crédito consignado, com limite de crédito pré aprovado e autorizado, com o qual a consumidora realiza saques ou compras de produtos em estabelecimentos comerciais, os quais sim, devem informar o valor do produto à vista ou financiado, indicando os encargos nesta última hipótese, assim como número e

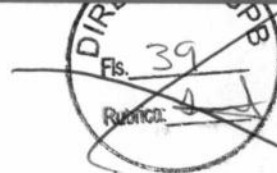


periodicidade de prestações e demais informações invocadas de maneira totalmente equivocada pelo acórdão em análise.

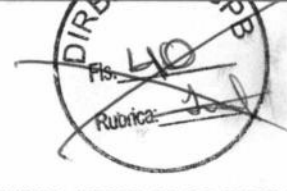
91. Diante disto, não há que se falar em descumprimento do art. 52 do CDC, e muito menos que não há "*significativo abatimento do valor devido*", eis que além da contratação em questão se tratar de um cartão de crédito consignado - e não de um empréstimo, pela qual a própria beneficiária Ana Maria Rabelo realizou diversos pagamentos voluntários das próprias faturas por ela recebida, tem-se que EM NENHUMA LINHA da Lei 10.820/2003 e/ou da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008, **subsiste disposição legal prevendo "termo final da quitação das dívidas" para cessação dos descontos na RMC – Reserva de Margem Consignável do consumidor/beneficiário para amortização do saldo devedor do cartão em decorrência de sua utilização para compras e/ou saque.**

92. **Assim, fica mais do que evidenciado o estampado equívoco do acórdão proferido, que inclusive atenta frontalmente contra o entendimento SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, que em recente julgamento de relatoria do Ministro **MOURA RIBEIRO** ocorrido em **02/04/2019**, assentou a **INEXISTÊNCIA DE QUALQUER ILEGALIDADE** no procedimento de desconto na RMC do valor correspondente ao mínimo da fatura do cartão de crédito consignado contratado, senão veja-se:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.864 - SP (2018/0315048-1) RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO AGRAVANTE : CLARICE MARCELINO PEREIRA ADVOGADO : CRISTIANO PINHEIRO GROSSO - SP214784 AGRAVADO : BANCO CETELEM S.A ADVOGADOS : DIEGO MONTEIRO BAPTISTA - RJ153999 OTAVIO FREITAS PEREIRA - SP363222 AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. IMPROCEDÊNCIA. DISPOSITIVOS LEAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS NºS 282 E 356 DO STF. TRIBUNAL LOCAL QUE, COM BASE NOS FATOS DA CAUSA, CONCLUIU PELA **LEGALIDADE** DO CONTRATO E PELA AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSENTIMENTO. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. DECISÃO CLARICE MARCELINO PEREIRA (CLARICE) ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos materiais e morais contra o BANCO CETELEM S.A (BANCO), sob a alegação de consignação indevida. A sentença de improcedência do pedido autoral foi confirmada pelo Tribunal estadual conforme acórdão assim ementado: Julgamento antecipado da lide Cerceamento de defesa - Prolator da sentença que tinha em mãos todos os elementos necessários para que fossem apreciados os argumentos desenvolvidos no processo Prova documental produzida que era suficiente para o julgamento antecipado da lide Depoimento pessoal da autora que não serviria para alterar o desfecho da causa



- Impossibilidade de se decretar a nulidade da sentença. **Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos materiais e morais Cartão de crédito consignado Autora que admitiu ter obtido crédito consignado em seu benefício perante o banco réu Alegado pela autora, porém, que se verificou vício de consentimento, porquanto acreditava que estava aderindo a empréstimo consignado, não a cartão de crédito com reserva de margem consignável Tese ventilada pela autora que não se mostrou verossímil, ainda que a ação verse sobre consumo e seja ela hipossuficiente.** Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos materiais e morais Cartão de crédito consignado **Banco réu que comprovou que a autora aderiu a Cartão de Crédito Consignado, com autorização para reserva de margem consignável em seu benefício previdenciário - Banco réu que demonstrou a disponibilização, na conta corrente de titularidade da autora, do valor do saque efetuado com o cartão de crédito consignado - Clareza do contrato acerca de seu objeto, das taxas mensal e anual de juros aplicáveis ao saldo devedor do financiamento, bem como acerca da autorização para o desconto, no benefício previdenciário da autora, DO VALOR MÍNIMO INDICADO NA FATURA MENSAL DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.** Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos materiais e morais Cartão de crédito consignado Inocorrência de vício de consentimento **Descontos** no benefício da autora que tiveram início em julho de 2016, vindo ela a questioná-los por volta de um ano depois, quando do ajuizamento da ação Autora, ademais, que fez inúmeros empréstimos consignados em seu benefício, a evidenciar que ela tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito com reserva de margem consignável Improcedência da ação mantida Apelo da autora desprovido (e-STJ, fl. 237) CLARICE desafiou recurso especial com base no art. 105, III, a, da CF onde alegou violação dos arts. 37, § 1º, 51, IV, e 52, I, II, III, IV e V, do CDC, pelos fundamentos assim deduzidos (1) violação do dever de informação; (2) nulidade de cláusula contratual por prática abusiva; (3) publicidade enganosa; e, (4) vício de consentimento. Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ, fls. 258/277). O Tribunal local inadmitiu o apelo nobre por (1) não ter sido demonstrada a infringência aos preceitos arrolados pela parte; 2) incidência da Súmula nº 7 do STJ. CLARICE ingressou com agravo em recurso especial, afirmando a inaplicabilidade do referido óbice sumular, por não pretender a revisão do conjunto probatório dos autos. Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 294/305). É o relatório. DECIDO A irresignação não comporta acolhimento. De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na



forma do novo CPC. Conhecido o agravo, passa-se ao exame do apelo nobre. Verifica-se que o conteúdo normativo dos arts. 37, § 1º, 51, IV, e 52, I, II, III, IV e V, do CDC não foi objeto de debate no acórdão recorrido, carecendo, assim, do necessário prequestionamento viabilizador do recurso especial. Incidência das Súmulas nºs 282 e 356 do STF. Ademais, ainda que assim não fosse, a **Corte de origem, após sopesar o conjunto fático probatório da causa, concluiu pela legalidade do contrato firmado entre as parte e pela ausência de vícios de consentimento na contratação**, o fazendo nos seguintes termos: **Ainda que a ação verse sobre consumo e seja a autora hipossuficiente, não se mostrou verossímil a alegação de que, quando assinou o contrato apresentado pelo banco réu (fls. 160/162), ela acreditava estar aderindo a empréstimo consignado, com encargos menores e prazo definido, não a cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável RCM. O banco réu demonstrou a contratação pela autora de cartão de crédito consignado com autorização de desconto em seu benefício previdenciário, ao ter juntado o termo de adesão a Cartão de Crédito Consignado para a realização de saque no valor de R\$ 836,00, assinado por ela em 28.6.2016 (fl. 162).** **NESSE TERMO DE ADESÃO, NO CAMPO AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO, A AUTORA AUTORIZOU O BANCO RÉU A: PROCEDER À RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL RMC EM SEU FAVOR VISANDO À REALIZAÇÃO DE DESCONTO MENSAL EM SUA REMUNERAÇÃO PARA PAGAMENTO DO VALOR CORRESPONDENTE AO MÍNIMO DA FATURA MENSAL DO CARTÃO ATÉ A LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE (FL. 161). A AUTORA DECLAROU TAMBÉM: TER CONHECIMENTO DE QUE A AUSÊNCIA DE PAGAMENTO INTEGRAL DO VALOR DA FATURA NA DATA DE SEU VENCIMENTO REPRESENTA, DE FORMA AUTOMÁTICA, O FINANCIAMENTO DE MEU SALDO DEVEDOR, SOBRE O QUAL INCIDIRÃO OS ENCARGOS DESCRITOS NO ITEM III (FL. 162). O VENTILADO CONTRATO FOI CLARO ACERCA DE SEU OBJETO, DAS TAXAS MENSAL E ANUAL DE JUROS APLICÁVEIS AO SALDO DEVEDOR FINANCIADO (FL. 161), BEM COMO SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O DESCONTO, NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA, DO VALOR MÍNIMO DA FATURA DO INDIGITADO CARTÃO DE CRÉDITO (FLS. 161/162).** Tendo a autora admitido o crédito obtido com o aludido cartão, referente ao saque de R\$ 836,00 em 28.6.2016 (fl. 161), o qual foi disponibilizado na conta corrente de sua titularidade (fl. 168), inviável admitir-se vício de consentimento. Note-se que os descontos da reserva de margem consignável de R\$ 44,00 no benefício de aposentadoria e de pensão por morte da autora (fls. 27, 28), sob a rubrica Descontos de Cartão de Crédito, tiveram



*início em 25.7.2016 (fls. 27, 28), vindo ela a questioná-los cerca de um ano depois, em 20.6.2017, quando ajuizou esta ação (fl.1). **Ademais, a inexperiência do consumidor não é suficiente para presumir a existência de vício de consentimento, já que tal condição não lhe retira a capacidade ou a higidez mental.** Os extratos emitidos pelo INSS (fls. 27, 28), por sinal, revelaram que a autora fez inúmeros empréstimos consignados, a evidenciar que ela tinha conhecimento suficiente para distinguir se estava contratando empréstimo consignado ou cartão de crédito consignado. 2.3. **Não atestado vício de consentimento, o contrato de cartão de crédito consignado firmado pela autora legitimou a cobrança pelo banco réu dos descontos efetuados em seu benefício previdenciário, com amparo no art. 6º da Lei nº 10.820, de 17.12.2003, com a redação dada pela Lei nº 13.172, de 21.10.2015** (e-STJ, fls. 239/240). Desse modo, para rechaçar o entendimento acima aventado, seria imprescindível o reexame do conteúdo fático da causa, o que encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.*

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor de CLARICE (arts. 85, § 11, do NCPC), observando o disposto no art. 98, § 3º, do NCPC. Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º). Publique-se. Intimem-se. Brasília, 02 de abril de 2019. Ministro MOURA RIBEIRO Relator

93. Outrossim, além de ser beneficiado pela utilização do cartão para fins de saque e compra, vale reiterar ainda que, a consumidora Ana Maria Rabelo **não logrou êxito em obter o deferimento do pedido de condenação do BMG ao pagamento de danos morais**, o que reforça ainda mais a impossibilidade de se considerar que o BMG adotou "prática lesiva" que justifique a imposição da sanção indevidamente recomendada pelo Magistrado nesta esfera administrativa.

94. Aliás, vale ainda invocar o entendimento do próprio Magistrado **ALMIR ANDRADE FREITAS** da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que em caso idêntico, onde se discutia a ilegalidade de contratação de cartão de crédito consignado com desconto do valor mínimo para pagamento da fatura no benefício previdenciário, **considerou totalmente legítima a contratação**, senão veja-se:



"JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CLAREZA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. NÃO COMPROVADA A DISSONÂNCIA ENTRE A CONTRATAÇÃO EFETIVAMENTE REALIZADA E A VERDADEIRA INTENÇÃO DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, consistentes na declaração de inexistência ou nulidade da contratação de empréstimo consignado (cartão de crédito) com reserva da margem de crédito (RMC); restituição em dobro dos valores que foram pagos a título de RMC; compensação por danos morais. **Em seu recurso, sustenta que houve falha no dever de informação a cargo do fornecedor e vício de consentimento, uma vez que a parte autora acreditava estar formalizando um empréstimo consignado, visto que jamais pretendeu contratar os serviços de cartão de crédito consignado. Aduz que o procedimento de contratação foi idêntico ao de um empréstimo consignado. Assevera que se trata de cartão fictício, cujo plástico nunca foi entregue à parte recorrente, que não pode ficar eternamente presa aos descontos referentes à RMC.**

II. Recurso próprio, tempestivo e dispensado de preparo ante a concessão da gratuidade de justiça (ID 4692337). Contrarrazões apresentadas (ID 4692339).

III. A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54). **No entanto, a caracterização da relação de consumo, a situação de hipervulnerabilidade do consumidor e a existência de um contrato de adesão não autorizam, por si, a procedência do pedido.**

IV. No caso, o documento colacionado sob o ID 4692320 revela claramente que houve "contrato para utilização do cartão de crédito INTERMEDIUM", com autorização para descontos de valores diretamente na fonte pagadora. Há, ainda, "Autorização de constituição de reserva de margem consignável - RMC nos benefícios previdenciários" da parte recorrente, com tomada de "empréstimo" no valor de R\$ 3.888,65 (três mil, oitocentos e oitenta e oito reais, sessenta e cinco centavos), contratada em 6.10.2015, com parcelas mensais de R\$ 141,74, além de descrição da taxa efetiva anual e do valor total a pagar (ID 4692320 - Pág. 3). Assim, não há que se falar em falha no dever de informação, pois o contrato atende ao disposto no art. 52 do CDC.

V. Nessa esteira, não se pode declarar a inexistência do débito, pois além da comprovada a regular contratação, a quantia foi devidamente liberada em favor da parte recorrente.

VI. Por derradeiro, não prospera o argumento da parte autora de que o empréstimo é abusivo, e que os descontos mensais seriam ilimitados e acarretariam uma dívida eterna, uma vez que a permanência do débito decorre exclusivamente da falta de pagamento do valor integral devido, visto que a parte autora vem realizando apenas o pagamento mensal do mínimo estipulado ou em algumas



ocasiões valores superiores ao mínimo, que, no entanto, não são suficientes para a quitação do débito. ouve

VII. Portanto, embora se trate de relação de consumo, por inexistir abusividade patente no contrato coligido aos autos, devem prevalecer os termos avençados pelas partes. Precedente: "DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO CARTÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. 2 - Contrato de empréstimo. Quitação não demonstrada. O conjunto probatório evidencia que a autora contraiu empréstimo bancário, com desconto das parcelas diretamente na fatura de seu cartão de crédito (fls. 18/22). Não há demonstração de quitação do contrato, uma vez que a quantia depositada para pagamento antecipado das parcelas remanescentes (fl. 40) era insuficiente para saldar a totalidade da dívida, que compreendia, além das parcelas, os demais débitos do cartão de crédito. Incabível, portanto, a declaração de inexistência de débitos. 3 - Responsabilidade civil. Dano moral. O reconhecimento da responsabilidade civil por danos morais pressupõe a prática de ilícito. Sem demonstração de inscrição indevida ou de qualquer outra ilegalidade imputada à ré, não se acolhe o pedido de indenização por danos morais (art. 186 do Código Civil). Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 4 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 600,00, pela recorrente vencida, com exigibilidade suspensa em face da concessão da gratuidade de justiça". (Acórdão n.1000543, 20161210002178ACJ, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA 1ª TURMA RECURSAL, Data de Julgamento: 23/02/2017, Publicado no DJE: 09/03/2017. Pág.: 268/274)

VIII. Assim, diante da inexistência de qualquer ato ilícito da parte recorrida, descabe falar em reparação de danos morais ou materiais na espécie.

IX. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida. Condene a parte recorrente vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor corrigido da causa, contudo suspendo a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do NCPC. X. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95".

(Acórdão n.1128307, 07137542120188070016, Relator: **ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF**, Data de Julgamento: 03/10/2018, **Publicado no DJE: 10/10/2018**. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

95. Veja portanto d. Julgadora, que num outro julgamento da própria 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal, de relatoria do Magistrado **ALMIR ANDRADE DE FREITAS**, que em situação idêntica a ora em análise, **NÃO CONSIDEROU ABUSIVA A CONTRATAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM DESCONTO DO VALOR MÍNIMO DA FATURA MENSAL EM RMC, TENDO AINDA FICADO ATESTADO QUE ALÉM DA CONTRATAÇÃO NÃO SER ABUSIVA, NÃO HOUVE QUALQUER OFENSA AO ARTIGO 52, DO CDC!!!**



96. Daí que se afirma pela completa impossibilidade de se sancionar o BMG nesta seara administrativa, frente a um caso em que houve um julgamento isolado, com *error in judicando*, baseado num entendimento e convicção pessoal do Magistrado Relator, que atenta contra os próprios ditames da Lei 10.820/2003 e/ou da Instrução Normativa INSS/PRES n.º 28/2008, assim como do próprio **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, bem como de outros julgamentos da própria 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal!

97. Diante disto, forçoso concluir que a intenção do legislador ao instituir a sanção prevista no art. 52, I, "b", da IN 28/2008, não foi de que a instituição financeira deve necessariamente ser sancionada ante à existência de sentença judicial condenatória, sendo certo ainda que, o conceito de "prática lesiva", não se restringe à existência de sentença judicial condenatória, devendo tal conceito ser perquirido de maneira ampla e sistêmica, mediante verificação de cada caso especificamente, até mesmo para se averiguar a existência de dolo da instituição financeira, o que definitivamente não é o caso do BMG.

98. Outrossim, há que se reconhecer que, em momento algum da indevida recomendação do Magistrado, ou até mesmo do acórdão que integrou o ofício enviado a esta Eg. Autarquia, houve a conceituação e delimitação precisa do que teria sido a eventual "prática lesiva" prevista no art. 52, I, "b", da IN 28/2008 imputada ao BMG, e muito menos, em tempo algum, houve a individualização de qualquer conduta do BMG que pudesse configurar como "prática lesiva", até porque, a par de não ficar evidenciado qualquer conduta dolosa do BMG, constata-se de forma comprovada, que a consumidora Ana Maria Rabelo celebrou contrato de cartão de crédito consignado com o BMG, realizando operação formalizada de saques e compras em vários momentos distintos, tendo ela realizado ainda pagamentos voluntários das faturas mensais do seu cartão, conforme demonstrado.

99. Ademais, também conforme demonstrou-se comprovadamente, não soa razoável e muito menos proporcional que, diante de um julgamento donde se extrai *error in judicando*, venha o BMG, praticamente de forma automática, ser sancionado também na esfera administrativa, pelo simples fato de ter havido uma indevida e ilegal recomendação do Magistrado, a qual, além de atentar contra disposições constitucionais pétreas, não condiz com a verdadeira realidade dos fatos ocorrida e comprovada na presente defesa, pautando-se, simplesmente, num entendimento pessoal e isolado daquele Magistrado.



100. Nesta toada, a mera alegações do consumidor de que ele não reconhece a contratação, que está devidamente formalizada e documentada conforme provas anexadas à presente defesa, definitivamente não pode servir de sustentáculo para configurar "prática lesiva", e muito menos para ensejar a aplicação de sanção na esfera administrativa contra o BMG, sob pena de flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o que não se admite sob a ótica da administração pública, a teor do previsto no art. 2.º da Lei n.º 9.784/1999.

101. Fato é que, por uma análise sistêmica do caput do art. 52 da IN/PRES 28/2008 com a previsão da alínea "b" do seu inciso I, assim como do ordenamento jurídico pátrio com um todo, e mediante aplicação da hermenêutica jurídica, fica bem claro que não basta a existência de "sentença judicial condenatória transitadas em julgado" para ensejar a aplicação da sanção prevista no inciso I do citado dispositivo legal, e muito menos, o fato de existir "sentença judicial condenatória transitada em julgado", por si só, também não configura de forma automática, a "prática lesiva" prevista na alínea "b" do inciso I.

102. Certo é que, a "prática lesiva", se observados os parâmetros previsto no caput do 52 da IN/PRES 28/2008, advém de irregularidades oriunda na veiculação de propagandas, prestação de informações falsas ou incorretas, ou premeditada ausência de respostas a questionamentos, tudo para encobrir determinada conduta dolosa, donde as instituições financeiras buscassem, de forma arquitetada e intencional, obter vantagem ou proveito em detrimento de uma vasta gama de consumidores, o que definitivamente não é o caso em debate, onde se verifica que a consumidora efetivamente contratou o cartão de crédito consignado com o BMG, tendo dele utilizado para a obtenção de saques e compras, sendo certo que sequer logrou êxito no deferimento do pleito de dano moral, conforme comprovado.

103. Daí que, num processo sancionatório desta jaez, deve se perquirir se de fato houve dolo da instituição financeira em adotar continuamente uma prática lesiva com base nos parâmetros supra perante vasta gama de consumidores, não sendo suficiente que a mera alegação de não reconhecimento do contrato celebrado por um único consumidor enseje a aplicação de sanção administrativa por esta Eg. Autarquia, mormente quando, repita-se, estar-se diante de um número ínfimo de caso (1) onde houve divergência por parte do consumidor, se comparado ao volume total de contratações averbadas por esta instituição financeira perante esta Eg. Autarquia.

104. Ora, não subsiste em nenhuma linha dos autos deste procedimento administrativo, comprovações que o BMG teria veiculado propaganda ou informação enganosa, falsa ou incorreta envolvendo o crédito consignado, não havendo



também qualquer comprovação de que tenha o BMG agido dolosamente frente à consumidora Ana Maria Rabelo.

105. Ao contrário, consta sim farta comprovação acerca da contratação por ela celebrada efetivamente, com autorização expressa de averbação em suas RMC, bem como fortes elementos probatórios de que, infelizmente, tal consumidora não se pautou na verdadeira realidade ocorrida em sua contratação quando da propositura de sua ação perante o Judiciário, podendo inclusive ter sido orientada previamente a proceder com a alteração da verdade dos fatos, o que reforça ainda mais a impossibilidade de sancionamento do BMG nesta esfera administrativa, sob pena de flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, até porque, já se comprovou que o Magistrado que recomendou o sancionamento do BMG nesta seara administrativa, extrapolou, e muito, os limites de sua competência, sendo certo também, que inclusive já houve a perda do objeto deste procedimento, face à edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que visa, justamente, sepultar por completo, a possibilidade do consumidor alegar, futuramente, não reconhecimento da contratação ou que não teria compreendido as informações relativas ao contrato que livremente celebrou.

106. Nesta ordem, em cumprimento aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e finalidade, assim como do ordenamento jurídico pátrio como um todo, outra conclusão não se alcança senão a de que o presente procedimento deve ser objeto de arquivamento, o que se requer desde já.

VI - DA INCONTROVERSA NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NO PRESENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO

107. Conforme demonstrou-se ao longo desta defesa, o Banco BMG S/A não praticou qualquer conduta infracional que justifique a aplicação de qualquer sanção ao mesmo, especialmente a prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, na medida em que se demonstrou e comprovou a inexistência de qualquer prática lesiva de sua parte frente à consumidora Ana Maria Rabelo, a qual, infelizmente, ao que tudo indica, não pautou sua narrativa judícia na verdade dos fatos realmente ocorridos.

108. Ademais, além de se ter demonstrado a flagrante incompetência do Magistrado para recomendar a esta Eg. Autarquia a aplicação de sanção ao BMG, também ficou evidenciada a perda de objeto deste procedimento em função da



edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, que certamente colocará uma pá de cal na possibilidade do consumidor alegar desconhecimento da contratação do cartão de crédito consignado por ele celebrada perante qualquer instituição financeira que seja, ou a falta de compreensão das informações relativas ao contrato, ou seu objeto, ou seu modo de execução, o que certamente impedirá também, a alteração da verdade dos fatos em juízo, implicando na diminuição de julgamentos com *error in judicando*.

109. Assim, diante de todo este contexto, não se revela razoável e proporcional que o BMG venha a sofrer severa sanção administrativa, mormente quando se está diante de um único contrato questionado frente ao total de contratações averbadas por esta instituição financeira nesta Eg. Autarquia.

110. Sobre o mencionado Princípio da Razoabilidade, **CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO**, em sua obra "CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO" 15.^a edição, Ed. Melhoramentos, 2003, página 99, ensina que:

"4º) Princípio da razoabilidade

13. Enuncia-se como este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis –, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.

Com efeito, o fato de a lei conferir ao administrador certa liberdade (margem de discricção) significa que lhe deferiu o encargo de adotar, ante a diversidade de situações a serem enfrentadas, a providência mais adequada a cada qual delas.

Não significa, como é evidente, que lhe haja outorgado o poder de agir ao sabor exclusivo do seu libito, de seus humores, paixões pessoais, excentricidades ou critérios personalíssimos, e muito menos significa que liberou a Administração para manipular a regra de Direito de maneira a sacar dela efeitos não pretendidos nem assumidos pela lei aplicanda. Em outras palavras: ninguém poderia aceitar como critério exegético de uma lei que esta sufrague as providências insensatas que o administrador queira tomar; é dizer que, avalize previamente as condutas desarrazoadas, pois isto corresponderia a irrogar dislates à própria regra de Direito."

111. Na esteira de tais ensinamentos Exmo. Julgador, é que se reitera o fato de que a melhor exegese da interpretação ao termo "prática lesiva" previsto



no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, com a *devida venia*, não é o simples fato de ter sido proferida sentença judicial condenatória com trânsito em julgado em desfavor do BMG, na qual se demonstra haver *error in judicando, data venia*, ante à alteração da verdade dos fatos pela consumidora, sendo certo que em tal julgamento, ainda que equivocado em suas fundamentações, sequer foi deferido o pleito de danos morais à consumidora, o que reforça ainda mais a impossibilidade se concluir que, *in casu*, houve "prática lesiva" por parte do BMG.

112. É certo que, se assim não fosse, e por consequência, uma instituição financeira, ao se deparar com uma sentença judicial condenatória transitada em julgado, já fique automaticamente sujeita à sanção prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008 sem se analisar com cautela e prudência os termos e correção da sentença judicial, bem como a real verdade dos fatos que ensejou a postulação judicial do consumidor, estar-se-á negando vigência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade que devem imperar nos atos da administração pública, razão pela qual reitera-se que não foi esta a intenção e finalidade do legislador administrativo ao prever a expressão "*prática lesiva*", que deve ser considerada restritamente aos casos em que a "*prática lesiva*" fique evidente, clara e incontroversa, mediante conduta dolosamente arquitetada por uma instituição financeira visando atentar contra os direitos de uma vasta gama de consumidores, para a obtenção de vantagem direta para si, o que definitivamente não é o caso. Nesta última hipótese exemplificada, aí sim, estaria se atendendo aos anseios dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a intenção do legislador administrativo ao prever a sanção do art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008.

113. A respeito do princípio da proporcionalidade, cumpre ainda invocar os valiosos ensinamentos do renomado doutrinador **HELY LOPES MEIRELLES**:

"O que se requer é a legalidade da sanção e sua proporcionalidade à infração cometida ou ao dano que a atividade causa à **coletividade ou ao próprio Estado**. As sanções do poder de polícia são aplicáveis aos atos ou condutas individuais que, embora não constituam crime, sejam inconvenientes ou nocivos à **coletividade**, como previstos na norma legal" (in **Direito Administrativo Brasileiro**, 31ª ed., Malheiros: São Paulo, 2005, pp. 139/140).

114. E *in casu*, a inconveniência e/ou nocividade, definitivamente, não está presente na conduta do BMG, nem mesmo frente à consumidora Ana Maria Rabelo, até porque, há que se levar em consideração que tal consumidora não foi fiel à verdade dos fatos envolvendo sua contratação quando de sua postulação judicial, restando claro e evidente, portanto, que o BMG não pode sofrer sanção administrativa alguma, quicá a



prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, que se revela um tanto quanto desproporcional e desarrazoada aos fatos e fundamentos delimitados no presente procedimento.

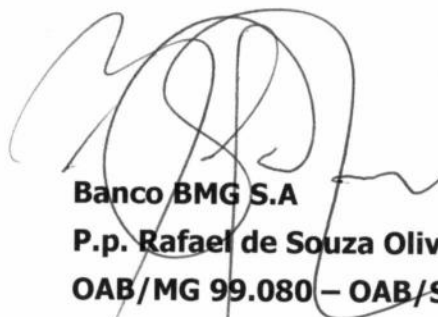
VII – CONCLUSÃO/PEDIDOS

115. Diante de todo o exposto, a par do requerimento de reunião deste procedimento com o procedimento decorrente do Ofício n.º 92/INSS/CGCPB/DCONB, cujos fatos e fundamentos são idênticos ao do presente, e também envolvem a indevida e ilegal recomendação de aplicação de sanção ao BMG perante esta Eg. Autarquia por Magistrado integrante da 2.ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que é absolutamente incompetente para tal, e assim acaba por macular o presente procedimento com uma nulidade absoluta logo em seu nascedouro; considerando ainda a perda de objeto do presente procedimento em face da edição e publicação da Instrução Normativa INSS n.º 100 de 28/12/2018, e principalmente, considerando que inexistiu qualquer prática lesiva do BMG que justifique a aplicação de qualquer sancionamento ao mesmo, notadamente a prevista no art. 52, I, "b" da IN/PRES 28/2008, confiando na aplicação dos princípios da finalidade, razoabilidade e proporcionalidade - *adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito como definido pelo STJ* - no presente procedimento, requer o Banco BMG S/A o arquivamento do presente processo.

116. Protesta o BMG pela ampla produção de provas em direito admitidas, notadamente, a prova documental, pericial e oitiva de testemunhas.

Pede deferimento.

São Paulo, 10 de abril de 2019.



Banco BMG S.A
P.p. Rafael de Souza Oliveira Penido
OAB/MG 99.080 – OAB/SP 368.445

TERMO DE ADESÃO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

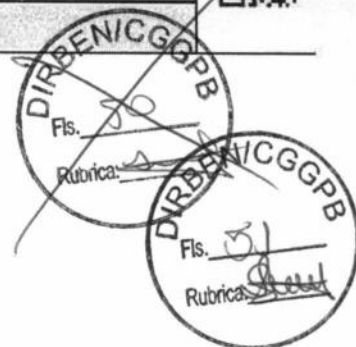
Convênio

Nº ADE



I - DADOS PESSOAIS DO(A) TITULAR(ADERENTE)

1. Nome do Cliente 2. Sexo 3. CPF
4. Nº Doc. Ident. /Tipo/ Órgão Expedidor / Data de Emissão
5. Data de admissão / 6. Nº da matrícula ou benefício:
7. Estado Civil 8. Data Nascimento 9. Nacionalidade 9.1 Naturalidade (Cidade/UF)
10. Telefone (residencial / celular) 11. E-mail
12. Endereço Residencial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)
12.1 Endereço Comercial Completo (rua/Av., bairro, Cidade, Estado e CEP)
13. Renda Mensal/ Outras rendas 13.1 Patrimônio
14. Nome da Mãe/Nome do Pai 15. Nome do Cônjuge / Companheiro(a)
16. PEP (pessoa politicamente exposta): (a) Não/(b) Sim (justificativa)
17. Natureza da operação: (a) Financeira/ (b) Outras (especificar)
18. Propósito da operação: (a) Conta Corrente/Investimentos (b) Empréstimos/ Financiamentos (c) Câmbio (d) Derivativos (e) Serviços (f) Outros(especificar):



II - CARACTERÍSTICAS DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

1. Valor consignado para pagamento do valor mínimo indicado na fatura (observar limite legal estabelecido e os termos do convênio firmado junto ao conveniado)
2. Abrangência 3. Solicitação de cartão adicional
4. Encargamento
5. Taxa de emissão (verificar se o convênio permite)
6. Cadastro (Apenas novo cadastro)
7. Nome completo do adicional /8. Grau de parentesco do Adicional (em relação ao Titular)
9. Forma de Pagamento: Mensal

III - DADOS BANCÁRIOS DO(A) TITULAR

Banco/ Nº Banco /Agência/ nº da Conta Corrente

IV- SERVIÇO DE PROTEÇÃO DE PERDA E ROUBO (se disponibilizado)

Valor por cartão solicitado¹. ¹O Titular declara estar ciente de que em caso de inadimplência a prestação deste serviço poderá ser suspensa ou cancelada.

V - DADOS DO CORRESPONDENTE NO PAÍS/SUBSTABELECIDO (preenchimento exclusivo CREDOR)

1. Empresa / CNPJ / Cod Loja
2. Endereço/telefone
3. Nome/CPF do Agente de Venda

Local e data:

Assine abaixo e confirme a contratação de seu Cartão de Crédito Consignado BMG Card



Assinatura do TITULAR:

[Handwritten signature area]



DECLARAÇÃO SE ANalfabeto ou IMPEDIDO DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

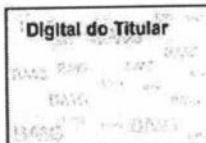
Nome:

CPF ou CI:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:



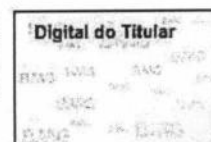
VI- CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EMITIDO PELO BANCO BMG S.A.

Autorização para desconto: 6.1. O(A) TITULAR autoriza a sua fonte empregadora, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar o desconto mensal em sua remuneração/benefício, em favor do BANCO BMG S.A. para o pagamento correspondente ao valor mínimo indicado na fatura mensal do cartão de crédito consignado ora contratado. 6.2. O(A) TITULAR declara estar ciente de que o produto ora contratado refere-se à um Cartão de Crédito Consignado, declarando, ainda, estar de acordo com o valor a ser averbado, conforme disposto no quadro II deste termo, estando o mesmo em conformidade com o pactuado, não sendo-lhe exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s). O(A) TITULAR declara estar ciente de que o referido valor será automaticamente majorado e/ou minorado na mesma proporção de eventuais e futuros aumentos e/ou diminuições em sua margem consignável. 6.3. Ocorrendo a inadimplência e/ou a impossibilidade do desconto em folha de pagamento/benefício, nos ora convenionados, o(a) TITULAR autoriza o BANCO BMG S.A., diretamente ou através de empresas terceirizadas, a debitar em qualquer conta corrente de sua titularidade, mantida junto ao BANCO BMG S.A. ou em outra Instituição Financeira, o valor vencido e não pago, destinando os recursos única e exclusivamente para amortizar o saldo devedor do Cartão de Crédito Consignado ora contratado. Neste ato, o(a) TITULAR autoriza, ainda, o BANCO BMG S.A. a ter acesso aos seus dados de depósitos e aplicações em outras instituições financeiras, nos termos do artigo 1º, § 3º, V da Lei Complementar nº 105/01 que dispõe a não configuração de quebra

de sigilo bancário a revelação de informações sigilosas com o expresso consentimento do interessado. **VII- Declarações do(a) TITULAR e condições gerais da adesão:** 7.1. Conforme disposto no item 16 do presente documento, o(a) TITULAR declara, para os devidos fins, seu enquadramento como PCP "Pessoas Politicamente Exposta", assim considerados, nos termos Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009 do Banco Central, os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo. 7.1.1. O(A) TITULAR declara que sua movimentação financeira está sempre atrelada ao propósito e à natureza de relação de negócios, conforme declarado no item 17 e 18 do Quadro I do presente termo, e que havendo qualquer mudança de propósito e natureza da relação de negócios, comunicará imediatamente e formalmente o Banco BMG. 7.2. O TITULAR declara em cumprimento ao disposto no art. 2º, III, da Circular nº 3.461/09, do Banco Central, que conhece as regras da Lei nº 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" e normas complementares publicadas pelo Banco Central e Conselho Monetário Nacional, tendo ciência de que o BANCO BMG S.A. e as Instituições financeiras a ele ligadas (controladas, controladoras ou sob controle comum) possuem, por força legal, obrigação de comunicar ao Banco Central sobre a ocorrência de determinadas operações previstas nas referidas normas, nada tendo a opor quanto ao referido procedimento. 7.3. O(A) TITULAR declara que os investimentos e movimentações financeiras por ele(a) pretendidas são compatíveis com sua atividade, rendimentos e situação patrimonial e que para fins do disposto na Lei nº 9.613/98, regulamentada pelo Banco Central, os montantes que vierem a ser movimentados e/ou investidos pelo(a) mesmo(a) não provêm de atividade ilícita. 7.4 O(A) TITULAR declara ter ciência que: (i) o SAQUE é um serviço facultativo atrelado ao cartão, que somente será disponibilizado pelo BANCO BMG S.A. ao TITULAR ou adicional, se houver, nas hipóteses na legislação/regulamentação aplicável e observando os termos e condições constantes no convenio firmado entre o BANCO BMG S.A. e o empregador/conveniado; (ii) SAQUES adicionais mediante o cartão poderão ser formalizados: (i) por meio de gravação telefônica, opção esta destinada apenas ao TITULAR e observando-se o disposto no convênio firmado entre o empregador/conveniado e o BANCO BMG S.A. e o disposto na legislação aplicável; (ii) mediante a celebração de uma Cédula de Crédito Bancário- CCB, a ser emitida nos termos da Lei nº 10.931/04, (iii) nos terminais de auto atendimento credenciados à bandeira ou (iii) mediante outras formas disponibilizadas pelo BANCO BMG S.A., a seu critério, desde que permitidas na legislação/regulamentação aplicável. 7.5. O(A) TITULAR declara que previamente à assinatura deste termo foi devidamente informado de que a utilização do cartão para a realização de determinadas transações, bem como a opção de contratação de empréstimo, financiamento ou parcelamento mediante a utilização do cartão, acarretará na cobrança de encargos e tarifas, nos termos do disposto no regulamento de utilização do cartão e na legislação vigente. Os encargos do período serão informados na fatura e o percentual máximo de encargos que incidirão no mês subsequente serão, obrigatoriamente, informados ao TITULAR e/ou adicional, se aplicável, de forma prévia, possibilitando que o(s) mesmo(s) tenha(m) pleno conhecimento acerca dos valores que lhe serão cobrados previamente à contratação de qualquer operação, seja de qualquer serviço atrelado ao cartão e/ou realização de transação da qual decorra a cobrança de encargos. 7.6. O(A) TITULAR autoriza, de forma irrevogável e irretroatável o BANCO BMG S.A. a: (i) Manter em cadastro ou banco de dados o seu nome, qualificação e outros informes pessoais, bem como a manter em cadastro ou banco de dados as respectivas informações relacionadas ao adicional, se houver; (ii) Obter, fornecer e compartilhar as informações cadastrais, financeiras e de operações ativas e passivas e serviços prestados junto a outras instituições pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., ficando todos autorizados a examinar e utilizar, no Brasil e no exterior, tais informações, inclusive para oferta de produtos e serviços; (iii) Compartilhar informações cadastrais com outras instituições financeiras; (iv) Informar os dados relativos a todas as obrigações assumidas pelo(a) titular e/ou adicional, inclusive os dados relativos à falta de pagamento de obrigações assumidas em decorrência da adesão ao regulamento, para constarem de cadastros compartilhados em Banco de Dados de proteção ao crédito, tais como SERASA e SPC (v) Fornecer ao Banco Central do Brasil, para integrar o Sistema de Informações de Créditos(SCR), a qualquer tempo, mesmo após a rescisão do contrato, dados a respeito de suas dívidas a vencer e vencidas, inclusive as em atraso e as operações baixadas com prejuízo, o valor das obrigações assumidas e das garantias prestadas, bem como a consultar e acessar o SCR sobre informações consolidadas e registradas em seus respectivos nomes, prestadas por outras instituições financeiras, vedada a sua divulgação para terceiros; bem como prestar, consultar e compartilhar as suas informações cadastrais com outras instituições financeiras ou assemelhadas, nos termos do disposto na presente cláusula e utilizá-las para fins administrativos e de marketing, na forma da legislação vigente. 7.7.O(A) TITULAR declara conhecer e estar apto a efetuar qualquer negócio com as Instituições financeiras pertencentes ao grupo financeiro do BANCO BMG S.A., dentre elas: contratação de novas operações de empréstimo ou financiamento, renegociações, saque em dinheiro, tudo dentro dos limites de margem consignável, mediante a utilização do cartão, seja pelos terminais de auto atendimento (ATM/POS), pelo "Internet Banking", pela Central telefônica e quaisquer outros meios eletrônicos disponibilizados pelas Instituições financeiras integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. 7.8. Formalização Eletrônica: Em casos de contratação eletrônica, o(a) TITULAR confirma que admite como válido o meio de comprovação da autoria e da integridade da assinatura e das informações capturadas e utilizadas neste Termo de Adesão. Nessa hipótese, a assinatura do presente Termo ocorrerá por meio eletrônico, dentre os quais a assinatura capturada em tela sensível ao toque (touch screen), que será submetida à verificação de compatibilidade com os perfis biométricos do(a) TITULAR previamente capturados e armazenados; a contratação via aposição de senha ou qualquer outro meio válido de assinatura eletrônico, admitindo-se, inclusive, a utilização de SMS, e-mail e outros meios remotos de contato e interação entre as Partes para tal fim, que reproduzirão a livre e espontânea vontade e manifestação do(a) TITULAR. Este (em caso de contratação eletrônica) e quaisquer outros documentos celebrados eletronicamente a partir desta data entre o(a) TITULAR e o Banco poderão se utilizar do mesmo meio eletrônico de assinatura, sendo considerados, para todos os efeitos, válidos e exequíveis. O(A) TITULAR autoriza o compartilhamento dos dados relativos ao perfil biométrico de sua assinatura eletrônica entre instituições que mantenham relações comerciais com o Banco ou que pertençam ao conglomerado do qual o Banco faz parte. 7.9.O(A) TITULAR autoriza as empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. a contatá-lo por qualquer meio, inclusive telefônico, e-mail, SMS e correspondência para enviar comunicações a respeito do cartão e informações relativas aos produtos, serviços, promoções e novidades relacionadas às empresas integrantes do grupo financeiro do BANCO BMG S.A. ou do estabelecimento cuja marca encontrar-se indicada no cartão, podendo o titular cancelar a presente autorização a qualquer momento mediante contato junto à central de relacionamento. 7.10. O(A) TITULAR dispensa expressamente o BANCO BMG S.A. de enviar mensalmente a via física do demonstrativo mensal (fatura) com a descrição das despesas relacionadas à utilização do Cartão de Crédito Consignado ora contratado, estando ciente de que tal documento lhe será disponibilizado via Internet banking e que em caso de dúvidas, poderá contatar o BANCO BMG S.A. através dos canais de atendimento disponibilizados. 7.11. Comunicação: O(A) TITULAR autoriza que o Banco BMG lhe envie mensagem eletrônica(e-mail) e mensagem SMS, por telefone, com informações sobre produtos e serviços oferecidos pelo Banco BMG ☐ não concordo com o envio das mensagens. 7.12. Ao assinar o presente documento o(a) TITULAR declara-se vinculado, em caráter irrevogável, irretroatável e de forma incondicional, ao disposto no Regulamento de Utilização do cartão de crédito consignado emitido pelo BANCO BMG registrado perante o 3º oficial de registro de títulos e documentos e registro civil de pessoa jurídica da capital de São Paulo sob o nº 8905949 em 17.04.2015. CANAIS DE ATENDIMENTO BANCO BMG: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) / SAC 0800 9799 099 / Deficientes auditivos e ou de fala 0800 9797 333 / OUVIDORIA 0800 723 2044.

Assinatura do TITULAR (ou rogado, se aplicável):

Assinatura do TITULAR (ou rogado, se aplicável):





TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO



Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública n. 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União.

I - TITULAR: 1. Nome Completo do TITULAR / 2. CPF / 3. Nº do Benefício:

II - PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO SALDO DEVEDOR: Desde que cumpridas as condições descritas no item VI, abaixo, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até:

Eu, acima qualificado como titular do cartão de crédito consignado contratado com o Banco BMG S/A, declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, estar de ciência e de acordo que:

- (i) contratei um cartão de crédito consignado;
- (ii) fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;
- (iii) a diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo Banco BMG S.A, já que, caso a fatura não seja integralmente paga até data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;
- (iv) declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
- (v) estou ciente de que a taxa de juros do Cartão de Crédito Consignado é inferior à taxa de juros do Cartão de Crédito convencional;
- (vi) sendo utilizado o limite parcial ou total de meu Cartão de Crédito Consignado, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado até o termo final do prazo citado na campo II do Quadro Preambular, contados a partir da data do primeiro desconto em folha, **DESDE QUE:** (a) eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização; (b) não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão; (c) os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção, até o total da dívida; (d) eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e (e) não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios.

Para tirar dúvidas acerca do Contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o TITULAR poderá entrar em contato, gratuitamente, com o Banco BMG S.A através dos seguintes Canais de atendimento: Central de Relacionamento BMG CARD 4002 7007 (ligações de celular) e 0800 770 1790 (ligações de tel. fixo) /Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 979 9099 /Deficientes auditivos e ou de fala 0800 979 7333 / OUVIDORIA 0800 723 2044

Local e data:



Assinatura do TITULAR:

DECLARAÇÃO SE ANALFABETO OU IMPEDIDO DE ASSINAR: Declaro que ouvi atentamente a leitura deste Termo de Adesão na presença das testemunhas abaixo, tendo compreendido seu conteúdo, estou ciente de todas as condições e obrigações assumidas.

A rogo do(a) TITULAR, assina o rogado:

Nome:

CPF ou CI:

Testemunhas:

Nome/CPF:

Nome/CPF:

Digital do Titular



Assinatura eletrônica:

705042



ANA M. RABELO



AA1107286258

CX: 34999

PS: 10

DC: 188694367

Termo de Adesão / Autorização para Desconto nos Benefícios Previdenciários - INSS



Operação: 2795 Produto: 145 Cód. do Benef.: 14521 Nº ADE: 14521

I - DADOS PESSOAIS - MUTUÁRIO

Nome: Ana Maria Rabelo

CPF: 084.489.731-00 Sexo: ☐ MASC ☒ FEM Data de Nascimento: 05/12/1943 Nº do Benefício: 0307120007

Estado Civil: Viúva Nome do Cônjuge: Marcelo das Neves de Jesus

Nome da Mãe: Lucia Francisca da Silva

Nome do Pai: Antônio - MG

Naturalidade (Cidade / Estado): Brasília

Documento de Identidade: 169.499 Orgão Emissor: SSP UF: DF Data de Emissão: 26/03/1999

CEP: 72602307 Endereço: Quadra 111 Conj 6

Numero: 21 Complemento: Recanto das Palmeiras Bairro: Recanto das Palmeiras UF: DF E-mail:

Cidade: Recanto das Palmeiras DDD: 061 Telefone: 3333.3481 Ramal: Telefone de Contato: ☐ COM ☒ RES ☐ CEL.

Especie da Aposentadoria: ☐ Tempo de Serviço ☐ Tempo de Contribuição ☐ Invalidez Permanente ☐ Pensionista ☐ Outros.

Dependente (01): CPF:

Dependente (02): CPF:

II - DADOS DO CONSIGNATÁRIO - BANCO BMG S.A. sediado à Av. Alvaros Cabral, nº 1707, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, designada BMG, possuidor do Código nº

III - Características da Operação/Consignação com reserva de margem de até 20%

Valor Solicitado - R\$: 2.039,58 Valor do IOF - R\$: 73,41 Parcela Vinculante: 07/06/08 Vinculante Final: 07/05/13

Valor Liberado - R\$: 2.039,58 Nº Prestações: 60 Valor de cada Prestação: 35,33 Valor Total: 4.514,40 Taxa Contratual: 37,04 % a.m. equiv. a: 37,04 % a.a.

III.1 - CARTÃO BMG MASTER

Valor mínimo consignado, para pagamento mensal inserido na fatura, observado o limite de até 10% dos benefícios: 76,80

Vencimento da fatura: 10 de cada mês Taxa Contratual: 37 % a.m. equivalente a 55,59 % a.a. Valor do IOF - R\$: 0,0082

Identificação do Cartão (Matrícula alternativa para emboosing - 4ª Linha)

IV - Dados para Crédito da Operação

☐ Conta Corrente ☐ Conta Poupança Banco: 341 Agência - DV: Nº Cetes - DV:

☒ Ordem de Pagamento Nome do Banco: 341 ☐ Cartão Dinheiro Rápido BMG Nº do Cartão:

V - Dados do Correspondente/Substabelecido

CNPJ / CPF: 37161 Nome: Mundial Cred Promotora de Crédito Ltda

VI - Dados do Representante (assinante a Razo)

Nome: Identidade:

CPF: Endereço Completo:

Bairro: Cidade:

Campos reservados ao Banco BMG

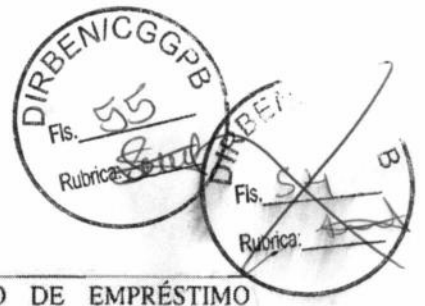
☐ C0 ☐ C1 ☐ C2 ☐ C2 Cliente classificado como "pessoa politicamente exposta" ☐ Sim ☐ Não Enquadramento (cargos, empregos ou funções públicas)

O MUTUÁRIO se responsabiliza pela exatidão das informações prestadas, à vista dos originais do documento de identidade, do CPF, comprovante de endereço e rendimento, relação de bens patrimoniais e outros comprobatórios dos demais elementos de informação apresentados, sob pena de aplicação do disposto no art.64 da Lei nº 8.383, de 30.12.91.

VISTOS:

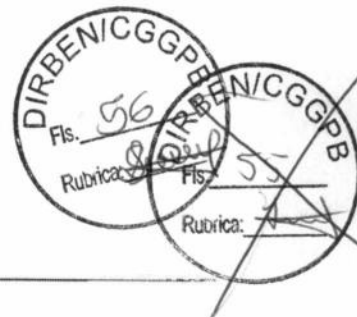
Ana Maria Rabelo

1.01.105 - A Vg.: 07.01.2008 1



- 1- Este Termo de Adesão constitui parte integrante do CONTRATO DE EMPRÉSTIMO PESSOAL/FINANCIAMENTO e do CONTRATO PARA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO BMG CARD (BMG MASTER), ambos MEDIANTE CONSIGNAÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, registrados no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte/MG. O MUTUÁRIO reconhece que o cancelamento dos descontos não poderá ocorrer antes de liquidado o seu débito, declarando estar recebendo, neste ato, cópias dos citados Contratos.
- 1.1. Fica autorizado, alternativamente, o débito das prestações referidas no item III retro na conta do MUTUÁRIO, indicada no item IV ou em outra conta que venha a substituí-la.
- 1.2. O MUTUÁRIO declara que o valor da prestação a ser averbado, constante nos itens III e III.1, está de conformidade com o pactuado, compreendendo os encargos ali previstos e que não lhe fora exigido qualquer outro encargo e/ou aquisição de outro(s) produto(s).
- 1.3. Caso o MUTUÁRIO tenha optado pelo recebimento do valor financiado através do Cartão Dinheiro Rápido BMG, cartão este que tem a única e exclusiva finalidade de liberação do crédito pactuado nesta operação, o mesmo declara estar recebendo neste ato o referido o Cartão, de forma que este somente poderá ser desbloqueado desde que o MUTUÁRIO tenha margem e comporte este empréstimo.
- 1.4. O MUTUÁRIO, em não possuindo conta bancária, corrente ou poupança, faculta ao BMG liberar o seu crédito via Ordem de Pagamento, cujo saque do valor financiado poderá ser feito nos caixas das agências dos Bancos Conveniados ou nos caixas eletrônicos destes, utilizando, neste último caso, o Cartão Dinheiro Rápido BMG, conforme item IV deste e legislação aplicável à espécie.
- 1.5. Caso o MUTUÁRIO tenha optado pelo saque do valor financiado com a utilização do Cartão Dinheiro Rápido BMG, o mesmo declara estar recebendo neste ato o referido Cartão, de forma que este somente poderá ser desbloqueado e utilizado desde que o Mutuário tenha margem e comporte este empréstimo.

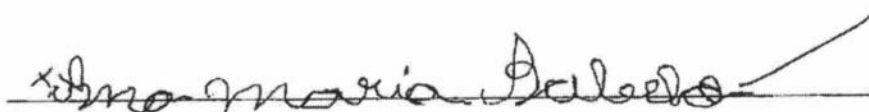
VISTOS:



2- Com o presente, o MUTUÁRIO autoriza:

- 2.1. Ao INSS, em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável, a promover os descontos dos seus benefícios previdenciários, o valor mensal e quantidade de prestações especificadas nos itens III e III.1 retro, conforme disponibilidade de margem consignável e de acordo com a previsão legal contida no artigo 6º da Lei número 10.820/03 e inciso VI do artigo 154 do Decreto número 3.048/99, bem como, dos valores referentes a utilização do Cartão BMG MASTER, principal e acessório de todos os valores devidos, cujos descontos deverão permanecer até a integral liquidação do saldo devedor de sua responsabilidade.
- 2.2. A averbação relativa aos tributos incidentes sobre a operação ora contratada, que se encontram incorporados às prestações ora averbadas.
- 3- O MUTUÁRIO reconhece como líquido, certo e exigível o valor consignado, comprometendo-se em caráter irrevogável e irretratável, aos pagamentos mensais, ora assumidos.
- 4- O MUTUÁRIO autoriza, neste ato, ao BMG a emitir e a lhe enviar o Cartão de Crédito e Débito de propriedade do BMG, denominado BMG MASTER, reconhecendo que a denominação "MASTER" é utilizada para fins meramente comerciais, não alterando a definição de BMG CARD ou CARTÃO.
- 5- O MUTUÁRIO está ciente e de acordo que poderá desistir deste Termo de Adesão referente ao CARTÃO BMG MASTER, no prazo de 07 (sete) dias a contar do recebimento do referido Cartão, promovendo a restituição do mesmo ao BMG, devidamente inutilizado, e desde que não o tenha utilizado, sendo que tal procedimento não lhe acarretará qualquer ônus.
- 6- O MUTUÁRIO poderá contar com as operações disponibilizadas no âmbito do BMG INTERNET BANKING, tais como, contratação de novas operações e/ou renegociações de operações em curso, dentro dos limites de margem consignável, desde que possua senha e código de usuário para acessar o sistema, declarando ter conhecimento dos termos do Regulamento para prestação dos aludidos serviços, registrado junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte/MG.

VISTOS:





- 7- O MUTUÁRIO reconhece que os correspondentes ou seus agentes não estão autorizados a receber quaisquer taxas e ou reembolsos de despesas e que, em caso de dúvidas manterá contato com o BMG através do número 0800 724 3100.
- 8- O MUTUÁRIO declara ter lido e compreendido todas as cláusulas e condições deste termo de adesão e dos Contratos que ora adere, ficando ciente de que requereu os créditos conscientemente, após verificada a sua condição de pagamento, não implicando em excessivo endividamento, nem prejudicando a sua subsistência.

Local e Data: Brasília, 18 de 02 de 2008.

Assinatura do BMG

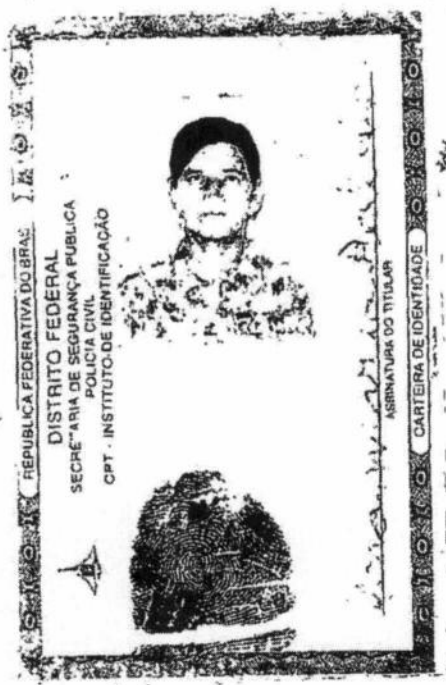
Assinatura do Aposentado ou Pensionista/ Mutuário
ou Representante ("assinante a rogo")



Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____



Rua: VA. DAVENCO - 1307 - FLORESTA NACIONAL - 70150-000
 169 409 / 26-01-1999
ANA MARIA RABELO
 Pedro Francisco da Silva
 Maria das Dores de Jesus
 ATOS - HB
 DATA DE NASCIMENTO: 05-12-1946
 Cert. Cas. 1731, Fls. 321, v. 87, 88
 Livro de Fale-NB
 024 407 731 88

DIRBEN/CGGPB
 Fls. 58
 Rubrica: *[Signature]*
 DIRBEN/CGGPB
 Fls. 59
 Rubrica: *[Signature]*

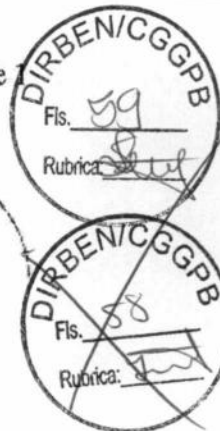
caesb COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
 Av. Stipluna - Lts. 13/21 - Águas Claras-DF - CEP 71924-720
 INSCRIÇÃO NO CF/DF: 07.324.607/001-07
 CNPJ: 00.002.024/0001-37

ANA MARIA RABELO		MÊS/ANO: 02/2008	
Q 111 CJ 06 C 21		VENCIMENTO: 23/02/2008	
REC DRS EMAS 06/02/08 11:44		INSCRIÇÃO: 289161 - 1	
0305 0240 03 2602302 1 F		07000270223	
NÚMERO	HIDRÔMETRO	CATEGORIA	IMÓVEL
Y96S114279	11/11/1995	RESIDENCIAL	1
DATA	LEITURA ANTERIOR	DATA	LEITURA ATUAL
05/01/2008	2231	06/02/2008	2254
		MEDIDO 23	



PREVIDÊNCIA SOCIAL
A seguradora do trabalhador brasileiro

UNIAVINEZ
GOVERNO
FEDERAL



Detalhamento de Crédito

Número do Benefício		Nome do Segurado	
030.712.000-7		ANA MARIA RABELO	
Competência	Período a que se refere o crédito :	Pagamento através de :	
02/2008	01/02/2008 a 29/02/2008	CARTAO MAGNETICO	
Espécie			
21 PENSÃO POR MORTE PREVIDENCIARIA			
Banco	Agência bancária	Código do Banco	
BRASIL	NUCLEO BANDEIRANTE-BRASILIA,DF	233216	
Endereço do banco		Disponível para recebimento de :	
AV. CENTRAL, 625/635		07/03/2008 a 30/04/2008	
CRÉDITOS			
Descrição das Rubricas		Valor	
Mens. reajustada		380,00	
DÉBITOS			
Valor Bruto	Valor dos Descontos	Valor Líquido	
380,00	0,00	380,00	

Este extrato vale para simples conferência



Página Anterior



CHAMADREX





SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão N°

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

VENCIMENTO 10/10/2016

Página 1/1

LIMITES

De Crédito 1.576,00
De Saque 0,00

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	3,01
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	0,00
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	3,01
(*) Encargos Contratuais	R\$	0,00
(*) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(*) Ajustes	R\$	0,00
(*) Compras / Saques do mês	R\$	170,96
(*) Parcelas Fixas	R\$	0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	174,06

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos
3,01	0,00	171,05
Total Nacional R\$		
TOTAL 1 174,06		

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em
0,00 X	0,0000
Total Internacional R\$	
TOTAL 2 0,00	
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO
174,06	0,00

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,36 % (AM)
	Juros por atraso	3,36 % (AM)
	Juros próximo período	3,36 % (AM)
	Por atraso próx. período	3,36 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF



Número do documento: 18041813355963600000015483220
<https://pje.tjdft.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18041813355963600000015483220>
Assinado eletronicamente por: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - 18/04/2018 13:36:00

Num. 16004912 - Pág. 176

Processo 0700735-36.2018.8.07.0009 (1732126)

SEI 35000.000290/2019-94 / pg. 119



SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão N°

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

VENCIMENTO 10/11/2016

Página 1/1

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA HISTÓRICO

MOEDA DE ORIGEM

EM R\$/US\$

ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116

24/09/2016 PANIFICADORA E CONFEI BRASILIA BRA
24/09/2016 POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR
24/09/2016 MERCEARIA BR Brasilia BRA
26/09/2016 FUN GIRLS BRASILIA BRA
28/09/2016 POSTO CASCOL JAGUAR BRASILIA BRA
28/09/2016 MIAMI DOCES E FESTAS BRASILIA BRA
28/09/2016 EURO SUPERMERCADO BRASILIA BRA
28/09/2016 ARMARINHOS NOVIDADES BRASILIA BRA
28/09/2016 EURO SUPERMERCADO BRASILIA BRA
28/09/2016 ARMARINHO TADEU BRASILIA BRA
28/09/2016 PAULISTANA BRASILIA BRA
28/09/2016 MULTI PANO BRASILIA BRA
28/09/2016 MERCADO SUPER GIRO RECANTO DAS E B
28/09/2016 SHOWMAK BRASILIA BRA
28/09/2016 MODELO ARTESANATO E AR BRASILIA BR
29/09/2016 MERCADOPAGO 01/02 OSASCO BR
01/10/2016 EURO SUPERMERCADO BRASILIA BRA
01/10/2016 POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR
01/10/2016 POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR
07/10/2016 TATICO R. DAS EMAS Bras lia BRA
08/10/2016 POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA
08/10/2016 MERCADOPAGO 01/03 Osasco BR
11/10/2016 CASCOL COMBUSTIVEIS BRASILIA BRA
11/10/2016 CASCOL COMBUSTIVEIS BRASILIA BRA
11/10/2016 POSTO RECANTO DAS EMAS BRASILIA BR
12/10/2016 IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA
14/10/2016 PAGAMENTO
15/10/2016 TATICO R. DAS EMAS Bras lia BRA
17/10/2016 FUN GIRLS BRASILIA BRA
25/10/2016 IOF
25/10/2016 ENCARGOS ROTATIVO

11,80

50,00

30,18

21,00

50,00

23,80

73,58

9,45

44,59

15,83

28,00

8,98

16,69

15,00

26,00

38,94

26,26

50,00

50,00

170,18

25,00

69,40

100,00

40,00

20,00

0,64

174,06

100,00

34,00

0,05

0,77

LIMITES

De Crédito

De Saque

1.576,00

1.544,00

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR

(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações

(-) Saldo da Fatura Ant. atualizado

(+/-) Encargos Contratuais

(+/-) Taxas / Anuidades

(+/-) Ajustes

(+/-) Compras / Saques do mês

(+/-) Parcelas Fixas

(+/-) TOTAL DESTA FATURA

174,06

174,06

0,00

1,48

0,00

0,00

1.148,68

133,34

1.150,14

"É vedada, nos termos da Circular n.2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$

Créditos

Débitos

174,06

174,06

1.283,48

Total Nacional R\$

TOTAL 1

1.150,14

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$

Cotação do Dólar em

00/00/0000

0,00

X

0,0000

Total Internacional R\$

TOTAL 2

0,00

TOTAL DESTA FATURA (1+2)

PAGAMENTO MÍNIMO

1.150,14

46,89

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS Encargo Contr. do Período 3,36 % (AM)
Juros por atraso 3,36 % (AM)
Juros próximo período 3,36 % (AM)
Por atraso próx. período 3,36 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF



Número do documento: 18041813355663600000015483220
<https://pje.tjdft.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18041813355663600000015483220>
Assinado eletronicamente por: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - 18/04/2016 13:36:00

Num. 16004912 - Pág. 177

Processo 0700735-36.2018.8.07.0009 (1732126)

SEI 35000.000290/2019-94 / pg. 121



SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

Cartão N°

5259.2201.2044.2026

VENCIMENTO 10/12/2016

Página 1/1

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA HISTÓRICO

MOEDA DE ORIGEM

EM R\$/US\$

ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116

29/09/2016 MERCADOPAGO 02/02 OSASCO BR
08/10/2016 MERCADOPAGO 02/03 Osasco BR
08/10/2016 POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA
25/10/2016 TATICO R. DAS EMAS Bras lia BRA
27/10/2016 RITA MARIA CORREIA TOR BRASILIA BR
27/10/2016 TUDO DA FAZENDA RECANTO DAS E BRA
27/10/2016 MERCADO SUPER GIRO RECANTO DAS E B
27/10/2016 POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA
10/11/2016 PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA
13/11/2016 IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA
16/11/2016 PAGAMENTO
18/11/2016 DROGARIA MARANHENSE RECANTO DAS E
20/11/2016 POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA
27/11/2016 IOF
27/11/2016 ENCARGOS ROTATIVO

RESUMO DAS DESPESAS	
TOTAL DA FATURA ANTERIOR	1.150,14
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	546,89
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	603,25
(*) Encargos Contratuais	28,36
(*) Taxas / Anuidades	0,00
(+/-) Ajustes	0,00
(*) Compras / Saques do mês	403,74
(*) Parcelas Fixas	183,33
(=) TOTAL DESTA FATURA	1.035,85

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos
1.150,14	546,89	615,93
Total Nacional R\$		
TOTAL 1 1.035,85		

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em
0,00	00/00/0000
Total Internacional R\$	
TOTAL 2 0,00	
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO
1.035,85	38,18

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,36 % (AM)
	Juros por atraso	3,36 % (AM)
	Juros próximo período	3,36 % (AM)
	Por atraso próx. período	3,36 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF





SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão N°

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

VENCIMENTO 10/01/20

Página 1/1

LIMITES

De Crédito

De Saque

1.576,00

1.497,00

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR

(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações

(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado

(*) Encargos Contratuais

(*) Taxas / Anuidades

(*) Ajustes

(*) Compras / Saques do mês

(*) Parcelas Fixas

(*) TOTAL DESTA FATURA

1.576,00

1.497,00

1.576,00

997,67

37,16

0,00

0,00

408,23

187,72

1.443,06

*É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$		Créditos		Débitos	
1.035,85	-	38,18	+	633,11	=

Total Nacional R\$

TOTAL 1 1.443,06

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$		Cotação do Dólar em	00/00/0000
0,00	X		0,0000

Total Internacional R\$

TOTAL 2 0,00

TOTAL DESTA FATURA (1+2)		PAGAMENTO MÍNIMO	
1.443,06		56,34	

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
08/10/2016	MERCADOPAGO 03/03 Osasco BR		69,40
27/10/2016	POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA		25,00
20/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA		25,00
25/11/2016	MERCADOPAGO 01/06 OSASCO BR		18,32
25/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA		25,00
26/11/2016	MERCEARIA BR Brasília BRA		17,50
26/11/2016	TUDO DA FAZENDA RECANTO DAS E BRA		25,55
26/11/2016	RICARDOELETRO CONTAGEM BRA		76,23
26/11/2016	AGROPECUARIA BR BRASILIA BRA		27,00
27/11/2016	POSTO RECANTO DAS E 01/02 BRASILIA		25,00
02/12/2016	EURO SUPERMECADO BRASILIA BRA		49,74
05/12/2016	RECARGAPAY AAKJZT SAO PAULO BRA		9,50
05/12/2016	EURO SUPERMECADO BRASILIA BRA		5,00
10/12/2016	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		38,18
14/12/2016	RECARGAPAY AAKJZT SAO PAULO BRA		9,99
25/12/2016	IOF		2,53
25/12/2016	ENCARGOS ROTATIVO		34,63

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,36 % (AM)
	Juros por atraso	3,36 % (AM)
	Juros próximo período	3,36 % (AM)
	Por atraso próx. período	3,36 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF



Número do documento: 18041813355963600000015483220
<https://pje.tjdf.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18041813355963600000015483220>
Assinado eletronicamente por: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - 18/04/2018 13:36:00

Num. 16004912 - Pág. 179

Processo 0700735-36.2018.8.07.0009 (1732126)

SEI 35000.000290/2019-94 / pg. 125



SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão Nº

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA HISTÓRICO

MOEDA DE ORIGEM

EM R\$/US\$

ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116

25/11/2016 POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA
25/11/2016 MERCADOPAGO 02/06 OSASCO BR
27/11/2016 POSTO RECANTO DAS E 02/02 BRASILIA
10/01/2017 PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA
11/01/2017 IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA
14/01/2017 RECARGAPAY AAKJZT SAO PAULO BRA
20/01/2017 PAGAMENTO
25/01/2017 IOF
25/01/2017 ENCARGOS ROTATIVO

VENCIMENTO 10/02/2017

LIMITE

De Crédito 1.376,00
De Saque 1.197,00

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR 1.443,06
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações 156,34
(*) Saldo da Fatura Ant. atualizado 286,72
(*) Encargos Contratuais 50,59
(*) Taxas / Anuidades 0,00
(*) Ajustes 0,00
(*) Compras / Saques do mês 78,30
(*) Parcelas Fixas 68,31
(*) TOTAL DESTA FATURA 1.415,61

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$ 1.443,06 - Créditos 156,34 + Débitos 197,20 =

Total Nacional R\$

TOTAL 1 1.415,61

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$ 0,00 X Cotação do Dólar em 00/00/0000 0,0000

Total Internacional R\$

TOTAL 2 0,00

TOTAL DESTA FATURA (1+2)

1.415,61

PAGAMENTO MÍNIMO

59,83

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS Encargo Contr. do Período 3,36 % (AM)
Juros por atraso 3,36 % (AM)
Juros próximo período 3,36 % (AM)
Por atraso próx. período 3,36 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF





SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão Nº

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA HISTÓRICO MOEDA DE ORIGEM EM R\$/US\$

ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116
25/11/2016 MERCADOPAGO 03/06
10/02/2017 PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA
14/02/2017 RECARGAPAY AAKJZT SAO PAULO BRA
28/02/2017 IOF
28/02/2017 ENCARGOS ROTATIVO

VENCIMENTO 10/03/2018 Página 1/1

LIMITE

De Crédito 1.576,00
De Saque 1.497,00

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR 1.415,61
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações 59,83
(*) Saldo da Fatura Ant. atualizado 1.355,78
(*) Encargos Contratuais 45,62
(*) Taxas / Anuidades 0,00
(*) Ajustes 0,00
(*) Compras / Saques do mês 28,30
(*) Parcelas Fixas 18,31
(*) TOTAL DESTA FATURA 1.429,70

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$ 1.415,61 - Créditos 59,83 + Débitos 92,23 =

Total Nacional R\$

TOTAL 1 1.429,70

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$ 0,00 X Cotação do Dólar em 00/00/0000 0,0000

Total Internacional R\$

TOTAL 2 0,00

TOTAL DESTA FATURA (1+2)

1.429,70

PAGAMENTO MÍNIMO

56,47

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS Encargo Contr. do Período 3,36 % (AM)
Juros por atraso 3,36 % (AM)
Juros próximo período 3,36 % (AM)
Por atraso próx. período 3,36 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

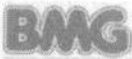
RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF





SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão N°

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
25/11/2016	MERCADOPAGO 04/06		18,31
06/03/2017	PAGAMENTO		1.429,70
09/03/2017	SAQUE COMPLEMENTAR		1.497,00
09/03/2017	IOF ADICIONAL SOBRE SAQUE NACIONAL		5,68
10/03/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		56,47
15/03/2017	RECARGAPAY AAKJZT SAO PAULO BRA		9,99
26/03/2017	IOF		3,79
26/03/2017	ENCARGOS ROTATIVO		51,88

VENCIMENTO	10/04/2018	Página 1/1
LIMITES		
De Crédito		1.576,00
De Saque		1.497,00

RESUMO DAS DESPESAS		
TOTAL DA FATURA ANTERIOR		1.429,70
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações		1.486,17
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado		-56,47
(+) Encargos Contratuais		61,85
(+) Taxas / Anuidades		0,00
(+/-) Ajustes		0,00
(+) Compras / Saques do mês		1.525,30
(+) Parcelas Fixas		18,31
(=) TOTAL DESTA FATURA		1.530,18

"É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
1.429,70	1.486,17	1.604,96	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			1.530,18

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	00/00/0000
0,00	X	0,0000
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		
TOTAL DESTA FATURA (1+2)		PAGAMENTO MÍNIMO
1.530,18		60,16

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,36 % (AM)
	Juros por atraso	3,36 % (AM)
	Juros próximo período	3,36 % (AM)
	Por atraso próx. período	3,36 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMA

72602-307 BRASILIA

DF





SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão N°

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/05/2017

Página 1/1

LIMITES

De Crédito 1.576,00
De Saque 1.497,00

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
25/11/2016	MERCADOPAGO 05/06 OSASCO BR		18,31
10/04/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		60,16
11/04/2017	IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA		0,12
14/04/2017	RECARGAPAY*AAKJzt SAO PAULO BRA		9,99
25/04/2017	IOF		3,60
25/04/2017	ENCARGOS ROTATIVO		44,96

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR	R\$	1.530,18
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações	R\$	60,16
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado	R\$	1.470,02
(+) Encargos Contratuais	R\$	0,68
(+) Taxas / Anuidades	R\$	0,00
(+/-) Ajustes	R\$	0,00
(+) Compras / Saques do mês	R\$	29,30
(*) Parcelas Fixas	R\$	18,31
(=) TOTAL DESTA FATURA	R\$	1.547,00

"É vedada, nos termos da Circular n. 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior"

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
1.530,18	60,16	95,29	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			1.547,00

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	00/00/0000
0,00	X	0,0000
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)		1.547,00
PAGAMENTO MÍNIMO		55,59

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,06 % (AM)
	Juros por atraso	3,06 % (AM)
	Juros próximo período	3,06 % (AM)
	Por atraso próx. período	3,06 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF





SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão Nº

5259.2201.2044.2026

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

FATURA MENSAL - SEGUNDA VIA

VENCIMENTO 10/06/2017

Página 1/1

LIMITES

De Crédito

De Saque

1.576,00

497,00

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5259.2290.3484.1116		
25/11/2016	MERCADOPAGO 06/06		18,31
10/05/2017	PAGAMENTO DEBITO EM FOLHA		55,59
11/05/2017	IOF ADICIONAL SOBRE SALDO FINANCIA		0,12
28/05/2017	IOF		3,78
28/05/2017	ENCARGOS ROTATIVO		47,14

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR

(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações

(+) Saldo da Fatura Ant. atualizado

(*) Encargos Contratuais

(*) Taxas / Anuidades

(*) Ajustes

(*) Compras / Saques do mês

(*) Parcelas Fixas

(*) TOTAL DESTA FATURA

1.547,00

55,59

1.491,41

158,04

0,00

0,00

18,31

18,31

1.560,76

*É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 08.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$	Créditos	Débitos	=
1.547,00	55,59	87,66	
Total Nacional R\$			
TOTAL 1			1.560,76

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$	Cotação do Dólar em	00/00/0000
0,00	X	0,0000
Total Internacional R\$		
TOTAL 2		0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2)	PAGAMENTO MÍNIMO	
1.560,76		56,01

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,06 % (AM)
	Juros por atraso	3,06 % (AM)
	Juros próximo período	3,06 % (AM)
	Por atraso próx. período	3,06 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 21

RECANTO DAS EMAS

72602-307

BRASILIA

DF



Número do documento: 18041813355963600000015483220
<https://pje.tjdft.jus.br/443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18041813355963600000015483220>
Assinado eletronicamente por: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - 18/04/2018 13:36:00

Num. 16004912 - Pág. 184

Processo 0700735-36.2018.8.07.0009 (1732126)

SEI 35000.000290/2019-94 / pg. 135



SEUS DADOS

ANA MARIA RABELO

Cartão N°

5313.0402.4246.4011

SERVIÇOS A CLIENTES

Central de Atendimento BMG

0800-8804006

VENCIMENTO 10/03/2008

Página 1/1

LIMITES

De Crédito 1.121,00
De Saque 0,00

RESUMO DAS DESPESAS

TOTAL DA FATURA ANTERIOR 0,00
(-) Pagamentos Efetuados / Amortizações 0,00
(=) Saldo da Fatura Ant. atualizado 0,00
(+) Encargos Contratuais 21,92
(+) Taxas / Anuidades 7,76
(+/-) Ajustes 0,00
(+) Compras / Saques do mês 888,48
(+) Parcelas Fixas 0,00
(=) TOTAL DESTA FATURA 918,16

*É vedada, nos termos da Circular n 2.735, de 09.01.97, do Banco Central do Brasil, a utilização de cartão de crédito internacional para pagamento de importações sujeitas a registro no SISCOMEX, bem como aquisição de bens e serviços que configurem investimento brasileiro no exterior

TOTAL DE DESPESAS NO BRASIL

Saldo Ant. R\$ 0,00 - Créditos 0,00 + Débitos 918,16 =
Total Nacional R\$ 918,16
TOTAL 1 918,16

TOTAL DE DESPESAS NO EXTERIOR

Total Exterior US\$ 0,00 x Cotação do Dólar em 28/02/2008 1,7800
Total Internacional R\$ 0,00 =
TOTAL 2 0,00
TOTAL DESTA FATURA (1+2) 918,16
PAGAMENTO MÍNIMO 35,84

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

DATA	HISTÓRICO	MOEDA DE ORIGEM	EM R\$/US\$
	ANA MARIA RABELO 5313.0402.4246.4011		
19/02/2008	JUROS SQ AUTORIZADO	986 21,92	21,92
19/02/2008	SAQUE AUTORIZADO	986 888,48	888,48
19/02/2008	TARIFA SQ AUTORIZADO	986 2,76	2,76
20/02/2008	TARIFA EMISS O 1 VIA CRT TIT		5,00

EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

ENCARGOS	Encargo Contr. do Período	3,70 % (AM)
	Juros por atraso	0,00 % (AM)
	Juros próximo período	3,70 % (AM)
	Por atraso próx. período	0,00 % (AM)

ANA MARIA RABELO

QUADRA 111 CONJUNTO 6 00021

RECANTO DAS EMA

72602-307

BRASILIA

DF



BANCO BMG S/A

TED "E" RECIBO DO REMETENTE

Nº 277307622

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 104	AGÊNCIA 688	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 793450-9
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ANA MARIA RABELO			
CGC / CPF				CGC / CPF 84.489.731-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE COMPLEMENTA			
				VALOR *****1.497,00			
VALOR POR EXTENSO UM MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS*****							

Nro Controle SPB: 201703094906933

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DE COMPENSAÇÃO

Nº 277307622

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 104	AGÊNCIA 688	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 793450-9
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ANA MARIA RABELO			
CGC / CPF				CGC / CPF 84.489.731-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE COMPLEMENTA			
				VALOR *****1.497,00			
VALOR POR EXTENSO UM MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS*****							

Nro Controle SPB: 201703094906933

3187.4354.4277-9 3076.2201.0000-9 0903.2017.0000-7 0000.0014.9700-7

BANCO BMG S/A

TED "E" FICHA DO CAIXA

Nº 277307622

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE

CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO

COMP 018	BANCO 318	AGÊNCIA 0001	Nº CONTA DO REMETENTE 1999997	COMP 000	BANCO 104	AGÊNCIA 688	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO 793450-9
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ANA MARIA RABELO			
CGC / CPF				CGC / CPF 84.489.731-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta Mensagem SPB: PAG0143				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE SAQUE COMPLEMENTA			
				VALOR *****1.497,00			
VALOR POR EXTENSO UM MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS*****							

Nro Controle SPB: 201703094906933



Número do documento: 18041813355787600000015483104

https://pje.tjdf.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18041813355787600000015483104

Assinado eletronicamente por: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - 18/04/2018 13:35:57

Num. 16004792 - Pág. 1

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE				CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO			
COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE	COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO
018	318	0001	1999997	000	341	1248	7274-4
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ANA MARIA RABELO			
CGC / CPF				CGC / CPF			
				84.489.731-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE PAGAMENTO CDC			
				VALOR *****888,48			
VALOR POR EXTENSO OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS*****							

A transferência de crédito através de DOC só se realiza na mesma praça ou entre praças integrantes de um mesmo Sistema de Compensação Local ou Regional.
O Banco não será responsável pela demora ou não cumprimento da transferência por erro de preenchimento/informações incorretas.

Autenticação

BMG19 02 08 *****888,48BMC LQ 18 37 63 16 20 10 81 1

BANCO BMG S/A DOCUMENTO DE CRÉDITO - DOC "" FICHA DE COMPENSAÇÃO

Nº183763162

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE				CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO			
COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE	COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO
018	318	0001	1999997	000	341	1248	7274-4
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ANA MARIA RABELO			
CGC / CPF				CGC / CPF			
				84.489.731-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE PAGAMENTO CDC			
				VALOR *****888,48			
VALOR POR EXTENSO OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS*****							

Autenticação

BMG19 02 08 *****888,48BMC LQ 18 37 63 16 20 10 81 1

3187.1007.9183-1 7631.6201.0000-3 1902.2008.0000-7 0000.0008.8848-7

BANCO BMG S/A DOCUMENTO DE CRÉDITO - DOC "" FICHA DO CAIXA

Nº183763162

CÓDIGO DO BANCO REMETENTE				CÓDIGO DO BANCO DESTINATÁRIO			
COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO REMETENTE	COMP	BANCO	AGÊNCIA	Nº CONTA DO DESTINATÁRIO
018	318	0001	1999997	000	341	1248	7274-4
NOME REMETENTE BANCO BMG S.A				NOME DESTINATÁRIO ANA MARIA RABELO			
CGC / CPF				CGC / CPF			
				84.489.731-00			
FINALIDADE 01 - Crédito em Conta				ATRIBUTO/REFERÊNCIA DE FINALIDADE PAGAMENTO CDC			
				VALOR *****888,48			
VALOR POR EXTENSO OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS*****							

Autenticação

BMG19 02 08 *****888,48BMC LQ 18 37 63 16 20 10 81 1



Número do documento: 18041813355787600000015483104

https://pje.tjdf.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18041813355787600000015483104

Assinado eletronicamente por: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - 18/04/2018 13:35:57

Num. 16004792 - Pág. 2



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
PJe - Processo Judicial Eletrônico

10/04/2019

Número: 0700735-36.2018.8.07.0019

Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Órgão julgador: Juizado Especial Cível e Criminal do Recanto das Emas

Última distribuição : 28/02/2018

Valor da causa: R\$ 21.849,20

Assuntos: Pagamento Indevido, Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral, Empréstimo consignado, Antecipação de Tutela /

Tutela Específica

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? SIM

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
ANA MARIA RABELO (AUTOR)	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO)
BANCO BMG S.A (RÉU)	FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO)

Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Movimento	Documento	Tipo
14017106	28/02/2018 17:26	Sem movimento	Petição Inicial	Petição Inicial
14017267	28/02/2018 17:26	Sem movimento	ação - ANDDIAP Ana maria Rabelo x BMG 2018	Petição
14017254	28/02/2018 17:26	Sem movimento	Procuração Ana Maria	Procuração/Substabelecimento
14017280	28/02/2018 17:26	Sem movimento	declaração Ana maria	Declaração de Hipossuficiência
14017328	28/02/2018 17:26	Sem movimento	Extarto Ana Maria	Comprovante
14019501	28/02/2018 17:45	Juntada de certidão	Certidão	Certidão
14022484	01/03/2018 16:17	Decisão interlocutória - indeferimento	Decisão	Decisão
14566823	14/03/2018 09:27	Expedição de Aviso de recebimento (AR).	Citação	Citação
16004732	18/04/2018 13:36	Juntada de Petição de contestação	Contestação	Contestação



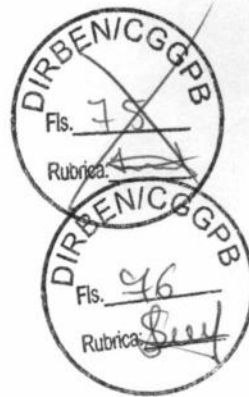
16004776	18/04/2018 13:36	Sem movimento	Contestação - ANA MARIA RABELO - 0700735-36.2018.8.07.0018	Contestação
16004792	18/04/2018 13:36	Sem movimento	TED	Documento de Comprovação
16004857	18/04/2018 13:36	Sem movimento	SUBSTABELECIMENTO	Procuração/Substabelecimento
16004871	18/04/2018 13:36	Sem movimento	SALDO DEVEDOR	Documento de Comprovação
16004887	18/04/2018 13:36	Sem movimento	PLANILHA EVOLUTIVA	Documento de Comprovação
16004912	18/04/2018 13:36	Sem movimento	FATURAS	Documento de Comprovação
16004934	18/04/2018 13:36	Sem movimento	CARTA DE PREPOSIÇÃO - BANCO BMG	Carta de Preposto
16004945	18/04/2018 13:36	Sem movimento	BMG - KIT COMPLETO	Documento de Comprovação
16004959	18/04/2018 13:36	Sem movimento	2 - ATOS E DOCS CONSTITUTIVOS	Documento de Comprovação
16004972	18/04/2018 13:36	Sem movimento	1 - PROCURAÇÃO BMG 2018	Procuração/Substabelecimento
16137375	20/04/2018 13:16	Audiência Conciliação realizada - 19/04/2018 13:30	Ata	Ata
16137433	20/04/2018 13:16	Sem movimento	0700735-36	Ata
16144005	20/04/2018 14:24	Juntada de Petição de impugnação	Impugnação	Impugnação
16144303	20/04/2018 14:24	Sem movimento	Impugnação - Ana Maria Rabela	Impugnação
16208453	23/04/2018 13:32	Sem movimento	HABILITACAO	Petição
16208500	23/04/2018 13:32	Sem movimento	ELETRONICO BMG JEC FLAVIA - 2017	Petição
17072039	14/05/2018 10:06	Expedição de Certidão.	Certidão	Certidão
17107615	14/05/2018 17:29	Sem movimento	Decisão	Decisão
17156454	16/05/2018 18:21	Decisão interlocutória - recebido	Decisão	Decisão
17765771	29/05/2018 13:34	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
17765793	29/05/2018 13:34	Sem movimento	MANIFESTAÇÃO	Petição
17765804	29/05/2018 13:34	Sem movimento	CONTRATO	Documento de Comprovação
17939589	04/06/2018 10:17	Disponibilizado no DJ Eletrônico Publicado Certidão em 06/06/2018.	Certidão	Certidão
17961645	04/06/2018 15:16	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
17961700	04/06/2018 15:16	Sem movimento	Petição - ANA MARIA RABELO	Petição
17961748	04/06/2018 15:16	Sem movimento	inss 1	Documento de Comprovação
17961871	04/06/2018 15:16	Sem movimento	2	Documento de Comprovação
17961900	04/06/2018 15:16	Sem movimento	3	Documento de Comprovação
17961912	04/06/2018 15:16	Sem movimento	4	Documento de Comprovação
17961933	04/06/2018 15:16	Sem movimento	5	Documento de Comprovação
17961954	04/06/2018 15:16	Sem movimento	6	Documento de Comprovação
17961977	04/06/2018 15:16	Sem movimento	7	Documento de Comprovação
17961990	04/06/2018 15:16	Sem movimento	8	Documento de Comprovação
17962011	04/06/2018 15:16	Sem movimento	9	Documento de Comprovação
17962054	04/06/2018 15:16	Sem movimento	10	Documento de Comprovação



17962073	04/06/2018 15:16	Sem movimento	11	Documento de Comprovação
17962106	04/06/2018 15:16	Sem movimento	12	Documento de Comprovação
17962137	04/06/2018 15:16	Sem movimento	13	Documento de Comprovação
17962161	04/06/2018 15:16	Sem movimento	14	Documento de Comprovação
17962202	04/06/2018 15:16	Sem movimento	15	Documento de Comprovação
17962237	04/06/2018 15:16	Sem movimento	16	Documento de Comprovação
17962260	04/06/2018 15:16	Sem movimento	17	Documento de Comprovação
17962314	04/06/2018 15:16	Sem movimento	18	Documento de Comprovação
17962344	04/06/2018 15:16	Sem movimento	19	Documento de Comprovação
17962371	04/06/2018 15:16	Sem movimento	20	Documento de Comprovação
17962396	04/06/2018 15:16	Sem movimento	21	Documento de Comprovação
17962411	04/06/2018 15:16	Sem movimento	22	Documento de Comprovação
20126628	20/07/2018 17:13	Sem movimento	Sentença	Sentença
20759578	03/08/2018 13:56	Juntada de Petição de recurso inominado	Recurso Inominado	Recurso Inominado
20761998	03/08/2018 13:56	Sem movimento	RECURSO INOMINADO -ANA MARIA RABELO	Recurso Inominado
20762012	03/08/2018 13:56	Sem movimento	GUIA2-ANA MARIA RABELO	Guia
20762027	03/08/2018 13:56	Sem movimento	GUIA1-ANA MARIA RABELO	Guia
20762043	03/08/2018 13:56	Sem movimento	COMP2-ANA MARIA RABELO	Comprovante
20762055	03/08/2018 13:56	Sem movimento	COMP1-ANA MARIA RABELO	Comprovante
20880513	07/08/2018 10:10	Disponibilizado no DJ EletrônicoPublicado Certidão em 09/08/2018.	Certidão	Certidão
20994397	08/08/2018 16:56	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
20994551	08/08/2018 16:56	Sem movimento	Recurso Inominado - procedente parte ANA MARIA RABELO	Recurso Inominado
21012034	08/08/2018 19:21	Disponibilizado no DJ EletrônicoPublicado Certidão em 13/08/2018.	Certidão	Certidão
21695901	23/08/2018 14:45	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
21696012	23/08/2018 14:45	Sem movimento	CONTRA RAZOES ANA MARIA RABELO	Contrarrrazões
21707980	23/08/2018 16:02	Juntada de Petição de contrarrrazões	Contrarrrazões ao Recurso Inominado	Contrarrrazões
21708040	23/08/2018 16:02	Sem movimento	CONTRARRAZÕES - ANA MARIA RABELO	Contrarrrazões
21816212	27/08/2018 16:43	Decisão interlocutória - recebido	Decisão	Decisão
23746788	28/08/2018 17:11	Juntada de Petição de Petição (outras)	Certidão	Certidão
26606703	28/08/2018 17:11	Juntada de Petição de Petição (outras)	Certidão	Certidão
23746798	28/08/2018 17:15	Sem movimento	Certidão	Certidão
26606711	28/08/2018 17:15	Sem movimento	Certidão	Certidão
23746807	12/09/2018 16:21	Sem movimento	Certidão de julgamento	Certidão
26606719	12/09/2018 16:21	Sem movimento	Certidão de julgamento	Certidão
23746815	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Acórdão	Acórdão



26606728	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Acórdão	Acórdão
23746821	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Relatório	Relatório
26606738	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Relatório	Relatório
23746829	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Voto do Magistrado	Voto
26606747	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Voto do Magistrado	Voto
23746836	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Ementa	Ementa
26606755	13/09/2018 14:18	Sem movimento	Ementa	Ementa
23746846	13/09/2018 14:21	Sem movimento	Acórdão	Acórdão
26606765	13/09/2018 14:21	Sem movimento	Acórdão	Acórdão
23746854	09/10/2018 15:33	Sem movimento	Certidão	Certidão
26606767	09/10/2018 15:33	Sem movimento	Certidão	Certidão
23746861	09/10/2018 15:33	Sem movimento	Certidão	Certidão
26606775	09/10/2018 15:33	Sem movimento	Certidão	Certidão
23795564	10/10/2018 18:21	Decisão interlocutória - deferimento	Decisão	Decisão
24268458	22/10/2018 15:14	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
24959921	08/11/2018 17:21	Julgado procedente em parte do pedido	Sentença	Sentença
25881069	26/11/2018 17:56	Juntada de Petição de recurso inominado	Recurso Inominado	Recurso Inominado
25881178	26/11/2018 17:56	Sem movimento	RECURSO INOMINADO - ANA MARIA RABELO	Recurso Inominado
25881196	26/11/2018 17:56	Sem movimento	GUIA RECURSO INOMINADO- ANA MARIA RABELO	Guia
25881214	26/11/2018 17:56	Sem movimento	COMPROVANTE 357531 272.09	Comprovante
25881225	26/11/2018 17:56	Sem movimento	COMPROVANTE 357531 16,12	Comprovante
26073769	29/11/2018 12:02	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
26073878	29/11/2018 12:02	Sem movimento	Recurso Inominado - procedente parte ANA MARIA RABELO UNICO	Recurso Inominado
26073912	29/11/2018 12:03	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
26073948	29/11/2018 12:03	Sem movimento	contrarrazões - MARIA RABELO anddiap UNICO	Contrarrazões
26114814	29/11/2018 17:57	Decisão interlocutória - deferimento	Decisão	Decisão
26606782	10/12/2018 16:37	Sem movimento	Despacho	Despacho
26606787	10/12/2018 17:07	Sem movimento	Certidão	Certidão
26651694	11/12/2018 16:06	Decisão interlocutória - deferimento	Decisão	Decisão
27024430	18/12/2018 15:02	Juntada de certidãoExpedição de Certidão.	Certidão	Certidão
27279430	04/01/2019 16:26	Juntada de Petição de contrarrazões	Contrarrazões	Contrarrazões
27279433	04/01/2019 16:26	Sem movimento	CONTRARRAZOES RECURSO INOMINADO - ANA MARIA RABELO	Contrarrazões
27680015	21/01/2019 13:57	Decisão interlocutória - deferimento	Decisão	Decisão
27895381	24/01/2019 10:17	Juntada de certidão	Certidão	Certidão
30504364	13/02/2019 15:32	Juntada de Petição de Petição (outras)	Certidão de julgamento	Certidão



30504378	13/02/2019 17:28	Sem movimento	Acórdão	Acórdão
30504404	13/02/2019 17:28	Sem movimento	Relatório	Relatório
30504411	13/02/2019 17:28	Sem movimento	Voto do Magistrado	Voto
30504387	13/02/2019 17:28	Sem movimento	Ementa	Ementa
30504421	14/02/2019 12:09	Sem movimento	Ementa	Ementa
30504429	15/03/2019 13:59	Sem movimento	Certidão	Certidão
30504441	15/03/2019 14:43	Sem movimento	Ofício	Ofício
30504452	19/03/2019 16:55	Sem movimento	Certidão	Certidão
30504464	19/03/2019 16:55	Sem movimento	2019-03-19 (1)	Documento de Comprovação
30504477	19/03/2019 17:53	Sem movimento	Certidão	Certidão
30580587	20/03/2019 17:14	Proferido despacho de mero expediente	Despacho	Despacho
31979691	09/04/2019 17:09	Juntada de Petição de petição	Petição	Petição
31979714	09/04/2019 17:09	Sem movimento	juntada comprovante condenação.ANA MARIA RABELO	Petição
31979752	09/04/2019 17:09	Sem movimento	guia paga.ANA MARIA RABELO	Documento de Comprovação
31979771	09/04/2019 17:09	Sem movimento	guia para pagamento.ANA MARIA RABELO	Documento de Comprovação

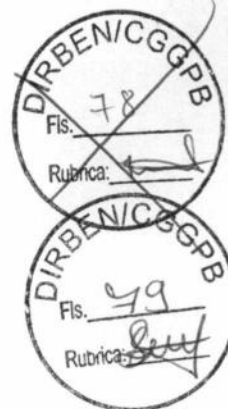
Expedientes	
Intimação(4847150) CIRENE ESTRELA Diário Eletrônico (27/03/2019 09:03) null registrou ciência em 29/03/2019 00:00 Prazo 5 dias	05/04/2019 23:59 (para manifestação)
Intimação(4847151) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA Diário Eletrônico (27/03/2019 09:03) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA registrou ciência em 27/03/2019 09:32 Prazo 5 dias	03/04/2019 23:59 (para manifestação)
Intimação(4145584) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA Diário Eletrônico (18/12/2018 15:03) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA registrou ciência em 19/12/2018 15:48 Prazo 10 dias	01/02/2019 23:59 (para manifestação)
Intimação(2109942) CIRENE ESTRELA Diário Eletrônico (14/03/2018 09:27) CIRENE ESTRELA registrou ciência em 14/03/2018 10:41 Prazo 10 dias	02/04/2018 23:59 (para manifestação)
Intimação(2520592) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA Diário Eletrônico (17/05/2018 15:10) null registrou ciência em 21/05/2018 00:00 Prazo 5 dias	28/05/2018 23:59 (para manifestação)
Citação(2109943) BANCO BMG S.A Correios FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA registrou ciência em 30/04/2018 09:57	



Certidão(2626596) CIRENE ESTRELA Diário Eletrônico (04/06/2018 10:17) null registrou ciência em 06/06/2018 00:00 Prazo 5 dias	13/06/2018 23:59 (para manifestação)
Intimação(2994223) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA Diário Eletrônico (23/07/2018 07:17) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA registrou ciência em 24/07/2018 13:16 Prazo 10 dias	07/08/2018 23:59 (para manifestação)
Intimação(2994222) CIRENE ESTRELA Diário Eletrônico (23/07/2018 07:17) null registrou ciência em 25/07/2018 00:00 Prazo 10 dias	08/08/2018 23:59 (para manifestação)
Certidão(3113249) CIRENE ESTRELA Diário Eletrônico (07/08/2018 10:10) null registrou ciência em 09/08/2018 00:00 Prazo 10 dias	23/08/2018 23:59 (para manifestação)
Certidão(3134860) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA Diário Eletrônico (08/08/2018 19:21) null registrou ciência em 13/08/2018 00:00 Prazo 10 dias	27/08/2018 23:59 (para manifestação)
Intimação(3634737) CIRENE ESTRELA Diário Eletrônico (15/10/2018 10:30) null registrou ciência em 17/10/2018 00:00 Prazo 5 dias	24/10/2018 23:59 (para manifestação)
Intimação(3634738) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA Diário Eletrônico (15/10/2018 10:30) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA registrou ciência em 15/10/2018 16:03 Prazo 5 dias	22/10/2018 23:59 (para manifestação)
Intimação(3835093) CIRENE ESTRELA Diário Eletrônico (09/11/2018 17:00) null registrou ciência em 16/11/2018 00:00 Prazo 10 dias	30/11/2018 23:59 (para manifestação)
Intimação(3835094) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA Diário Eletrônico (09/11/2018 17:00) FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA registrou ciência em 14/11/2018 13:43 Prazo 10 dias	29/11/2018 23:59 (para manifestação)



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO RECANTO DAS EMAS -DF.



Tramitação Prioritária –idosa

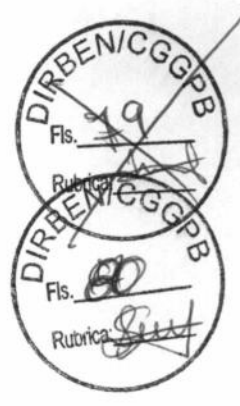
ANA MARIA RABELO, brasileira, aposentada nascida em 05/12/1943, inscrita no CPF nº 084.489.731-00, residente e domiciliada na Quadra 111 – Conjunto 06 – Casa 21 – Recanto das Emas - DF, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de suas advogadas, CIRENE ESTRELA, inscrita na OAB/DF 15338 e DEBORAH RODRIGUES AFFONSO, inscrita na OAB/DF 15690, procuração em anexo, **propor a presente**

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO e NULIDADE CONTRATUAL c/c RESTITUIÇÃO DE VALORES, COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

em face do BANCO BMG S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.186.680/0001-74, podendo ser encontrada e citada na MATRIZ cujo endereço situa-se na AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, nº 3477, Bloco B, 8º e 9º Andar, ITAIM BIBI, SÃO PAULO – SP, CEP: 04.538-133, de acordo com as razões de fato e direito a seguir declinados.

- Vislumbra ressaltar que *o prazo prescricional da ação de repetição de indébito é de 10 anos (art. 205, do Código Civil) e o da ação de indenização por danos morais, 05 anos (art. 27, do CDC).*
- Da competência dos Juizados – *O Juizado é competente para julgar a presente ação*, porquanto as provas constantes dos autos são hábeis ao deslinde da controvérsia.
- Trata-se de relação de consumo, sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor. A recorrida é fornecedora de produtos e serviços, enquadrando-se nas disposições do art. 3º e seus parágrafos do Códio de Defesa do Consumidor. *A demanda deve ser solucionada sob o prisma do sistema jurídico autônomo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).*





I - DOS FATOS

Inicialmente, cumpre esclarecer que a parte autora recebe benefício previdenciário (NB0307120007), o qual é depositado na conta aberta pela Autarquia Previdenciária, sendo seu único meio de sustento.

Valendo-se desta condição e tendo acesso a linhas de crédito mais vantajosa, a parte autora realizou, ou acreditou ter realizado, contrato de empréstimo consignado junto a parte Requerida, sendo informada que o pagamento seria realizado em uma determinada quantidade de parcelas e com descontos mensais realizados diretamente de seu benefício, conforme sistemática de pagamento dos empréstimos consignados.

“Relação de consumo, sendo aplicável o Código de Defesa do Consumidor (CDC). A ré, ora recorrida, é fornecedora de produtos e serviços, enquadrando-se nas disposições do artigo 3º e seus parágrafos do Código de Defesa do Consumidor. Instituição financeira que, ao invés de efetuar um simples empréstimo consignado ao consumidor, celebra com este contrato de cartão de crédito e lança o débito diretamente na fatura de cartão de crédito. Prática comercial adotada que gera inequívoca vantagem para o fornecedor, uma vez que os juros do cartão de crédito são muito superiores aos praticados em empréstimos com desconto mediante consignação em folha de pagamento. Violação a transparência. Intenção clara da financeira em gerar dívida vitalícia em detrimento do consumidor. Instituição financeira que sequer informa datas de contratação, o que indicaria de forma clara a prática.”

No momento da contratação do empréstimo, a parte requerente nem desconfiou que estava sendo vítima de uma **FRAUDE**, um verdadeiro **GOLPE** que vem sendo aplicado por diversas empresas do ramo financeiro em servidores públicos e principalmente beneficiários da previdência social em todo o Brasil.

A autora, ao verificar seu extrato de pagamento, constatou que a Ré, sem que houvesse qualquer solicitação de sua parte, implantou empréstimo de Reserva de Margem para Cartão de Crédito Consignado, da seguinte forma:

-Inclusão da cobrança em 03/06/2008 à 23/07/2013 -desconto mensal no valor de R\$ 41,50 e, de 23/07/2013 até a preente data o desconto passou para o valor de R\$ 78,80



-Valores estes cobrados **a título de RMC**, os quais se dão de forma ilegal, tendo em vista que tal modalidade de empréstimo nunca foi solicitada ou sequer informada à parte requerente.

A autora entrou em contato com a requerida para esclarecimento do ocorrido e só então foi informada que o empréstimo formalizado não se tratava de um empréstimo consignado "normal", mas sim de um empréstimo consignado pela modalidade cartão de crédito, o qual deu origem a constituição da reserva de margem consignável (RMC) e que desde então a empresa tem realizado a retenção de margem consignável no percentual de 5% sobre o valor de seu benefício.

Ocorre, no entanto, que referidos serviços em momento algum foram solicitados ou contratados, tratando-se verdadeiramente de FRAUDE contratual, UM GOLPE!

Em nenhum momento houve a intenção de contratação de cartão de crédito consignável, nem mesmo a informação pela ré a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC), inclusive sobre o percentual a ser averbado.

Em todos os empréstimos realizados anteriormente, a assinatura de contrato se deu com base na confiança e por acreditar que as informações que lhe foram repassadas eram dotadas de veracidade, contudo nunca houve qualquer informação relativa a cartão de crédito consignável.

Assim, mesmo sem a parte autora ter requerido o cartão, a empresa simulou uma contratação de cartão crédito consignado e sequer oportunizou a parte autora a possibilidade de escolher a porcentagem que seria reservada, gerando a imobilização do crédito da autora, já que o comprometimento da RMC impede ou diminui a margem de outros empréstimos que queira a autora tomar, restringindo-se assim, sobremaneira a liberdade de escolha e de decisão quanto a tomada de empréstimo na modalidade de crédito consignado, cuja decisão, somente compete a autora, e não a instituição financeira, ora réu, que sem qualquer autorização, vinculou o empréstimo a um cartão de crédito. Somente por este motivo, a condenação do réu já se justificaria, ante a evidente má-fé do réu.

Contudo, o que mais lhe causou espanto foi descobrir que os descontos mensalmente efetuados em sua conta não abatem o saldo devedor, uma vez que o desconto do mínimo cobre apenas os juros e encargos mensais do cartão.

Assim, verifica-se que tal modalidade de empréstimo por si só é abusiva, uma vez que gera lucro exorbitante à instituição financeira, deixando o consumidor em



situação de extrema desvantagem, constatação esta que já fora objeto de ACÃO CIVIL PÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO¹, a qual revela que a questão em análise não se limita apenas a parte requerente, mas a milhares de aposentados e pensionistas do INSS que ao longo dos últimos períodos realizaram alguma forma de empréstimo consignado.

A parte autora nem mesmo utilizou cartão algum, o que afasta por completo qualquer possibilidade de eventual alegação de contratação e cobrança do mesmo.

A descaracterização do contrato acarretará prejuízos incalculáveis a parte autora, visto que o pagamento mínimo não é um parcelamento e sim um financiamento da dívida, que sempre será prorrogado para a próxima fatura, tornando a dívida impagável.

Conforme se denota do extrato acostado (em anexo), tais desconto vêm sendo efetuado mensalmente do benefício da autora referente à RMC há muito tempo. Destarte, como se vê, d. Julgador (a), não se trata de engano justificável perpetrado pela instituição financeira (o que poderia excluir a sua responsabilidade), mas de verdadeira conduta ilícita perpetrada com extrema má-fé, com o fito de lesar a boa-fé objetiva que deve existir em todas relações contratuais, pois, o consumidor, sempre acredita que a instituição financeira agirá com transparência e lealdade, inexistente, no caso em tela.

Foram realizadas tentativas de resolução administrativa junto ao réu, porém a parte requerente não obteve êxito em seus pedidos.

Diante da resposta negativa do Banco Requerido à Reclamação, a parte autora chegou à conclusão de que teria caído em **GOLPE**, qual seja: de que financeiras vendem um pequeno empréstimo como se consignado fosse, mas que na verdade corresponde simulam o uso de cartão por meio de uma "**SAQUE DE CARTÃO DE CRÉDITO**", pelo que estão cobrando há ANOS apenas juros. Vale ressaltar que a parte autora JAMAIS teve a intenção de contratar cartão de crédito consignado, tendo a ré agido de forma **DESLEAL e FRAUDULENTA**.

Importante salientar que através das recentes alterações realizadas na lei dos empréstimos consignados, foi permitido o aumento da reserva de margem de 5% (cinco por cento) para cartão de crédito. Assim, o aposentado pode consignar 30%

¹Disponível em: "<http://www.contrafcut.org.br/noticias/bancos-sao-acusados-de-enganar-aposentados-e-pensionistas-no-maranhao-5cbc>" e "<https://jornalpequeno.com.br/2016/05/04/dpema-garante-fim-de-cobrancas-de-bancos-por-ilegalidades-em-consignados/>"



(trinta por cento) para empréstimo com desconto em folha de pagamento e mais 5% (cinco por cento) como utilização de cartão na modalidade crédito, com o pagamento das faturas debitadas em seu benefício, limitadas ao percentual.

Diante da alteração referida e visando a possibilidade de potencializar seus lucros, a parte ré, **sem qualquer prévia comunicação com a parte autora**, realizou o aumento e reservou a margem de 5% (cinco por cento) dos descontos.

Habitado a fazer empréstimos consignados, com taxa de juros baixas e com desconto em folha, a autora jamais imaginou estar contraindo uma dívida impagável, sobretudo de ter caído em um **GOLPE** aplicado pelos prespostos da ré.

Evidente que ao perceber os descontos em seu extrato de pagamento a parte consumidora acreditou estar realizando a quitação de um empréstimo consignado, afinal a sistemática do pagamento e do valor disponibilizado a parte requerente ocorreu de forma idêntica aos empréstimos realizados até então.

Como parte fornecedora de serviços, a instituição financeira, a luz do código de defesa do Consumidor, tem o dever de informar da forma mais clara os serviços por ela ofertados, o que não ocorreu no presente caso.

Ora, não é crível que o consumidor tenha consentido em contratar um empréstimo impagável, que tenha consentido que a ré realize descontos de seu benefício sem que os mesmos possam quitar a dívida contraída.

Importante observar que a parte autora é pessoa simples e de pouca instrução, a qual nunca imaginou que estaria caindo em um GOLPE aplicado pelos prepostos do réu, pois sempre acreditou nas propostas que lhe foram ofertadas.

Diante da conduta arbitrária do réu, a parte autora está impossibilitada de contrair empréstimo em qualquer outra instituição, mesmo que em condições melhores, pois sequer foi possível contratar o valor desejado, já que a reserva de margem foi pré-determinada pela instituição financeira.

Tais fatos não são novos! No entanto, somente agora, nestes últimos meses que se tem intensificado o número de ações de igual jaez que estão tramitando perante a JUSTIÇA PARANAENSE. Quanto ao tema, tanto E. TJPR como também a Colenda Turma Recursal do Estado do Paraná, já tiveram a oportunidade de enfrentá-lo, quando manifestaram-se pelas seguintes teses:

- a. **É ilegal o contrato de empréstimo consignado quando não faz referência a Reserva de Margem de Crédito (RMC), bem como ao percentual, gerando o dano moral;**
- b. **É ilegal a RMC, quando não há comprovação da disponibilização de**



- valores, bem como a prova da entrega e desbloqueio do Cartão de Crédito, gera dano moral;
- c. É ilegal o desconto da RMC, quando não provado a contratação. Aplicação da Súmula nº 532 do STJ (envio de cartão de crédito não solicitado) dá azo a condenação ao dano moral;
 - d. É ilegal a imobilização do crédito do (a) autor (a) em razão da RMC por cartão de crédito não solicitado;
 - e. É ilegal a falha na prestação de serviço pela ausência de informação que leva o consumidor a crer estar contratando modalidade de empréstimo diversa da ofertada, gerando dano moral;
 - f. É ilegal a modalidade de empréstimo que gera ônus excessivo ao consumidor, colocando-o em situação de extrema desvantagem perante a instituição financeira, ensejando a aplicação de dano moral.



Com efeito, ressai-se que, incidindo a conduta do (a) réu (ré) em algumas das situações *supra*, pratica ele (a) ato ilícito, passível de indenização. E, note bem, d (a). Julgador (a), in casu, é justamente o que se tem, como a seguir passaremos a expor.

II – DO DIREITO

II.1 – DA NÃO CONTRATAÇÃO – AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO – FRAUDE – VIOLAÇÃO DO CDC E INSTRUÇÃO NORMATIVA DO INSS 28/2008 – ART. 3º INC. III E ART. 15 § 1º – DESCUMPRIMENTO – PRÁTICA ILEGAL – DANO MATERIAL EVIDENCIADO – DANO MORAL "IN RE IPSA"

A Requerida incidiu em falha na prestação dos serviços, do que decorreram danos à esfera moral e patrimonial da parte requerente. Preenchidos, portanto, os pressupostos da responsabilidade civil, conforme dicção do art. 186 e 927, do Código Civil, e art. 5º, X, da Constituição Federal.

Importa destacar, de início, que a disponibilização de serviço não contratado, tal qual ocorrido no caso em tela, configura manifesto ato ilícito, consoante art. 39, III, do CDC. Ora, não poderia a requerida, à revelia do requerente, disponibilizar os serviços de crédito sem o real consentimento do consumidor.

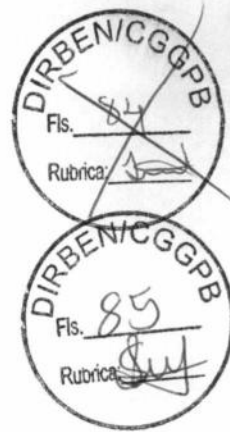
Pois bem, como narrado, a causa versa sobre a RMC (reserva de margem de crédito), vinculada ao cartão de crédito não solicitado, o que contraria frontalmente o CDC e o inc. III do art. 3º da Instrução Normativa do INSS 28/2008, alterada pela Instrução Normativa 39/2009, que assim aduz, veja:

“Art. 3º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao



pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que: (Alterado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRESS N° 39, DE 18 DE JUNHO DE 2009).

III - a autorização seja dada de forma expressa, por escrito ou por meio eletrônico e em caráter irrevogável e irretratável, não sendo aceita autorização dada por telefone e nem a gravação de voz reconhecida como meio de prova de ocorrência. (Alterado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRESS N° 39, DE 18 DE JUNHO DE 2009)” (grifamos)



A parte autora, Excelência, nunca formalizou e nem pretendeu formalizar nenhum contrato de RMC com o banco requerido, tanto é que sequer houve a utilização de qualquer cartão pela parte autora, demonstrando que a ré aplicou um **GOLPE** na parte autora..

Ora, além da ausência de autorização expressa em caráter irretratável e irrevogável do consumidor, que por si só, contraria disposição legal cogente (inc. III do art. 3º da Instrução Normativa do INSS 28/2008, alterada pela Instrução Normativa 39/2009), a parte autora também nunca fora cientificada de que qualquer empréstimo realizado com a ré se dava na modalidade de cartão de crédito, implicando também na violação do inc. III e IV do art. 6º do CDC.

Gize-se, a mesma foi induzida a erro, crente de que contratava um serviço, quando, em verdade, outro lhe foi vendido, guinada, a parte ré, pela mais firme má-fé contratual. Não houve consentimento da autora por nítida omissão de informações!!!

Estabelece o Código de Direito do Consumidor, no art. 6º, os direitos básicos do consumidor, como, por exemplo, a informação sobre o produto contratado:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços” (grifamos)
(grifou-se)



Já o inciso III, do art. 39, do CDC, proíbe o envio de produtos sem prévia solicitação.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

III - enviar ou entregar ao consumidor, **sem solicitação prévia**, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;
(grifou-se)

O STJ, por meio da súmula 532, já consolidou o entendimento de que o envio de cartão sem prévia solicitação é ato ilícito passível de indenização.

STJ - Súmula 532:

"Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa."

Em consonância a súmula, a Turma Recursal do Paraná, editou os enunciados 1.8 e 2.10, que assim versam:

"Enunciado N.º 1.8- Cobrança de serviço não solicitado - dano moral - devolução em dobro: A disponibilização e cobrança por serviços não solicitados pelo usuário caracteriza prática abusiva, comportando indenização por dano moral e, se tiver havido pagamento, restituição em dobro, invertendo-se o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, visto que não se pode impor ao consumidor a prova de fato negativo."

"Enunciado N.º 2.10 - Envio de cartão de crédito sem solicitação - inscrição - reparação dos danos: A inscrição de dívida oriunda de encargos de cartão de crédito não solicitado pelo consumidor constituiu prática abusiva vedada pelo art. 39, III, do CDC e enseja reparação por danos (morais e materiais)."

Ausente a informação clara ao consumidor quanto ao comprometimento da margem consignável, deve-se reputar que a RMC constituída padece de ilegalidade e de inexistência de contratação.

As informações prestadas a parte autora foram viciadas, uma vez que na prática a empresa realizou operação completamente diversa da ofertada.

Ora, se a parte Autora nada contratou com a requerida, nenhum débito ou reserva com este há que lhe atribuir.

Por esse motivo, reservou o que não lhe é devido, pelo que deve ser declarada a inexistência de qualquer reserva em desfavor da parte autora em relação ao banco requerido, o que se requer se dê por sentença.

Ademais, Excelência, não bastasse a frontal contrariedade, *supra* narrada, a





prática ainda vai contra o §1º do art. 15 da mesma Instrução Normativa, que assim prevê:

Art. 15. Os titulares dos benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão constituir RMC para utilização de cartão de crédito, de acordo com os seguintes critérios, observado no que couber o disposto no art. 58 desta Instrução Normativa: I - a constituição de RMC somente poderá ocorrer após a solicitação formal firmada pelo titular do benefício, por escrito ou por meio eletrônico, sendo vedada à instituição financeira: emitir cartão de crédito adicional ou derivado; e cobrar taxa de manutenção ou anuidade; (grifamos)



A propósito, brilhantes os acórdãos proferidos pela Ilustríssima Senhora Doutora Juíza MANUELA TALLÃO BENKE do E. TJPR, proferidos recentemente sobre idêntica matéria, que bem entendeu pela ilegalidade da prática e fixou os danos morais em R\$ 7.000,00, veja:

(RECURSO INOMINADO: 0011806-17.2015.8.16.0024 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ? FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ RECORRENTE: INDIANARA LAMEK DA SILVA RECORRIDO: AGIPLAN FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO) "Relatório em sessão. II. Passo ao voto. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido. Na petição inicial, a reclamante pede o cancelamento de cartão de crédito e de reserva de margem consignável, bem como indenização por danos morais. Diz nunca ter firmado contrato com o reclamado e que, ao fazer um empréstimo, tomou conhecimento da reserva de margem consignável sobre seu benefício. Na contestação, o reclamado diz que a reclamante firmou contrato que autoriza a reserva da margem consignável. Então na impugnação à contestação, a reclamante afirma que celebrou contrato de empréstimo consignado junto à ré, reconhecendo ter assinado o contrato de mov. 14 mas que jamais foi sua intenção contratar cartão de crédito. Diz que o contrato é de adesão, estando incluída de maneira camuflada e pouco clara que a contratação de empréstimo implicaria a contratação de cartão de crédito. Pois bem. Bem analisando o contrato de mov. 14.4, afere-se realmente a existência de contratação de cartão de crédito consignado: Todavia, o contrato nada dispõe a respeito da constituição da reserva de margem consignável (RMC) ? inclusive sobre o percentual da reserva a ser averbado. Sendo assim, deve-se reconhecer que de fato ficou obscura a contratação no contrato a respeito da RMC. Ainda que ela seja decorrente da contratação de crédito consignado, a consumidora ficou sem compreender qual seria o limite de comprometimento de sua margem consignável ? que, no caso, segundo a reclamante, foi



de 5%. Ausente a informação clara ao consumidor quanto ao comprometimento da margem consignável, deve-se reputar que a RMC constituída padece de ilegalidade. Frisa-se que isso em nada afeta o empréstimo pessoal contratado pela reclamante no mesmo instrumento contratual ? em que esta assumiu 12 parcelas de R\$ 181,07, as quais inclusive estão sendo regularmente descontadas em sua conta corrente (como convencionado no contrato) ? mov. 29.2: Sendo assim, pelo exposto, **cabe acolher o pedido de cancelamento do cartão de crédito (este pode ser feito a qualquer momento pelo consumidor) e da margem consignável. A reserva de margem consignável sem autorização contratual constitui ato ilícito gerador de dano moral, prejudicando o consumidor ao acesso de outros créditos no mercado capazes de lhe proporcionar melhores condições de subsistência. Portanto, também comporta acolhimento o pedido de indenização por danos morais. Quanto ao valor, entende-se que R\$ 7.000,00 (sete mil reais) se prestam a compensar o ilícito e punir o transgressor.** Verificando-se que o reclamante tinha razão, afasta-se a pena de litigância de má-fé definida em sentença. Diante do exposto, o voto é pelo provimento do recurso, para o fim de: a) determinar ao reclamado que promova o cancelamento do cartão de crédito consignável em cinco dias úteis; b) determinar o cancelamento da reserva de margem consignável relativo ao contrato em discussão, mediante a expedição de ofício ao INSS; c) condenar o reclamado ao pagamento de indenização por danos morais ao reclamante, de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), corrigidos monetariamente pela média do INPC e do IGPD-I desde este julgamento e com juros de mora de 1% ao mês desde a citação. III. Dispositivo Ante o exposto, esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso. Sem condenação em verbas de sucumbência, diante do resultado do julgamento. O julgamento foi presidido pelo Senhor Juiz Marco Vinicius Schiebel (sem voto), e dele participaram os Senhores Juízes Manuela Tallão Benke, Camila Henning Salmoria e Marcelo de Resende Castanho. **Curitiba, 12 de maio de 2016.** MANUELA TALLÃO BENKE Juíza Relatora.” (grifamos)

“(RECURSO INOMINADO Nº 0000215-37.2016.8.16.0052 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BARRAÇÃO RECORRENTE: BANCO BMG S.A RECORRIDO: ARILSON FORTES RELATORA: MANUELA TALLÃO BENKE). AUSÊNCIA DA ENTREGA DO CARTÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE VALORES. II. Passo ao voto. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso deve ser conhecido. Da análise dos autos, verifica-se que a controvérsia cinge acerca da contratação e recebimento de cartão de crédito consignado. Pois bem. Restou comprovado nos autos, a contratação do cartão de crédito consignado através do



contrato devidamente assinado pelo reclamante (mov. 29.2), o qual não foi impugnado pelo autor, razão pela qual, afasta-se qualquer hipótese de realização de fraude por terceiros. Ainda, restou comprovado o bloqueio da reserva de margem consignável e os descontos no benefício da parte reclamante, contudo, não restou comprovado pelo réu a disponibilização dos valores e a entrega de tal cartão ao autor. **O desconto de valores junto a benefício previdenciário sem anuência da parte reclamante causa dano moral, eis que suprime do beneficiário o direito de usufruir totalmente de sua verba alimentar.** Precedente de casos análogos: 'AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO LIMINAR? CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO PELO AUTOR? RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL? DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC? AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO? REPETIÇÃO EM DOBRO DOS DESCONTOS INDEVIDOS? DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO? DANOS MORAIS DEVIDOS. QUANTUM FIXADO EM R\$ 5.000,00? APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 12.13B? DA TRU/PR? SENTENÇA MANTIDA.' (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0011688-41.2015.8.16.0024/0 - Almirante Tamandaré - Rel.: Marco Vinícius Schiebel - - J. 12.05.2016) **'RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. RMC. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL INDEVIDA REALIZADA NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DA AUTORA. ENVIO DE CARTÃO DE CREDITO SEM SOLICITAÇÃO. PRÁTICA ABUSIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 532 DO STJ POR ANALOGIA. DESCONTO INDEVIDO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE CONTRATO. FALHA NA PRESTACÃO DOS SERVIÇOS. VENDA DA CARTEIRA DE CARTÃO DE CRÉDITO AO BANCO PAN. LEGITIMIDADE PASSIVA DA PARTE DO RÉU. SENTENÇA QUE JUGOU EXTINTO O PROCESSO SOB A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DO ARTIGO 206, PARÁGRAFO 3º, INCISO V, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICABILIDADE DO ARTIGO 27 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTAGEM DO PRAZO A PARTIR DO CONHECIMENTO DO DANO E DE SUA AUTORIA. PRESCRIÇÃO AFASTADA. DECRETADA A FALÊNCIA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A JULGANDO ASSIM EXTINTO O PROCESSO EM FACE DO MESMO, ANTE CONTIDO NO ARTIGO 8º DA LEI Nº 9.099/95. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. DEVER DE INDENIZAR. RESTITUIÇÃO DEVIDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO RÉU CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO DA AUTORA CONHECIDO E PROVIDO.'** (TJPR



- 2ª Turma Recursal - 0012682-66.2015.8.16.0025/0 - Araucária
- Rel.: James Hamilton de Oliveira Macedo - Rel. Desig. p/ o
Acórdão: Manuela Tallão Benke - - J. 12.05.2016). O valor
arbitrado a título de danos morais (R\$ 10.000,00) comporta
redução para R\$ 7.000,00 (sete mil reais), para se adequar ao
caso concreto e aos valores que tem sido arbitrado por este
Colegiado em casos análogos. Com relação à repetição de
indébito dos valores indevidamente cobrados, esta deve se
operar na forma dobrada, eis que tem aplicação o art. 42,
parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, pelo qual
incide a devolução simples caso presente o engano justificável,
o que não é o caso dos autos. Concernente a restituição do
crédito recebido, resta prejudicada tal análise, vez que não
restou comprovado nos autos, tal repasse ao reclamante. Quanto
à imposição da multa por obrigação de fazer, não há
irregularidade, tendo ela sido fundamentada no art. 537 do
Código de Processo Civil/2015. **O valor arbitrado (R\$ 10.000,00) não é excessivo, considerando-se que o reclamado é um banco e que a multa tem de ser expressiva para criar o efeito coercitivo da sanção aplicada.** III. Dispositivo: Ante o
exposto, esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de
votos, CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao
recurso, nos exatos termos do voto. Restando parcialmente
vencido o recorrente, condeno-o ao pagamento dos honorários
advocatícios, os quais fixo em 15% do valor da condenação, nos
termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Custas nos moldes da
Lei Estadual nº 18.413/14. O julgamento foi presidido pelo
Senhor Juiz Marco Vinicius Schiebel (sem voto), e dele
participaram os Senhores Juizes Camila Henning Salmoria e
Marcelo de Resende Castanho. **Curitiba, 11 de agosto de 2016.**
MANUELA TALLÃO BENKE Juíza Relatora.” (grifamos)



Ora, a parte ré guinou seu caminho pautada em uma série de ilegalidades e
arbitrariedades, o que não poderá passar despercebido por este douto Juízo, vez que,
conforme demonstrado nos acórdãos recentemente proferidos a prática é abusiva e por
demais onerosa ao consumidor, **de forma que vem sendo aplicada reiteradamente em
todo o país, especialmente contra pessoas idosas.**

Aliás, firmando a ilegalidade da prática, reiteradamente tem decidido o E.
TJPR, veja:

“TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO Recursos
Recurso Inominado RI 000683420201481600300 PR
0006834-20.2014.8.16.0030/0 (Acórdão) (TJ-PR) Data de
publicação: 18/12/2015 Ementa: RECURSO INOMINADO.
**RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (?RMC?)
PARA UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO.
DESCONTO EM BENEFÍCIO DO INSS. CARTÃO NÃO
UTILIZADO. DESCONTO INDEVIDO. DESCONTOS**



QUE EXTRAPOLAM INCLUSIVE O PRAZO DA ?RMC?.
REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO DOS VALORES
COBRADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EVIDENCIADA. SUPRESSÃO DO DIREITO DE LIVRE
UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM
SUA INTEGRALIDADE. DANO MORAL
CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. , esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurso, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0006834-20.2014.8.16.0030/0 - Foz do Iguaçu - Rel.: Manuela Tallão Benke - - J. 11.12.2015)" (grifamos)



“TJ-PR - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO Recursos Recurso Inominado RI 002777518201481600210 PR 0027775-18.2014.8.16.0021/0 (Acórdão) (TJ-PR) Data de publicação: 16/09/2015 Ementa: EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COMBINADA COM INEXISTÊNCIA DE DÉBITO ? CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO NÃO CONTRATADO PELO AUTOR ? RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL ? DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE ?EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC? ? AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO ? REPETIÇÃO EM DOBRO DOS DESCONTOS INDEVIDOS ? DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO ? DANOS MORAIS ? DEVIDOS ? QUANTUM FIXADO EM R\$ 5.000,00 ? SENTENÇA REFORMADA. Recurso conhecido e provido. , resolve esta Turma Recursal, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, nos exatos termos do vot (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0027775-18.2014.8.16.0021/0 - Cascavel - Rel.: Marco Vinícius Schiebel - - J. 14.09.2015)” (grifamos)

Desta feita, assim como tem entendido a Colenda Turma Recursal do Paraná, deverá o cartão de crédito da parte autora ser cancelado, bem como lhe ser restituído tudo o que fora indevidamente pago/descontado em seu benefício, de forma dobrada e ser fixado dano moral, tal qual entende pacificamente o E. TJPR.

II.II - DA IMOBILIZAÇÃO DO CRÉDITO DA AUTORA PELA RESERVA DE MARGEM DE CRÉDITO EM RAZÃO DE EMPRÉSTIMO VINCULADO A CARTÃO DE CRÉDITO

É ilegal a imobilização do crédito da autora em razão da RMC (reserva margem de crédito) por empréstimo consignado vinculado a cartão de crédito, mesmo na hipótese em que o banco junta o contrato, pois, como alhures exposto, o (a) autor (a)



jamais fora cientificado realizou a contratação de um empréstimo vinculado ao cartão de crédito, que como se sabe, somente traz vantagens ao banco em razão dos juros serem maiores. E, se não fora cientificado ou informado acerca desta modalidade de crédito consignado, por motivos óbvios que a autora, consumidor, não é obrigado a se resignar com o contrato firmado, mormente, tratando-se muitas vezes de venda casada, que como que se sabe, é uma prática bastante usual de que tem se valido as instituições financeiras no intuito de aumentar ainda mais os seus lucros. Sorte dos consumidores que a JUSTIÇA está atenta a estes tipos de abusividades (venda casada), *in verbis*:



“SEGUNDA TURMA RECURSAL Recurso Inominado nº 0008250-07.2015.8.16.0024 Origem: Juizado Especial Cível de Almirante Tamandaré Recorrente: Banco BMG S/A Recorrido: Maria José dos Santos Proença Relator: Juiz Marcelo de Resende Castanho RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. VENDA CASADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ENVIO E DA INADIMPLÊNCIA. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. SENTENÇA EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Recurso desprovido. I ? Relatório Trata-se de demanda indenizatória de danos materiais e morais. Alega a autora que contratou empréstimo consignado, mas teve utilizado o limite de margem consignável para pagamento de cartão de crédito, do qual não solicitou e não recebeu. Sobreveio sentença de parcial procedência da demanda, declarando o cancelamento do cartão e condenando ao pagamento de danos morais. Irresignado, o réu interpôs recurso com o fim de reforma da sentença, alegando que a contratação se deu de forma regular, existindo saldo em aberto que justifica a cobrança. Sustenta também que a sentença foi extra petita, julgando além dos pedidos da inicial. É o relatório. II ? Fundamentação Satisfeitos os pressupostos processuais viabilizadores da admissibilidade do recurso, tanto os objetivos quanto os subjetivos, deve ser ele conhecido. Sem razão, contudo. Percebe-se que as alegações recursais tratam-se em verdade de inovações, vez que na contestação e demais oportunidades ofertadas para manifestação o recorrente não aduziu nenhuma das teses que pretende ser analisadas em recurso. Em primeiro grau tratou a causa como se fosse fraude, alegando que a assinatura aposta em contrato é mesmo da recorrida. Entretanto, não é essa a discussão instaurada nos autos, pois a recorrida se insurge quanto ao cartão de crédito não recebido e, portanto, não utilizado, mas mesmo assim cobrado. **Da análise dos autos percebe-se que a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos, pois a solicitação de cartão estava adstrita ao contrato de**



empréstimo. tratando-se pois de venda casada. Ademais, não houve qualquer comprovação acerca do envio, utilização e inadimplência por parte da recorrida, ônus que cabia ao recorrente demonstrar. Por fim, não há que se falar em sentença extra petita, vez que há pedido expresso na inicial. Deste modo, correta a sentença singular, sendo seu fundamento harmônico com o entendimento desta turma julgadora, inclusive no tocante ao montante da indenização, motivo pelo qual mantenho-a por seus próprios fundamentos, com base no art. 46 da Lei 9099/95. Este é o voto que proponho. III - Dispositivo Diante do exposto, resolve esta Turma Recursal, conhecer e negar provimento ao recurso interposto, conforme fundamentação supra. Condeno o recorrente ao pagamento de honorários advocatícios de 20% sobre o valor da condenação, conforme art. 55 da LJE. Custas devidas conforme art. 4º da Lei 18.413/2014 e art. 18 da IN 01/2015 do CSJE. O julgamento foi presidido pelo Juiz Dr. Marco Vinícius Schiebel, com voto, e dele participou a juíza Dra. Manuela Tallão Benke. Intimações e diligências necessárias. Curitiba, 12 de novembro de 2015. Marcelo de Resende Castanho Juiz Relator.” (grifei)



“APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DECLARATORIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS. VENDA CASADA. COBRANÇA DE ANUIDADE. BLOQUEIO DE CARTÃO DE CRÉDITO. VENDA CASADA. A venda casada é prática abusiva vedada nas relações de consumo, conforme o inciso I do artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), cabível, portanto a devolução dos valores indevidamente cobrados. Não há prova suficiente nos autos para afastar a verossimilhança das alegações da autora. Venda casada configurada. DANO MORAL CONFIGURADO. O conteúdo probatório trazido pela parte autora, somado ao fato de que a parte ré não se desincumbiu de comprovar justo motivo para bloqueio dos três cartões da autora e nem provou a solicitação e utilização do cartão visa internacional platinum para justificar a cobrança de anuidade enseja a indenização por danos morais. O bloqueio de três cartões da parte autora transcende o patamar de mero dissabor e aborrecimento. VALOR DA CONDENAÇÃO. O quantum indenizatório deve ser fixado de acordo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, guardando proporção com a ofensa praticada, sem representar qualquer enriquecimento indevido. Valor fixado de acordo com os parâmetros adotados por esta Câmara em casos semelhantes. JUROS DE MORA. Incidência a partir do evento danoso. Súmula 54 do STJ. Todavia, a fim de evitar a reformatio in pejus, fica mantida a sentença no ponto. APELAÇÃO CÍVEL DESPROVIDA RECURSO ADESIVO... DESPROVIDO.” (Apelação Cível Nº 70065586042, Vigésima Quarta Câmara



Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Julgado em 26/08/2015). (TJ-RS - AC: 70065586042 RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Data de Julgamento: 26/08/2015, Vigésima Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 28/08/2015) (grifei)

Mas, o que salta os olhos mesmo está no fato de que, a instituição financeira, abusando da boa-fé objetiva da autora - o consumidor sempre acredita que o contratado está agindo nos limites da lei, máxime, por ser uma instituição financeira de grande porte- vinculara o empréstimo consignado ao cartão de crédito que, repito, jamais fora solicitado pela autora, e **tampouco lhe fora cientificado de que o cartão lhe comprometeria pelo menos 5% da margem de crédito consignável.** E a consequência disso é nefasta, já que o cliente busca o representante do banco com a finalidade de obtenção de empréstimo consignado e a instituição financeira, nitidamente, **ludibriando o consumidor, realiza outra operação: a contratação de cartão de crédito com RMC.** Somente este fato, já é o suficiente para fundamentar o direito a indenização aos danos morais e materiais.

Aliás, em razão da indevida reserva de margem realizada pelo réu, a parte autora está impossibilitada de contrair empréstimo em qualquer outra instituição.

Nem mesmo foi possível contratar o valor desejado, já que a reserva de margem foi pré-determinada pela instituição financeira, prejudicando o consumidor ao acesso de outros créditos no mercado capazes de lhe proporcionar melhores condições de subsistência.

Concluindo, sob qualquer viés o da autora é lesado: a. em razão da ausência de informações quanto a modalidade de crédito; b. pela imobilização da margem de crédito sem ciência e autorização; c. pelo fato de que o empréstimo pago via cartão de crédito ser mais oneroso em razão da taxas de juros serem bem maior do que o empréstimo feito de forma convencional; Por este motivos, a responsabilização civil da instituição financeira pelos danos causados ao autor torna-se medida de rigor!

Por este motivos, a responsabilização civil da instituição financeira pelos danos causados a autora torna-se medida de rigor!

II.III – DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO POR CARTÃO DE CRÉDITO – MODALIDADE DE EMPRÉSTIMO ABUSIVA POR SI SÓ – OPERAÇÃO FINANCEIRA QUE TRAZ VANTAGEM EXCESSIVA A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Ainda que não contratado o cartão de crédito consignável, vale tecer



algumas considerações à respeito de tal modalidade de empréstimo, a qual por si só é abusiva, tendo em vista que impõe ao consumidor ônus excessivo, pois o desconto do mínimo não abate qualquer valor da dívida, mas tão somente os encargos do cartão.

Assim, ainda que a Requerida tivesse informado o consumidor de forma clara os termos do empréstimo de cartão de crédito consignado (o que não aconteceu), tal prática se configuraria abusiva pela manifesta vantagem excessiva, nos termos do CDC, in verbis:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

(...)

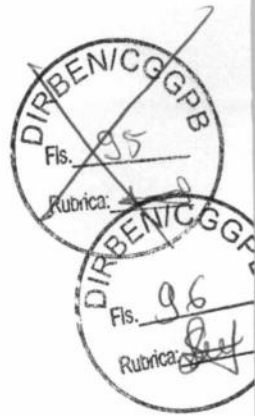
V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

Embora tal prática seja recente por algumas empresas do ramo financeiro, alguns tribunais já tem verificado a abusividade existente em tal modalidade de empréstimo.

RESPONSABILIDADE CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. SIMULAÇÃO. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. VÍCIO. ABUSIVIDADE. DANOS MORAIS. IN RE IPSA. PROVIMENTO. I - **Afigura-se ilegal conduta de instituição financeira que, via consignação em folha, procede a descontos variáveis e por prazo indefinido nos vencimentos de consumidor**, que acreditou ter apenas contratado empréstimo para pagamento por prazo determinado e em parcelas fixas, e não cartão de crédito consignado com prazo indeterminado; II - o dano moral não exige prova, a lesão é ipsa re, bastando, tão-somente, a demonstração do ilícito, detentor de potencialidade lesiva; III - [...] **a oferta de reserva de margem consignável (RMC), na prática configura-se um empréstimo impagável**. Nesta modalidade de empréstimo, disponibiliza-se ao consumidor um cartão de crédito de fácil acesso, ficando reservado certo percentual, dentro do qual poderão ser realizados contratos de empréstimos. 5. **O consumidor firma o negócio jurídico acreditando tratar-se de um contrato de empréstimo consignado, com pagamento em parcelas fixas e por tempo determinado, no entanto, efetuou a contratação de um cartão de crédito, de onde foi realizado um saque imediato e cobrado sobre o valor sacado, juros e encargos bem acima dos praticados na modalidade de empréstimo consignado, gerando assim, descontos por prazo indeterminado**. 6. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva, como no caso dos autos, com o desconto do valor mínimo diretamente nos vencimentos



ou proventos do consumidor, correspondente apenas aos juros e encargos de refinanciamento do valor total da dívida, o que gera lucro exorbitante à instituição financeira e torna a dívida impagável. [...] declarou resolvido o contrato celebrado, em face do seu adimplemento integral, condenando ainda a instituição financeira a restituir ao autor o valor de R\$ 2.242,11, referentes às parcelas descontadas a mais, com atualização monetária e juros de mora. [...] (Recurso 0010075-49.2013.811.0006, Turma Recursal Cível e Criminal de Caxias, Rel. Juiz Paulo Afonso Vieira Gomes, j. 16.10.2014); IV - o dever de lealdade imposto aos contraentes deve ser especialmente observado nos contratos de adesão, em que não há margem à discussão das cláusulas impostas aos consumidores aderentes, obrigando o fornecedor a um destacado dever de probidade e boa-fé; V - apelação provida. (TJ-MA - APL: 0436332014 MA 0027424-10.2013.8.10.0001, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 14/05/2015, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/05/2015)



Importante notar que o público alvo da requerida, em geral, é formado por pessoas idosas, com baixo poder aquisitivo e pouca margem para negociação.

Tal prática, inclusive, já foi e é alvo de reclamações no judiciário, tanto é que **fora objeto de ACÃO CIVIL PÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO (nº10064-91.2015.8.10.0001)**², justamente em razão da sua abusividade onerosa em detrimentos dos aposentados e pensionistas, nesta mesma matéria, o defensor público Jean Carlos Nunes Pereira, um dos responsáveis pela referida ação, de forma sucinta explica como a prática ocorre, veja:

“O cliente busca o representante do banco com a finalidade de obtenção de empréstimo consignado e a instituição financeira, nitidamente, **ludibriando o consumidor, realiza outra operação**: a contratação de cartão de crédito com RMC. Na sua folha de pagamento será descontado apenas o correspondente a 6% do valor obtido por empréstimo e o restante desse valor e mais os acréscimos é enviado para pagamento sob a forma de fatura que chega mensalmente à casa do consumidor. Se este pagar integralmente o valor da fatura, que é o próprio valor do empréstimo, estará quitada a dívida; **se, entretanto, como ocorre em quase todos os casos, o pagamento se restringir ao desconto consignado no contracheque (6% apenas do total devido), sobre a diferença não paga, isto é, 94% do valor devido, incidirão juros que são duas vezes mais caros**”

² Disponível em: “<http://www.contrafcut.org.br/noticias/bancos-sao-acusados-de-enganar-aposentados-e-pensionistas-no-maranhao-5cbc>”; “<https://jornalpequeno.com.br/2016/05/04/dpema-garante-fim-de-cobrancas-de-bancos-por-ilegalidades-em-consignados/>”; e “<http://www.condege.org.br/noticias/473-ma-defensoria-promove-a%C3%A7%C3%A3o-civil-p%C3%BAblica-contra-bancos-por-ilegalidades-em-consignados.html>”



que no empréstimo consignado normal. Jean Carlos esclarece que, na prática, todos os meses em que a fatura não é paga em sua integralidade ocorre novo empréstimo e incidem juros sobre juros.” (grifei)

Embora os fatos narrados acima sejam relacionados aos servidores do Estado do Maranhão, a prática realizada com os beneficiários do INSS se dá de forma idêntica aos fatos narrados pelo defensor público Jean Carlos Nunes Pereira, nos autos da ação civil pública supra mencionada.

Tal modalidade de empréstimo não era a requerida pela parte autora, sequer conhecida, e, em verdade, somente é benéfica ao (a) réu (ré),

Aliás, se a empresa já debita o limite estabelecido em lei a título de RMC (5%), qualquer valor que seja exigido a título de RMC do consumidor além desta porcentagem irá ultrapassar o limite legal.

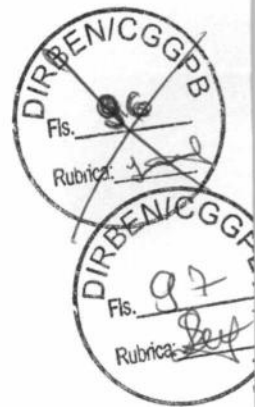
Neste sentido, nesta modalidade de empréstimo, além de debitar o limite legal (5%), a empresa exige do consumidor o pagamento da fatura, o qual também se faz a título de RMC, verificando-se, inclusive, que conduta praticada pela ré é ilegal.

Aliás, evidente que a intenção do legislador ao limitar a porcentagem consignável do salário das pessoas que percebem benefício previdenciário foi de assegurar o mínimo necessário à sobrevivência própria e de sua família, bem como ofertar a possibilidade de conseguir empréstimos com linha de crédito mais favoráveis ao consumidor.

Ao separar as duas modalidades (consignado e cartão de crédito consignado), o legislador deixa claro que as intenções seriam diversas. Se o beneficiário optar por empréstimo consignado, ele poderá adquirir um empréstimo consignado vinculados em sua folha de pagamento, com juros baixos, e, em caso de aquisição de produtos, poderá adquirir um cartão de crédito consignado, que será vinculado ao seu benefício, de forma que não inadimplirá, e assim, não gerará um prejuízo excessivo.

Como se observa, as operações são distintas, mas conexas no sentido de serem mais vantajosas para os consumidores que os demais cartões ou empréstimos convencionais.

É evidente que houve um desvio de finalidade, de forma que não foi respeitado os princípios da boa-fé objetiva e da transparência, a instituição financeira vende um produto em que a parte ré está habituada a pactuar, e se aproveitando da confiança da parte autora, entregou produto diverso, somente visando a vantagem, o lucro.





A forma de cobrança do produto é ainda mais inadmissível. Depois de desviar a função social do contrato, fazendo com que o consumidor acredite estar adquirindo um empréstimo consignado com número determinado de parcelas, a ré cobra o valor total da dívida em um único mês, para que assim, debite o mínimo do cartão em sua folha de pagamento nos meses subsequentes e, pela falta de informação, o beneficiário nunca quitará a presente dívida, acreditando estar pagando a parcela do empréstimo.

É claro o objetivo da instituição financeira em deixar que o autor acredite se tratar de um empréstimo consignado, pois dessa forma não terá um limite de parcelas para debitar, e poderá receber 5% do salário de benefício do autor até a sua morte.

Em parâmetros delineados na instrução normativa, o autor poderá pagar até 5% de seu salário de benefício a título RMC para **amortização** do saldo devedor.

O conceito de amortização é o **processo de extinção de uma dívida através de pagamentos periódicos**, que são realizados em função de um planejamento, **de modo que cada prestação corresponde a soma do reembolso do capital ou dos juros do saldo devedor** (juros sempre são calculados sobre o saldo devedor), podendo ainda ser o reembolso de ambos.

Pagamento mínimo de cartão do cartão de crédito não é, em hipótese nenhuma, amortização de dívida. Pelo contrário, a dívida do consumidor só tende a aumentar.

Logo, a dívida nunca será quitada, pois o desconto do valor mínimo corresponde ao pagamento apenas dos juros e encargos do cartão, por outro lado, gera ao consumidor a expectativa de que o pagamento esteja sendo realizado.

Importante observar ainda que trata-se de uma prática abusiva realizada pela ré, eis que aproveitou-se da idade, fraqueza e ignorância da parte autora para implantar o empréstimo em seu benefício previdenciário, prática esta também vedada pelo CDC.

Art. 39. **É vedado** ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

Sob uma outra perspectiva, mas, igualmente relevante, mesmo que tivesse havido o desbloqueio/uso do cartão, tal fato não tem o condão de afastar a responsabilidade civil da instituição financeira, isto porque, como alhures exposto, o



rêu abusara da boa-fé objetiva da autora, pois, esta confiava que a instituição atuaria nos limites da legalidade, o que não ocorreria na hipótese dos autos, já que realizara o empréstimo consignado vinculado a um cartão de crédito, sem que tivesse sido solicitado pela autora. **E, o pior, se informar a ela de que haveria o comprometimento de pelo menos 5% da margem de crédito consignável.** Destarte, sob esta perspectiva, a instituição financeira também praticara ato ilícito passível de responsabilização.

Assim, Excelência, conclui-se que a modalidade de empréstimo em debate, na forma como é praticada pelas instituições financeiras, por si só é abusiva, uma vez que o consumidor sai da empresa acreditando ter formalizado empréstimo consignado, quando na verdade a operação realizada pela ré foi diversa, denotando-se que a ré agiu de forma **FRAUDULENTA**, tendo aplicado um verdadeiro **GOLPE**, pois ao verificar os débitos realizados em sua conta, o consumidor acredita estar pagando a dívida, quando na verdade está pagando apenas os juros do cartão, gerando, assim, um lucro exorbitante para instituição bancária, razão pela qual o contrato deve ser declarado nulo.

II.III – DO ILÍCITO E SUA REPARAÇÃO

A situação, Excelência, causou prejuízo moral e material a parte Autora, dano este indenizável, o que se pleiteia e seja reconhecido.

Isso porque, da análise da situação fática, verifica-se que a culpa adveio exclusivamente da conduta da ré, posto que em ato infundado, ocasionou os danos ora reclamados, gerando manifesta e excessiva vantagem para empresa requerida.

Aplicável na espécie o artigo 186 do CC:

Art. 186. aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Envidando-se novamente pelo Código de Defesa do Consumidor, no que se refere aos direitos básicos do consumidor, Art. 6º, inciso VI: “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos”.

Evidente a desvirtuação do contrato firmado entre as partes, bem como a falha na conduta da ré, que afirma que a parte realizou a contratação do cartão de crédito consignado, porém passou a realizar os descontos de encargos de cartão que sequer foi enviado, utilizado ou mesmo desbloqueado, evidenciando a prática



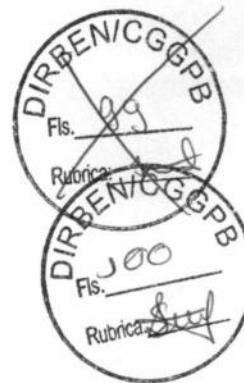
fraudulenta de desvirtuação do contrato realizado pela ré.

Em recentes decisões proferidas pelo TJ/PR, restou reconhecida a conduta ilegal praticada pela requerida em casos de igual semelhança.

RECURSO INOMINADO. INDENIZATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO EM CONJUNTO COM EMPRÉSTIMO. AVERBAÇÃO DE RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC). CONTRATO QUE NÃO PREVÊ A RESERVA E NÃO INDICA SEU PERCENTUAL. AVERBAÇÃO DE RESERVA DE 5% SEM LASTRO CONTRATUAL. OFENSA AO DIREITO DE INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR. RESERVA QUE SE REPUTA ILEGAL. CONSUMIDOR QUE SE VÊ IMPEDIDO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO DIANTE DA AUSÊNCIA DE MARGEM CONSIGNÁVEL. DANO MORAL CONFIGURADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA CONSUMIDORA. INEXISTÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. Ante o exposto, esta Turma Recursal resolve, por unanimidade de votos, CONHECER E DAR PROVIMENTO ao recurs (TJ-PR - RI: 001180617201581600240 PR 0011806-17.2015.8.16.0024/0 (Acórdão), Relator: Manuela Tallão Benke, Data de Julgamento: 13/05/2016, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 23/05/2016) (grifou-se)

AÇÃO DECLARATÓRIA E INDENIZATÓRIA ? CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO ? RECLAMANTE ALEGA AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO ? RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL ? DESCONTOS EFETUADOS A TÍTULO DE ?EMPRÉSTIMO SOBRE A RMC? ? AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO ? REPETIÇÃO EM DOBRO DOS DESCONTOS INDEVIDOS ? DEVER DE INFORMAÇÃO NÃO OBSERVADO ? DANOS MORAIS ? DEVIDOS ? QUANTUM FIXADO EM R\$ 10.000,00 ? VALOR CONSIDERADO ADEQUADO E COADUNA COM PRECEDENTES DESTA TURMA RECURSAL ? SENTENÇA REFORMADA. Recurso conhecido e provido. , resolve esta Turma Recursal, por maioria de votos, conhecer dos recursos e, no mérito, dar- provimento ao recurso do autor, nos exatos termos do vot (TJ-PR - RI: 003550835201481600210 PR 0035508-35.2014.8.16.0021/0 (Acórdão), Relator: Marco Vinícius Schiebel, Data de Julgamento: 16/11/2015, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 19/11/2015) (grifou-se)

A reserva de margem consignável sem autorização contratual constitui ato



ilícito gerador de dano moral, prejudicando o consumidor ao acesso de outros créditos no mercado capazes de lhe proporcionar melhores condições de subsistência.

No entanto, cumpre-nos fazer algumas considerações acerca da fixação do dano moral, que, conforme exaustivamente demonstrada, é certa em casos assim. Primeiramente, **deve-se observar que a prática de induzir o consumidor em erro é rotineira por parte do réu**, inclusive objeto de Ação Civil Pública no Estado do Maranhão, o que nos leva a deduzir que tal prática ocorre em todo território nacional, gerando um lucro enorme a ré, deixando como sugestão o valor de R\$ 10.000 (dez mil reais) a título de dano moral, conforme precedente da Turma Recursal do Paraná acima, não só pela capacidade econômica da ré e demais circunstâncias, mas também para se coibir a prática de novos ilícitos,

Em segundo lugar, acresça-se o fato que de **o público alvo dessa prática são pessoas idosas**, por vezes pouco instruídas ou mesmo analfabetas, que acreditam contratar um de empréstimo, quando em verdade, contratam outro serviço, que muitos ônus lhe traz, **tudo isso na obscuridade, sempre omitindo informações, induzindo essas pessoas em erro.**

Desta forma, não é forçoso perceber, que o aspecto corretivo/punitivo e inibidor de novos ilícitos não está sendo alcançado pelos E. Tribunais de Justiça, razão pela qual, deve-se haver a aplicação de danos morais significativos a fim de evitar que tais práticas perpetuem.

Ademais, nem mesmo após contato com o serviço de atendimento da requerida a parte autora teve seu problema solucionado, demonstrando a ineficiência do sserviço de call center da ré, o que por si só configura dano moral, nos termos do enunciado nº 1.6., do TJPR.

Assim, aplicável ao caso:

Enunciado nº 1.6 – Callcenter ineficiente – dano moral: Configura dano moral a obstacularização, pela precariedade e/ou ineficiência do serviço de call center, por parte da empresa de telefonia, como estratégia para não dar o devido atendimento aos reclamados do consumidor.

A parte requerida, ao que tudo indica, pretendia obter vantagem indevida ao acreditar que a requerente, e outros aposentados e pensionistas em situação similar, não tomaria nenhuma atitude diante da cobrança imposta, denotando má-fé em sua conduta – a qual deve ser rechaçada inclusive em caráter pedagógico.





Ainda em relação aos danos experimentados pela parte autora, mister frisar que mensalmente lhe foi descontado a partir de 03/06/2008 mensalmente o valor de R\$ 41,50, a título de RMC, e, a partir de 23/07/2015 o valor descontado no contracheque a título de RMC passou a ser de R\$ 78,80, de forma completamente indevida, devendo a restituição se dar nos termos do § único do art. 42 do CDC, referente a todos os descontos realizados a título de RMC.

Desta forma, especialmente sob o prisma da uniformização da jurisprudência, novel instituto preconizado pela CPC/2015, nos arts. 926 e seguintes, não deve ser outro o entendimento deste Douto Juízo acerca da incidência de danos materiais e morais, de forma que aqueles devem ocorrer na sua forma de restituição em dobro, nos termos do § único do art. 42 do CDC³.

Assim, dada a nítida presença dos ilícitos perpetrados pela parte ré, por uma questão de respeito ao ordenamento pátrio e, acima de tudo, à dignidade da pessoa humana, como sujeito de direitos que é, não dever ser outra à medida que não seja a de condenação do réu, nos exatos termos dos pedidos, abaixo elencados.

Da Inversão do Ônus da Prova

A Súmula nº 297 do STJ é conclusiva quando diz que “o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras”.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. REVISÃO DO PACTO. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. POSSIBILIDADE NA FORMA SIMPLES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1.(...). 2. A submissão das instituições financeiras ao CDC e a possibilidade de revisão judicial do contrato são reconhecidas pela reiterada jurisprudência do STJ (Súmula 297). 3. A jurisprudência iterativa da Terceira e Quarta Turma orienta-se no "sentido de admitir, em tese, a repetição de indébito na forma simples, independentemente da prova do erro, ficando relegado às instâncias ordinárias o cálculo do montante, a ser apurado, se houver" (AgRg no REsp 749830/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJU de 05.09.2005) 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no Ag: 1404888 SC

³-Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.
Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável”



2011/0043690-3, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 04/11/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/11/2014)
(grifo nosso)



No julgamento do REsp: 57974 RS 1994/0038615-0, o ministro Ruy Rosado, afirmou no que tange aos bancos:

"está submetido às disposições do CDC, não por ser fornecedor de um produto, mas porque presta um serviço consumido pelo cliente, que é o consumidor final desses serviços. (...) nas relações bancárias há difusa utilização de contratos de massa e onde, com mais evidência, surge a desigualdade de forças e a vulnerabilidade do usuário".

Sendo assim, o Código de Defesa do Consumidor, artigo 6º, VII, impõe:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Diante do exposto, tem a parte autora o direito à inversão do ônus da prova, dada a sua hipossuficiência, considerando que a parte se encontra em situação de impotência/inferioridade na relação de consumo, ou seja, está em desvantagem em relação ao fornecedor.

III - DOS PEDIDOS

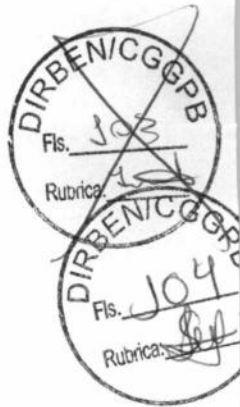
Diante do Exposto, requer:

Deferimento liminar da Tutela de Urgência para que:

- a)** a ré se abstenha de debitar no contracheque do (a) autor (a) valores referentes a Reserva de Margem de Crédito;
- b)** determinar que a ré exiba nos autos a cópia do contrato de empréstimo, objeto desta ação, nos termos do art. 524, do CPC;

- I- **Seja a pretensão julgada procedente, declarando a inexistência da contratação de EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DA RMC (cartão de crédito), igualmente a RESERVA DE MARGEM CONSIGNÁVEL (RMC);**
- II- **Suspender os descontos referentes a RMC diretamente no benefício da parte autora,** com a expedição de ofício ao INSS;
- III- **Condenar o (a) réu (ré) a restituição em dobro** a partir de 03/06/2008 à 22/07/2015 o valor de R\$ 41,50 mensal, quantia esta indevidamente cobrada da parte autora a título de RMC nos últimos 82 meses, (R\$ 3.403,00) e, a partir de 23/07/2015 até a preente data (32 meses) o valor mensal descontado é de R\$ 78,80, (R\$ 2.521,60), totalizando com a dobra, os descontos efetuados nos ultimos 118 meses o importe de **R\$ 11.849,20**, quantia esta indevidamente cobrada da parte autora a título de RMC e, ainda dentro do limite do





suposto contrato, cujo valor deverá ser apurado nos termos do §3º, 4º e 5º do art. 524 do CPC;

- IV- Na hipótese de comprovação de contratação do cartão de crédito consignado (RMC) via apresentação de contrato, **seja declarada sua NULIDADE caso formalizado em descompasso com a legislação específica ou que se enquadre nos casos estabelecidos no art. 51 e art. 39, ambos do CDC**; alternatively ao pedido acima, seja realizada a readequação/conversão do empréstimo de cartão de crédito consignado (RMC) para empréstimo consignado, sendo os valores já pagos a título de RMC utilizados para amortizar o saldo devedor, o qual deverá ser feito com base no valor liberado (negociado) a parte autora, desprezando-se o saldo devedor atual, ou seja, não deverá ser considerado para o cálculo o valor acrescido de juros e encargos;

- V- **Condenar o réu ao pagamento de danos morais no importe de R\$ 10.000,00**, ou outro valor que Vossa Excelência entender conveniente, dadas as condições ímpares do caso; atualizado desde a data do ilícito, *in casu*, início dos descontos indevidos;

Outrossim, requer ainda:

- VI- **A aplicação do CDC no caso em tela**, especialmente no concerne a inversão do ônus da prova, por ser o consumidor a parte hipossuficiente da relação, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC;
- VII- **Concessão das benesses da Justiça Gratuita**, nos termos da lei e declaração anexa, eis que a promovente declara para os devidos fins, e sob as penas da lei, que não possui condições de arcar com o pagamento de custas e demais despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.
- VIII- **A citação** da Demandada, por AR, na pessoa de seu representante legal, para comparecer à audiência designada e, para, querendo, oferecer resposta, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- IX- Informa a parte autora seu desinteresse na audiência conciliatória, requerendo a intimação da requerida, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC, para que informe se tem interesse na realização da audiência inaugural.
- X- Seja a requerida intimada para trazer aos autos cópia do contrato de empréstimo que comprove a contratação de empréstimo consignado na modalidade cartão de crédito (RMC), bem como eventuais faturas emitidas no período;
- XI- Condenar o réu aos pagamentos das custas processuais e honorários advocatícios fixados em percentual usual de 20%.

Por fim, protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidas, especialmente pela documentação que segue acostada, novas juntadas, depoimento pessoal se necessário, e outras que se fizerem necessárias no decorrer da lide.

Requer que todas as publicações e notificações referentes ao processo em



epígrafe sejam realizadas em nome da Dra. CIRENE ESTRELA OAB/DF 15.338 OAB/DF(procuração nos autos), email cireneestrela@gmail.com sob pena de nulidade.

Dá-se a causa o valor de R\$ 21.849,20 (vinte um mil, oitocentos quarenta nove reais e vinte centavos).

Nestes termos,
pede deferimento.
Brasília, 27 de fevereiro de 2018.

DEBORAH RODRIGUES AFFONSO
OAB/DF 15690

CIRENE ESTRELA
OAB/DF15.338

SEPN 509, Edifício Isis, Sala 413, Brasília – DF., CEP nº 70750-540
Telefones (061) 33304051, (061)4141826
deborah.affonso.rodrigues@hotmail.com
cireneestrela@gmail.com



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Ana Adorne Robelo
portador(a) da cédula de identidade nº. _____, inscrito(a) no
Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº.
084.489.731-00, residente e
domiciliado(a) ad. 111 - ca. 106 - bloco 21 -
Reserva das Emas.

OUTORGADOS:

CIRENE ESTRELA, brasileiro, casada, advogado, inscrito na OAB/DF 15.338 e
DÉBORAH RODRIGUES AFFONSO, brasileira, solteira, inscrita na OAB/DF
15.690; com escritório profissional localizado na SEP/DF, Quadra 509, Bloco "D",
edifício Isis, sala 413, Asa Norte, Brasília - DF.

PODERES GERAIS:

Amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, por prazo indeterminado, em qualquer
Juízo, Tribunal ou Instância, com a cláusula "ad judicia" nos termos do art. 38 do CPC, podendo
representá-lo judicial ou extrajudicialmente perante qualquer órgão, fundação ou autarquia Federal,
Estadual ou Municipal, em total defesa do interesse e direito do Outorgante e, ainda, os especiais para
transigir, confessar, desistir, firmar compromissos, receber e dar quitação, assinar termos, inclusive o de
substabelecer o presente mandato, com reserva de poderes ou sem ela, a quem convier aos Outorgados,
sendo que por tais atos o Outorgante, desde já, os tem como firmes e valiosos na forma da Lei.

Ass. af, aos 02 de fevereiro de 2018

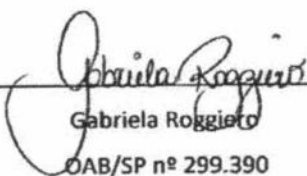
Ana Adorne Robelo
OUTORGANTE



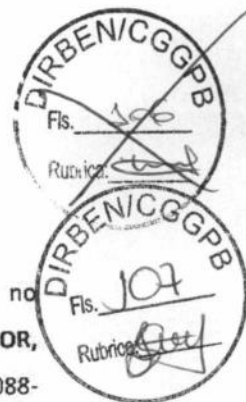
SUBSTABELECIMENTO COM RESERVAS

GABRIELA ROGGIERO, brasileira, casada, advogada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 353.177.308-99, e na OAB/SP sob o n.º 299.390, ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 273.769 e no CPF/MF sob o n.º 300.552.088-94, substabelecem, com reserva de iguais poderes, os poderes que lhes foram outorgados por BANCO BMG S/A, instituição financeira de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 61.186.680/0001-74, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04543-900, aos advogados RAFAEL DE SOUZA OLIVEIRA PENIDO (OAB/MG 99.080 - OAB/SP 368.445 - CPF 013.716.076-30); CARLOS ADOLFO JUNQUEIRA DE CASTRO (OAB/MG 57.893 - OAB/SP 368.434 - CPF 718.577.376-87); ALEXANDRE JUNQUEIRA DE CASTRO (OAB/MG 63.375 - OAB/SP 367.892 - CPF 835.584.206-59); ANA CRISTINA GOULART DE MENDONÇA SANTOS (OAB/MG 39.475 - OAB/SP 367.893 - CPF 555.976.456-68); JUSCELINO TEIXEIRA BARBOSA FILHO (OAB/MG 57.225 - OAB/SP 368.441 - CPF 621.628.106-20); TRISTÃO TAVARES SANTOS (OAB/MG 79.713 - OAB/SP 367.908 - CPF 002.881.096-19); LETÍCIA MADUREIRA HORTA CANABRAVA (OAB/MG 86.472 - OAB/SP 367.902 - CPF 040.391.166-40); IVAN ALMEIDA CARVALHO (OAB/MG 104.088 - CPF 062.681.906-70); VINÍCIUS TEIXEIRA PINHEIRO (OAB/MG 108.162 - CPF 044.878.416-58); MARCUS LAGE PINTO (OAB/MG 168.114 - CPF 060.478.396-57); ANA CAROLINA ARAÚJO BARBOSA DE ASSIS (OAB/SP 342.091 - CPF 072.622.286-09) e ANDRÉ BOTELHO DE ABREU SAMPAIO (OAB/SP 260.195 - CPF 304.569.008-45), integrantes da sociedade BARBOSA, CASTRO & MENDONÇA ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita na OAB/MG sob o n.º 380 e no CNPJ sob o n.º 01.313.883/0001-52, com endereço na Rua Sergipe, n.º 1293, Funcionários, em Belo Horizonte/MG e na Avenida Paulista nº326, conj. 28-29, Bela Vista, em São Paulo/SP, bcma@barbosacastro.com.br, para funcionar um na falta dos outros, independentemente da ordem que são nomeados, aos quais se confere poderes para representação no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como perante quaisquer autarquias e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, podendo requerer e assinar o que necessário for, usar todos os poderes permitidos em Direito, compreendidos na cláusula ad judicium e et extra e substabelecer, com o fim específico de defender os interesses do outorgante em resposta ao Ofício n.º 134, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social/INSS, CDDPB/DCONB, bem como requerer e assinar o que necessário for, praticando todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste..

São Paulo, 11 de abril de 2019.


Gabriela Roggiero
OAB/SP nº 299.390


André Corsino dos Santos Junior
OAB/SP nº 273.769





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



30/04/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 412.854/18-1, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.058; e (V) BCV – BANCO DE CRÉDITO E VAREJO S.A., com sede nesta Capital, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830, Sala 101, Parte, Bloco 01, 10º andar, Condomínio Edifício São Luiz - CEP: 04543-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 50.585.090/0001-06, com seu estatuto social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2015, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 506.588/15-4, a qual está arquivada nestas notas na pasta 327, sob nº 31.081, e a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de julho de 2018, onde consta a alteração de endereço da sede, registrada na JUCESP, sob nº 572.889/18-5, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.059, representado nos termos do artigo 12 e seu parágrafo único do seu estatuto social, por seus Diretores sem Designação Específica: Marco Antonio Antunes; e Eduardo Mazon, acima qualificados; eleitos nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/04/2018, cuja ata está registrada na JUCESP, sob nº 408.292/18-0, a qual fica arquivada nestas notas na pasta 337, sob nº 32.060. Os presentes ora identificados neste ato por mim escrevente, através dos documentos supramencionados e apresentados no original, do que dou fé. Pelos outorgantes, na forma representada, me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeiam e constituem seus procuradores: 1) LUCIANA BUCHMANN FREIRE, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343 e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04; 2) RICARDO ANDREASSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 195.865 e no CPF/MF sob nº 280.046.328-74; 3) EVELYN DE SOUZA LIMA, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 226.823 e no CPF/MF sob nº 276.340.778-10; 4) ANDRÉ CORSINO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 273.769 e no CPF/MF sob nº 300.552.088-94; 5) GABRIELA ROGGIERO, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 299.390 e no CPF/MF sob nº 353.177.308-99; 6) EDUARDO FIORUCCI VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 293.725 e no CPF/MF sob nº 340.942.078-99; 7) ROGÉRIO MARGONARI DE SOUZA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MG sob nº 72.773 e no CPF/MF sob nº 941.125.766-68; 8) MARCOS IGNACIO GOUVEA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 199.216 e no CPF/MF sob nº 089.157.328-39; 9) HAIME FARIAS HEREDIA, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrita na OAB/SP sob nº 337.270 e no CPF/MF sob nº 362.335.458-97; e 10) MARINA CORRÊA DRUMOND, brasileira, solteira, maior, portadora da cédula de identidade RG MG 7.612.511-SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob nº 054.749.516-12; todos com endereço eletrônico: contencioso.bmg@bancobmg.com.br; ricardo.andreassa@bancobmg.com.br; luciana.freire@bancobmg.com.br; evelyn.lima@bancobmg.com.br; aos quais conferem poderes especiais, independentemente da ordem de nomeação, promover e praticar os seguintes atos: 1) perante o foro em geral, com a cláusula "ad judicium et extra" para propor ação, reclamação ou outra medida judicial ou extrajudicial competente em que os OUTORGANTES figurem como autores, reclamantes ou requerentes da demanda e também para defendê-los na condição de réu, reclamado ou requerido em demandas administrativas ou judiciais, realizando todos os atos posteriores necessários para o prosseguimento do feito, até sua extinção, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartições públicas e órgãos da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual e municipal, autarquias ou entidade paraestatal e em todos os respectivos departamentos e secretarias, inclusive mas não se limitando a Receita Federal do Brasil e Prefeituras, com poderes especiais para transigir, acordar, confessar, renunciar, desistir, impugnar, receber e dar quitação e firmar compromissos; 2) receber citações, intimações, notificações ou requerimentos judiciais e/ou extrajudiciais emitidos pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários, BM&F Bovespa, Receita Federal do Brasil, dentre outros documentos emitidos por autarquias ou associações de Classes, Órgãos Públicos ou privados; emitir notificações Judiciais ou Extrajudiciais de vencimento antecipado de dívida contratual, bem como para constituição em mora de devedores ou, ainda, para quaisquer outras finalidades e efeito legais; 3) promover a cobrança, amigável ou judicial, de todo e qualquer crédito do outorgante, assinar e emitir notificações e contra-notificações Judiciais ou Extrajudiciais, além de respostas de ofícios judiciais e expedientes oficiais; 4) representar os outorgantes perante Delegacias de Polícia, Inspetorias, Procuradoria da Fazenda Nacional, Delegacias Regionais do Trabalho, Secretarias e Delegacias da Receita Federal, Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Caixa Econômica Federal – CEF-FGTS, Banco Central do Brasil, CADIN, Prefeituras e demais repartições Municipais, Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania – PROCON, SIAFÍSICO, SICAF, Juntas Comerciais, acompanhando quaisquer processos ou negociações, interpondo recursos, assinando formulário e requerimentos

15º
08 JAN. 2019
Valer...
Colégio Not...
do Brasil...
111237
AUTENTICADO
15º
08 JAN. 2019
Valer...
Colégio Not...
do Brasil...
111237
AUTENTICADO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 CARTÓRIO DO VIGÉSIMO SÉTIMO
 TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP

Bel. Valquíria Helena Ferrolra
 TABELIÃO DESIGNADO

27



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER AUTENTICAÇÃO, RASURA OU ALTERAÇÃO, ANULA ESTE DOCUMENTO

respondendo Ofícios, concordando, impugnando, requerendo, arquivando e alegando tudo quanto for a bem de interesses e direitos dos Outorgantes; 5) apresentar títulos para protesto em cartório, emitir e assinar cartas de anuências, para os respectivos cancelamentos; emitir e assinar cartas de preposição, nomear prepostos em audiência; receber valores e bens, levantar depósitos, levantar depósitos extrajudiciais do artigo 890, parágrafo 2º do CPC, efetuar a recusa de depósitos extrajudiciais do artigo 890, parágrafo 1º do CPC; 6) comparecer e votar nas assembleias de recuperação judicial em que os outorgantes forem credores, nos termos do parágrafo 4º do artigo 37 da Lei 11.101/2005; 7) os procuradores 1, 2 e 6 poderão, em conjunto de dois, assinar contratos/propostas de prestação de serviços advocatícios; 8) os poderes da presente procuração, com exceção dos poderes do item 7 acima, poderão ser substabelecidos, sempre com reserva, às pessoas legalmente habilitadas, mediante assinatura conjunta de dois dos entre os seis primeiros outorgados. Praticar enfim todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento do presente mandato. Este mandato tem validade para o ingresso dos outorgados em todos os processos/procedimentos já iniciados ou que venham a iniciar-se até o dia 31 de dezembro de 2019, permanecendo plenamente válido até o final dos referidos processos/procedimentos, mesmo na hipótese de que seus trâmites se prolonguem além do dia 31 de dezembro de 2019. Observe-se que todas as operações bancárias, comerciais e todos os atos de direito praticados pelos ora outorgados, com base neste instrumento, deverão reverter-se em proveito e no cumprimento dos interesses de cada outorgante, devendo sempre ser respeitado os limites dos poderes e dos valores expressamente constantes dos termos do estatuto social de cada outorgante, sendo vedado o uso do nome empresarial em atos estranhos ao objeto social. Ficando ratificados por este instrumento todos os atos porventura já praticados pelos procuradores acima, no limite de suas atribuições. O presente mandato terá validade até 31 de dezembro de 2019. - De como assim disseram, do que dou fé, me pediram e lhes lavrei este instrumento, que depois de lido em voz alta e clara, foi achado em tudo conforme, aceitam, outorgam e assinam, dou fé. - Emolumentos: R\$326,84; Estado: R\$92,88; IPESP: R\$63,54; Registro Civil: R\$17,20; Tribunal de Justiça: R\$22,42; Santa Casa: R\$3,28; Imposto ao Município: R\$6,26; Ministério Público: R\$15,68; Total: R\$548,80. Guia nº 51/2018. Eu, LUIS CARLOS FERREIRA, escrevente a lavrei. - Eu, LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT, Substituto, a subscrevi. (a.a.) // MARCO ANTONIO ANTUNES // EDUARDO MAZON // (SELADA). Nada Mais. Traslada em seguida. O presente traslado é cópia fiel do ato notarial lavrado no livro 2453, páginas 301/303, dou fé. Eu, LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT, Substituto, a conferi, subscrevo e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE

Luciano de Maria Schmidt
 LUCIANO DE MARIA SCHIMIDT
 SUBSTITUTO



LIVRO: 2453
 FOLHA: 301
 DATA: 20/12/2018
 ID: 154323
 tjsp.jus.br



1123591PR1040024530301188



10402602392068.000291058-3

P.09781 R.009558

Avenida São Luis, 59 - Fone: (11) 3124-5000
 Fax: (11) 3124-5029 - São Paulo - Capital - Cep 01046-001

CARTÓRIO DO 27º TABELIÃO DE NOTAS
 Av. Dr. Carlos de Melo, 1855
 (Eto. nº 3 - Funchal) - Tel: 3045-2515/3055-4100
 AUTENTICAÇÃO - Autenticado a Preços
 originais e depósitos extrajudiciais, conforme
 Lei nº 11.101/2005.

08 JAN. 2019





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



27ª PÁGINA EM BRANCO



JUCESP PROTOCOLO
2.165.660/18-0



BANCO BMG S.A.
CNPJ/MF nº 61.186.680/0001-74
NIRE 3530046248-3

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2018**

1. **Data, Hora e Local da Assembleia:** Aos 18 dias do mês de outubro de 2018, às 10h00, na sede social do **BANCO BMG S.A.**, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01; Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia").
2. **Convocação:** Tendo sido os editais de convocação publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOESP, nas edições dos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2018 e no jornal "Empresas e Negócios" de São Paulo, nas edições dos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2018, conforme o disposto no artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Assembleia Geral Extraordinária foi instalada, em 1ª convocação, com a presença de acionistas titulares de 99,69% (noventa e nove inteiros e sessenta e nove centésimos por cento) das ações com direito a voto, representativas do capital social da Companhia.
3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Ângela Annes Guimarães e secretariados pelo Sr. Marcus Vinicius Fernandes Vieira.
4. **Ata em forma sumária:** Os acionistas autorizaram a lavratura da ata em forma sumária e sua publicação sem assinaturas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").
5. **Ordem do dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias:

(A) a abertura do capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissão de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480");

31366108v1 - 1231002.429689





(B) o pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adesão ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Nível 1 de Governança Corporativa (“Nível 1”);

(C) a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia (“Ações” e “Oferta”, respectivamente);

(D) a alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir, *inter alia*:

(1) o desdobramento da totalidade das ações ordinárias da Companhia, na proporção de 19.866 (dezenove mil, oitocentas e sessenta e seis) novas ações para cada 1 (uma) ação ordinária atualmente existente;

(2) a conversão voluntária de parte das ações ordinárias de emissão da Companhia em ações preferenciais de emissão da Companhia;

(3) a possibilidade de conversibilidade das ações ordinárias;

(4) a aprovação do capital autorizado;

(5) alterações na estrutura organizacional do Conselho de Administração;


(6) a alteração do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia em decorrência de exigência regulamentar constante do Regulamento de Listagem do Nível 1 (“Regulamento do Nível 1”);

(7) a alteração na composição e revisão dos cargos da Diretoria; e

(8) todas as demais alterações necessárias tendo em vista o registro de companhia aberta e a listagem da Companhia no Nível 1;

(E) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e

(F) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

6. **Deliberações:** Após discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou reservas, deliberam o quanto segue: 

31366108v1 - 1231002.429589





(A) A abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(B) A submissão do pedido de adesão da Companhia ao Nível 1 da B3 e a celebração, com a B3, do Contrato de Participação no Nível 1 de Governança Corporativa.

(C) A realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de outubro de 2018, e em conformidade com a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e as demais disposições legais aplicáveis, sob a coordenação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e com a participação de determinadas instituições consorciadas também autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo (a) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado, e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários, e (b) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S*, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, não será reservado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

31366108v1 - 1231002.429689





(D) A alteração do Estatuto Social da Companhia, para refletir, *inter alia*:

(1) o desdobramento da totalidade das ações ordinárias, nominativas sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei das Sociedades por Ações, de modo que cada ação ordinária existente passe a representar 19.866 (dezenove mil, oitocentas e sessenta e seis) novas ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social da Companhia, de forma que o capital social passe a ser dividido em 500.007.354 (quinhentas milhões, sete mil, trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

(2) a conversão voluntária de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente detidas pelo acionista Sr. Flávio Pentagna Guimarães em ações preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial. Desta forma, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias e 100.000.000 (cem milhões) de ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais criadas em decorrência da conversão terão as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle estabelecida nos moldes do Estatuto Social da Companhia.

Em vista da aprovação da deliberação a respeito da conversão facultativa de determinadas ações ordinárias em ações preferenciais de emissão da Companhia, bem como da alteração dos direitos das ações preferenciais, será facultado aos acionistas dissidentes exercer o direito de retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações objeto do exercício desse direito, nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada poderá ser exercido apenas pelos acionistas da Companhia que, comprovadamente, eram titulares de ações ordinárias em 10 de outubro de 2018, inclusive, e somente com relação ao número de ações ordinárias por eles detidas em tal data. O preço do reembolso por ação ordinária detida pelos acionistas porventura dissidentes será de R\$ 103.680,59 (cento e três mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), calculado nos termos do artigo 137 da Lei das Sociedades por Ações.

31366108v1 - 1231002.429689





45 da Lei das Sociedades por Ações, com base no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Os acionistas dissidentes que assim o desejarem poderão exercer o direito de retirada por meio de comunicação por escrito para a Companhia, endereçada ao Sr. Danilo Herculano Andrade Silva, no endereço localizado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Bloco 01, 10º andar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da ata da presente Assembleia Geral Extraordinária, acompanhada de (i) comprovante de titularidade de suas ações ordinárias em 10 de outubro de 2018; e (ii) cópia de documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso. O pagamento do valor do reembolso das ações ordinárias será feito pela Companhia no prazo de 10 (dez) dias após o término do prazo para o exercício do direito de retirada.

Nos termos do § 2º do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, é facultado aos acionistas dissidentes solicitar, juntamente com o pedido de reembolso mencionado nos parágrafos anteriores, levantamento de balanço especial com base em data até 60 (sessenta) dias anterior à data da presente Assembleia Geral Extraordinária. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% do valor de reembolso acima indicado e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da presente Assembleia Geral Extraordinária.

(3) A inserção, no Estatuto Social, da possibilidade de os acionistas poderem, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limite legal, contanto que tal conversão seja aprovada previamente pela Diretoria da Companhia e homologada pelo Conselho de Administração na primeira reunião que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

(4) A aprovação do capital autorizado da Companhia, de forma a permitir o aumento de seu capital social sem reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, mediante emissão de novas ações sem valor nominal.

(5) A alteração na estrutura organizacional do Conselho de Administração, de modo a (i) aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração para até 9 (nove) membros; (ii) aumentar o número máximo de membros independentes do Conselho de Administração, para até 4 (quatro) Conselheiros Independentes.

31366108v1 - 1231002.429689





conforme critério de independência constante do Estatuto Social da Companhia; e (iii) aumentar o quórum de instalação das reuniões do Conselho de Administração, de modo que estas somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

(6) A alteração do prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração da Companhia eleitos em sede da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018 ("AGOE"), quais sejam: (i) Sr. Bernard Camille Paul Mencier; (ii) Sra. Ângela Annes Guimarães; (iii) Sr. João Annes Guimarães; (iv) Sra. Regina Annes Guimarães; (v) Sr. Roberto Faldini; (vi) Sr. Flávio Pentagna Guimarães Neto; (vii) Sra. Olga Stankevicius Colpo; e (viii) Sr. José Eduardo Gouveia Dominicale, que passarão a ter mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020, em decorrência de exigência regulamentar constante do Regulamento do Nível 1.

(7) A alteração na composição da Diretoria e revisão dos cargos, com (i) o aumento do número mínimo de membros para 6 (seis) membros; e a (ii) a criação dos cargos de (a) Diretor de Relações com Investidores e (b) Diretores Executivos Vice-Presidentes, sendo mantidos os cargos de Diretor Executivo Geral, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

(8) A inclusão de previsão estatutária a respeito da regra de indenidade aplicável aos Conselheiros de Administração, Diretores, membros de Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia.

(9) A alteração do Estatuto Social da Companhia para refletir as demais modificações necessárias em preparação ao registro de companhia aberta e à listagem da Companhia no Nível 1.

Nos termos do artigo 46 do Estatuto Social alterado, as disposições dos Capítulos VIII e IX do referido Estatuto Social, bem como as demais regras relacionadas ao Regulamento do Nível 1, conforme estabelecidas no Estatuto Social alterado, somente se tornarão eficazes a partir da data em que for publicado o anúncio de início da oferta pública inicial de ações emitidas pela Companhia.

(E) A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação

31366100v1 - 1231002.429689



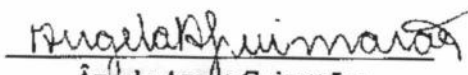


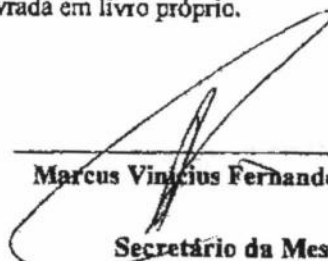
constante do Anexo 1 a esta ata.

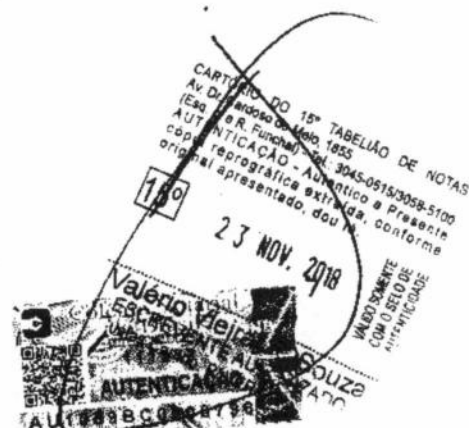
- (F) A autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.
- (G) A eficácia das deliberações acima está condicionada a homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil

7. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente Ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, Parágrafo 1º da Lei 6.404/76, cuja original foi lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade, lida e assinada por todos os acionistas presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 18 de outubro de 2018 (a.a.) Flávio Pentagna Guimarães. Ricardo Annes Guimarães. Ângela Annes Guimarães. Regina Annes Guimarães. João Annes Guimarães. Márcio Alaor de Araújo. Antonio Mourão Guimarães Neto. BMG PARTICIPAÇÕES S/A, representada por seus Diretores Ricardo Annes Guimarães e Ângela Annes Guimarães. COEMP – COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS S/A, representada por seus Diretores Regina Annes Guimarães e Ricardo Annes Guimarães. COMERCIAL MINEIRA S/A, neste ato representada por seus Diretores Ricardo Annes Guimarães e Ângela Annes Guimarães. CSMG – CORRETORA DE SEGUROS LTDA, neste ato representada por seu Diretor, José Eduardo Gouveia Dominicale. ALGODÕES EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA, neste ato representada por seu administrador, sr. Antonio Mourão Guimarães Neto.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.


Ângela Annes Guimarães
Presidente da Mesa


Marcus Vinicius Fernandes Vieira
Secretário da Mesa





ANEXO 1

ESTATUTO SOCIAL

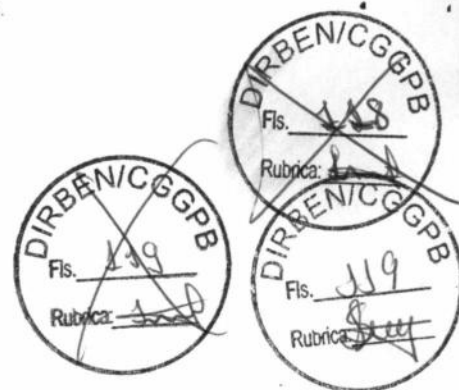
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

31366108v1 - 1231002.429689





ESTATUTO SOCIAL DO
BANCO BMG S.A.
CNPJ/MF nº 61.186.680/0001-74
NIRE 3530046248-3



Alterado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2018.

CAPÍTULO I

NOME - SEDE - OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO 1º

O **BANCO BMG S.A.** ("Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, que se rege por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

PARÁGRAFO ÚNICO – Com a listagem da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do regulamento de listagem do Nível 1 ("Regulamento do Nível 1").

ARTIGO 2º

A Companhia tem sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, a critério e por deliberação do Conselho de Administração, e mediante a autorização das autoridades competentes, instalar ou suprimir, em qualquer parte do território nacional e no exterior, dependências, agências, filiais, sucursais ou correspondentes.

ARTIGO 3º

A Companhia tem como objeto social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas nas normas legais e regulamentares para o funcionamento dos bancos com carteira comercial, de investimento, inclusive câmbio, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário.

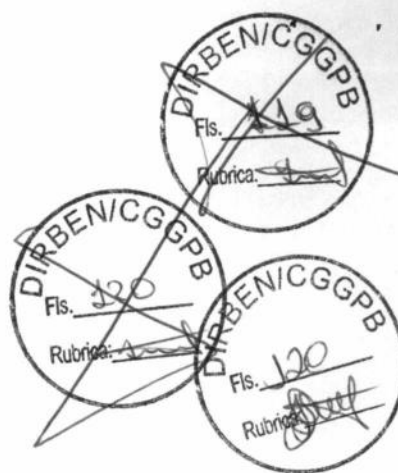
ARTIGO 4º

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

any

27





CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.542.570.607,69 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e sete reais e sessenta e nove centavos), dividido em (i) 400.007.354 (quatrocentos milhões, sete mil e trezentas e cinquenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; e (ii) 100.000.000 (cem milhões) de ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle estabelecida no Artigo 42 deste Estatuto Social, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.

ARTIGO 6º

A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, até que este atinja o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações. Caberá ao Conselho de Administração fixar, em cada caso e dentro do limite autorizado neste artigo, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.





PARÁGRAFO PRIMEIRO – Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A emissão de novas ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

ARTIGO 7º

Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares.

PARÁGRAFO ÚNICO – O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

CAPÍTULO III

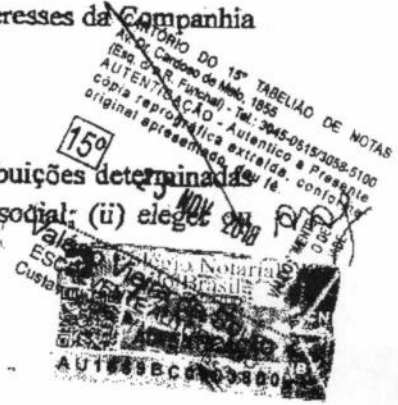
ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 8º

A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme prevista na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

ARTIGO 9º

Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social: (i) alterar o estatuto social; (ii) eleger





destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A.; (vi) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; (viii) deliberar sobre desdobramentos ou grupamentos de ações; (ix) deliberar sobre resgate, amortização e reembolso; (x) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia; (xii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; e (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 10

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

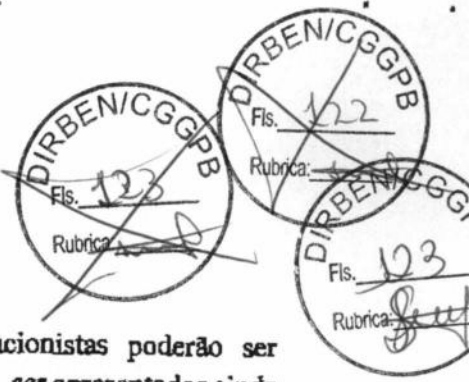
ARTIGO 11

As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão apresentar documentos que comprovem a sua identidade, sua qualidade de acionista e, no caso de acionista pessoa jurídica, a sua representação legal.

Handwritten signature

Handwritten mark





PARÁGRAFO ÚNICO – Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e comprovante de identidade do mandatário.

ARTIGO 12

Ressalvas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

ARTIGO 13

Antes de abrir-se a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

ARTIGO 14

As atas de Assembleias deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

ARTIGO 15

A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro conselheiro, diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) secretários.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 16

A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do termo de anuência dos administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis (incluindo a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”)).





ARTIGO 17

O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, *que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los.* Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

ARTIGO 18

Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos *órgãos de administração* se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

ARTIGO 19

Dentro dos limites estabelecidos neste artigo, a Companhia indenizará e manterá indenizados seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado, por agir (i) dentro de seus deveres e poderes, com má-fé, culpa, dolo ou mediante fraude; (ii) em violação à lei ou a este Estatuto Social; (iii) fora do exercício de suas atribuições ou (iv) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

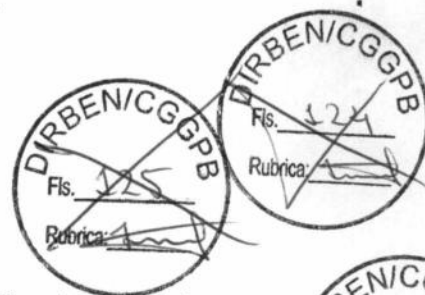
PARÁGRAFO SEGUNDO - As condições e as limitações da indenização objeto do presente artigo serão determinadas em instrumento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 20

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, ~~deze~~ (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e poderemos ter até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre seus pares.





PARÁGRAFO PRIMEIRO – Até 4 (quatro) membros do Conselho de Administração poderão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para fins deste Estatuto Social, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia; (ii) não ser acionista da Companhia; não ser cônjuge ou parente até segundo grau de acionistas da Companhia, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à Companhia ou entidade relacionada à acionista; (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou membro da administração da Companhia, de acionistas ou de sociedade controlada, controladora ou sob controle comum da Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços ou produtos da Companhia; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

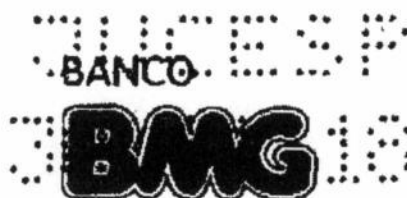
PARÁGRAFO QUARTO – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Executivo Geral não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. Esta regra não se aplicará na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

ARTIGO 21

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário fixado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de metade de seus membros, por meio de carta registrada, fax ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo informação detalhada





sobre a ordem do dia, a data, hora e local da reunião, bem como todos os documentos necessários à tomada de decisões na respectiva reunião.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será admitida a realização de reunião do Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videoconferência, sendo certo que a participação remota de qualquer Conselheiro em tais reuniões, incluindo a do Presidente, será considerada presença pessoal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas (i) por unanimidade dos membros presentes, quando instaladas com a presença de apenas 4 (quatro) membros, nos termos do Parágrafo Primeiro acima ou (ii) por maioria simples dos presentes, quando instalada com a presença de todos os membros do Conselho de Administração, salvo quando a lei exigir quórum especial e nas hipóteses especiais previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, tendo o Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate na votação.

PARÁGRAFO QUARTO – O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no Artigo 22 abaixo.

PARÁGRAFO QUINTO – O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá computar o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que possa estar devidamente arquivado na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

PARÁGRAFO SEXTO – Independentemente das formalidades de convocação previstas neste artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

ARTIGO 22

Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o mesmo será substituído por um dos Conselheiros Vice-presidentes ou, nesta impossibilidade, o Conselho de Administração indicará o substituto interino, dentre seus membros, desde que não seja Conselheiro Independente. Neste caso, o substituto exercerá a competência plena designada ao Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, inclusive o voto de qualidade mencionado no Parágrafo Terceiro do Artigo 21 acima. Em não havendo referida designação, o substituto





Conselheiros nomearão entre si o substituto do Presidente para atuação em reunião específica na abertura da respectiva reunião, com estrita observância às disposições deste artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de vacância de cargo de membro de Conselho de Administração por morte, renúncia, ou qualquer forma de impedimento permanente, o substituto será eleito pela Assembleia Geral para atuar pelo tempo de mandato restante do substituído, que deverá ser convocada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo do Presidente, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

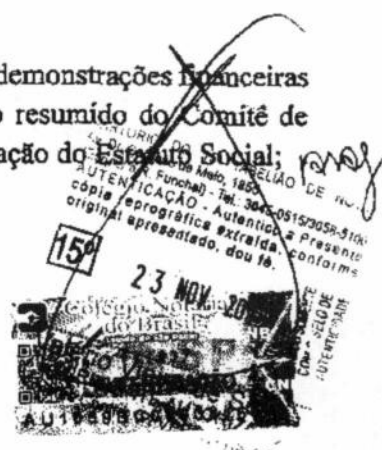
ARTIGO 23

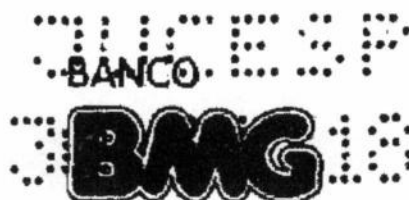
Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

ARTIGO 24

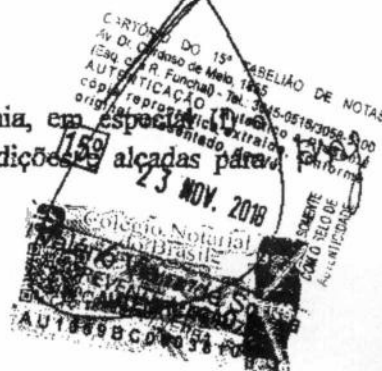
Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social:

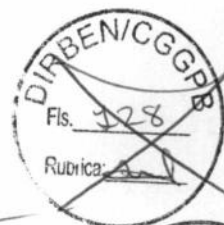
- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar o respectivo orçamento geral;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria, do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança da Sociedade e do Comitê de Auditoria, subordinados ao Conselho de Administração, bem como fixar-lhes as atribuições e respectivas áreas de atuação, podendo, ainda, atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer membro da Diretoria, com a intitulação que entender conveniente, respeitadas as conferidas por este Estatuto Social;
- c) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos que julgar necessário;
- d) convocar a Assembleia Geral;
- e) submeter à Assembleia Geral o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores independentes, relatório resumido do Comitê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos lucros e de alteração do Estatuto Social;





- f) autorizar a participação da Companhia e a alienação da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglomerado BMG, em valores superiores a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- g) autorizar a alienação de bens do ativo permanente e constituir ônus reais sobre ativos imobilizados em valores superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- h) autorizar a contratação de operações da Companhia que envolvam alienação de bens móveis de sua titularidade, cujos valores envolvidos sejam superiores a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), exceção feita às operações de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem coobrigação, realizadas no curso normal de seus negócios;
- i) autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais serão avaliadas e aprovadas pelo Comitê de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprovado em conformidade com o item (p) abaixo;
- j) autorizar previamente a contratação de operações de captação de recursos pela Companhia, no mercado local ou internacional, em valores superiores a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);
- k) autorizar a formalização de contratos com terceiros, não relacionados ao curso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como contratos de prestação de serviços e afins, em valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- l) fixar a linha de ação a ser adotada pela Companhia nas assembleias gerais das sociedades das quais seja acionista ou sócia e indicar o representante legal da Companhia que comparecerá às mencionadas assembleias ou representará a Companhia em alterações contratuais;
- m) distribuir, nos limites fixados pela Assembleia Geral, a remuneração e eventuais gratificações dos administradores;
- n) aprovar a indicação, se for o caso, dos nomes dos representantes da Companhia a serem submetidos às assembleias gerais das sociedades das quais ela seja acionista ou sócia, para exercer cargos na administração ou na fiscalização;
- o) aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia;
- p) aprovar todos os regimentos internos e políticas da Companhia, em especial o Regimento Interno do Comitê de Crédito que definirá todas as condições alçadas para

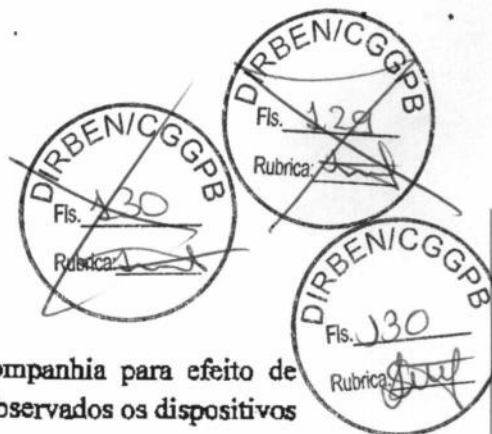




aprovação de operações de crédito em geral nas quais a Companhia seja credora; e (ii) o Regimento Interno do Comitê de Ativos e Passivos da Companhia (ALCO), que conterá as condições operacionais, alçadas de decisão, diretrizes e políticas a serem adotadas pela Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, previsto no Artigo 33 abaixo, e (iv) o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança, previsto no Artigo 34 abaixo;

- q) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre quaisquer matérias;
- r) deliberar sobre a abertura de filiais, sucursais, agências ou dependências em qualquer parte do país ou no exterior;
- s) definir as normas gerais relativas à participação dos membros da Diretoria e empregados nos lucros da Companhia;
- t) deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto Social, resolvendo os casos omissos;
- u) designar e destituir o Ouvidor da Companhia;
- v) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho dos comitês constituídos;
- w) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;
- x) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 7º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- y) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 7º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;





z) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;

aa) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações; e

bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

DA DIRETORIA

Seção I – Composição

ARTIGO 25

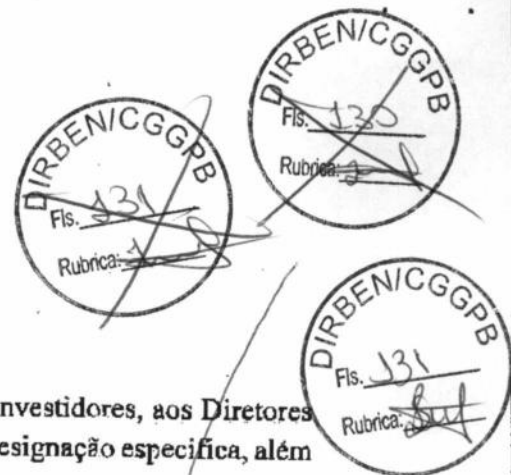
A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de, no mínimo 6 (seis) e, no máximo, 16 (dezesseis) membros, dentre os quais serão designados os cargos de Diretor Executivo Geral, Diretor de Relações com Investidores, Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos, sendo os cargos de Diretor Executivo Geral e Diretor de Relações com Investidores de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Ainda, os Diretores poderão acumular cargos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Conselho de Administração fixará as quantidades de cargos a serem preenchidos e designará, nomeadamente entre os eleitos, o que ocupará a função de Diretor Executivo Geral, Diretor de Relações com Investidores, bem como os que ocuparão os cargos de Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Diretor Executivo Geral deterá o voto de qualidade, no caso de empate nas votações do colegiado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Sempre que necessário, os Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica serão substituídos por designação do Conselho de Administração, devendo o substituto atuar pelo tempo de mandato restante do substituído.





Seção II – Competência

ARTIGO 26

Compete ao Diretor Executivo Geral, ao Diretor de Relações com Investidores, aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, além das atribuições legais:

- a) Participar das reuniões da Diretoria; e
- b) Fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas pelo Conselho de Administração, dispondo em colegiado, sobre atribuições particularizadas de cada membro da Diretoria.

ARTIGO 27

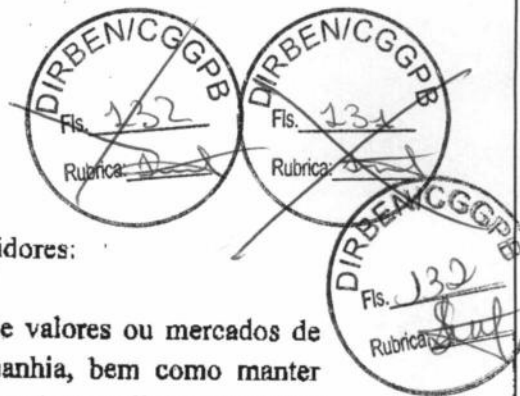
Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) Compete privativamente ao Diretor Executivo Geral:
 - (i) Convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las;
 - (ii) Orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
 - (iii) Elaborar o Plano Operacional Anual a ser submetido ao Conselho de Administração, estabelecendo metas;
 - (iv) Acompanhar o cumprimento do Plano Operacional;
 - (v) Coordenar a atuação dos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e dos Diretores sem designação específica, bem como o acompanhamento dos respectivos desempenhos;
 - (vi) Tomar as decisões de sua alçada; e
 - (vii) Tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria "au referendum" desta.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





b) Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores:

(i) Prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;

(ii) Representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e

(iii) Desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Executivo Geral.

c) Compete aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica:

(i) Colaborar com o Diretor Executivo Geral no desempenho de suas funções;

(ii) Administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas na forma da alínea (b) do Artigo 24;

(iii) Supervisionar e coordenar a atuação dos colaboradores que estiverem sob sua supervisão direta e indireta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; e

(iv) Tomar as decisões de sua alçada.

Seção III – Eleição e Destituição

ARTIGO 28

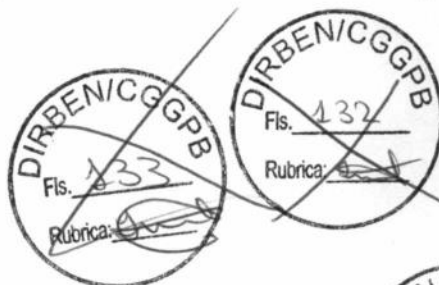
Os Diretores serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração por um prazo unificado de gestão de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

PARÁGRAFO ÚNICO – Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos seus substitutos, nos termos da regulamentação em vigor.

Seção IV – Representação

Handwritten signature





ARTIGO 29

Os membros da Diretoria ficam investidos dos mais amplos poderes de administração da Companhia, inclusive para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, observado sempre o disposto no Artigo 24 deste Estatuto Social, devendo, todos os atos, contratos ou documentos que criem ou exonem de responsabilidade a Companhia, serem assinados por 2 (dois) diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Executivo Geral, o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Executivo Vice-Presidente ou Diretor Executivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese de ausência temporária do Diretor Executivo Geral, este deverá nomear, entre os Diretores Executivos Vice-Presidentes, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretores Executivos, um substituto, para assinar em conjunto com outro diretor, ambos com poderes específicos e prazo determinado.

ARTIGO 30

A Companhia também poderá ser representada por (i) qualquer um dos Diretores em conjunto com um procurador ou (ii) por 2 (dois) procuradores, respeitados os termos deste Estatuto Social e dos instrumentos de mandato outorgados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na constituição de procuradores, a Companhia será representada por 2 (dois) Diretores, da seguinte forma: (i) Diretor Executivo Geral em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo, ou (iii) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas constituições de procurações outorgando poderes da cláusula “*ad judicium*”, a advogados, para o foro em geral, visando a postulação de medidas ou defesa da Companhia, esta poderá ser representada por: (i) Diretor Executivo Geral em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo ou Diretor sem designação específica; (iii) 02 (dois) Diretores Executivos, ou (iv) um Diretor Executivo em conjunto com um Diretor sem designação específica.

ARTIGO 31

As procurações outorgadas pela Companhia especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, exceto nas procurações “*ad judicium*”, que poderão ser por prazo indeterminado. *[assinatura]*





ARTIGO 32

É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

CAPÍTULO V

DO COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 33

A avaliação sobre a eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos da Companhia, a apreciação da conformidade das operações e negócios da Companhia com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da Companhia, a supervisão das atividades da auditoria interna e o monitoramento da auditoria independente serão exercidas pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Comitê de Auditoria será constituído por, no mínimo, 3 (três) membros, com mandato fixo de 3 (três) anos, eleitos pelo Conselho de Administração, na forma disposta no artigo 13, inciso I, da Resolução nº 3.198/2004, alterada pela Resolução 4.329/2014. O Conselho de Administração nomeará, também, o Presidente do Comitê e o membro Especialista. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

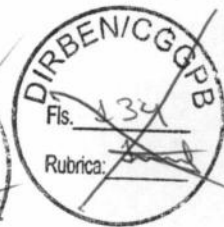
PARÁGRAFO SEGUNDO – Dentre os membros do Comitê, pelo menos um deles deverá ser o membro Especialista, o qual deverá possuir comprovadamente conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar a composição do Comitê de Auditoria, substituindo ou destituindo os seus membros.

PARÁGRAFO QUARTO – Constitui também atribuição do Comitê de Auditoria estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição da Companhia.

PARÁGRAFO QUINTO – O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente, com a Diretoria da instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para





verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. Reunir-se-á, ainda, por convocação do seu Presidente, e deverá zelar:

- a) pela qualidade e integridade dos processos de fechamento contábil, demonstrações financeiras e informações adicionais;
- b) pela conformidade com os requisitos legais e regulamentares vigentes; e
- c) pela independência e qualidade dos trabalhos efetuados pelas Auditorias Independente e Interna.

PARÁGRAFO SEXTO – O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de suas atribuições.

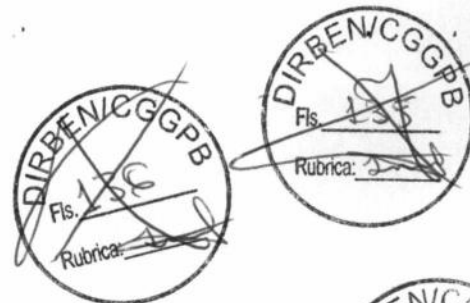
PARÁGRAFO SÉTIMO – Os membros do Comitê de Auditoria não receberão nenhum outro tipo de remuneração da Companhia ou de suas empresas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

PARÁGRAFO OITAVO – Sendo o membro do Comitê de Auditoria também integrante do Conselho de Administração da instituição ou de qualquer das empresas integrantes do conglomerado BMG ou de suas coligadas, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos dois cargos.

PARÁGRAFO NONO – O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as Auditorias Independente e Interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Bacen pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.





DO COMITÊ DE REMUNERAÇÃO, PESSOAS E GOVERNANÇA

ARTIGO 34

O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança com as atribuições e encargos previstos na legislação, será formado por até 6 (seis) membros efetivos, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um deles eleito o Presidente do Comitê, o qual necessariamente será membro do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deverá ser membro Independente, caracterizando-se tal independência pelo mesmo conceito trazido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores da Companhia.

PARÁGRAFO QUARTO – São atribuições do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança:

- a) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; supervisionando a sua implementação e operacionalização, bem como efetuando a revisão anual, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- b) exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único;
- c) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma prevista em lei;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a remuneração de administradores;

may





e) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e

f) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Companhia e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

PARÁGRAFO QUINTO – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança reunir-se-á:

a) no mínimo trimestralmente, para avaliar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único;

b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança único.

PARÁGRAFO SEXTO - A remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança será definida pelo Conselho de Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança deve elaborar, com a periodicidade e nos termos exigidos pela regulamentação vigente, documento denominado “Relatório do Comitê de Remuneração, Pessoas e Governança”.

DA OUVIDORIA

ARTIGO 35

A Companhia terá uma Ouvidoria, composta de 1 (um) Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, cujo prazo de mandato será de 3 (três) anos, que atuará em nome das Instituições integrantes do Conglomerado Financeiro BMG, assim entendidas como todas as entidades, sociedades e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen cujo controle, na forma definida pelo Artigo 116 da Lei das S.A., seja da Companhia ou de seus controladores. *may*



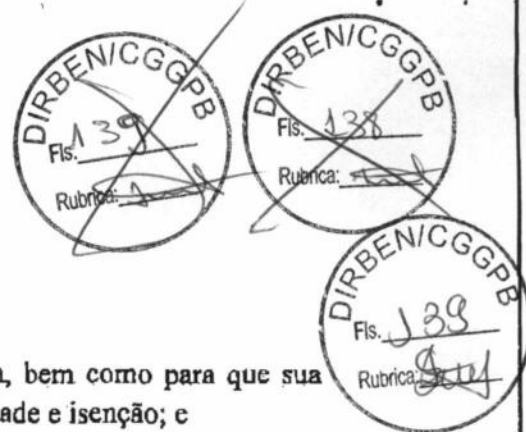


PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caberá ao Conselho de Administração a destituição do Ouvidor nos termos da alínea "u" do Artigo 24 acima, que poderá destitui-lo na hipótese de descumprimento das atribuições previstas no presente artigo ou a qualquer tempo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Ouvidoria terá como atribuições:

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições previstas no "caput" deste artigo;
- b) atuar como canal de comunicação entre as instituições previstas no "caput" deste artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- c) informar o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste artigo a respeito das atividades da Ouvidoria;
- d) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor;
- e) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- f) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- g) encaminhar resposta conclusiva para demanda no prazo previsto;
- h) manter o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste artigo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores das Instituições previstas no "caput" deste artigo para solucioná-los; e
- i) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.





PARÁGRAFO TERCEIRO – A Companhia compromete-se a:

- a) criar condições adequadas ao funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de respostas adequadas às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

PARÁGRAFO QUARTO – A função de Ouvidor será desempenhada por pessoa do quadro administrativo da Companhia, com formação compatível e capacidade técnica para o melhor e mais adequado atendimento aos clientes e usuários, sendo que, nos termos da regulamentação, o Ouvidor não poderá desempenhar outra função na Companhia, exceto a de diretor responsável pela Ouvidoria.

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 36

A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal, bem como os deveres e responsabilidades de seus conselheiros, atenderão às disposições legais pertinentes.

ARTIGO 37

Na oportunidade de instalação do Conselho Fiscal a Assembleia Geral disporá sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal e sobre a fixação de sua remuneração.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS

ARTIGO 38

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro, tendo a duração de 1 (um) ano.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em 30 de junho e 31 de dezembro serão elaborados, observadas as regras contábeis aplicáveis e com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do





resultado do exercício; (iv) a demonstração dos fluxos de caixa; e (v) a demonstração do valor adicionado.

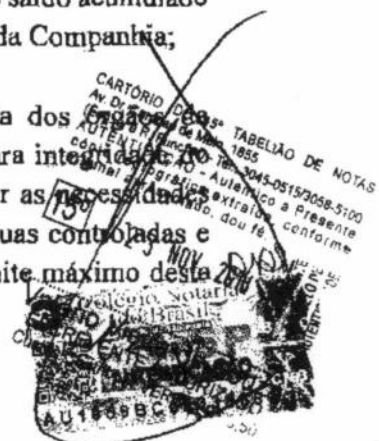
ARTIGO 39

Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

ARTIGO 40

Após as deduções contempladas no artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios;
- c) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;
- d) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;
- e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (d) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia;
- f) a parcela remanescente do lucro líquido poderá ser, por proposta dos órgãos da administração, total ou parcialmente destinada à constituição de reserva para integridade do patrimônio líquido. Tal reserva tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia e suas controladas e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O limite máximo desta reserva





reserva será de até 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva somado aos saldos das demais reservas de lucros (excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais), não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social; e

g) a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar parcela dos lucros para constituição de reservas ou retenções previstas na lei ou neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O dividendo obrigatório previsto na alínea (b) deste artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Conforme deliberação da Assembleia Geral, o valor dos juros, quando pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – É facultado ao Conselho de Administração, conforme as normas gerais que definir, atribuir participação aos membros da Diretoria nos lucros da Companhia de até 10% (dez por cento) do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, observadas as limitações previstas na Lei das S.A.

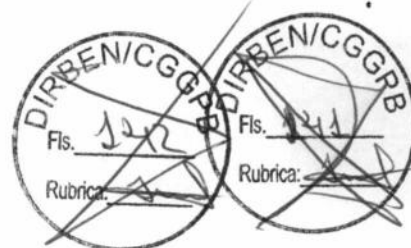
PARÁGRAFO QUARTO – A participação aos administradores de que trata o parágrafo anterior constituirá antecipação do direito previsto pelo art. 7º, XI da Constituição da República, com cuja regulamentação a ele se ajustará.

ARTIGO 41

A Companhia, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Companhia poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, respeitado o limite legal.





PARÁGRAFO SEGUNDO – O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249/92, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração é facultada neste artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.



PARÁGRAFO TERCEIRO – Os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII

ALIENAÇÃO DE CONTROLE

ARTIGO 42

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

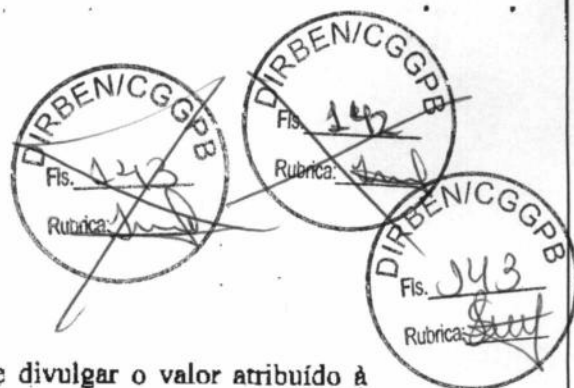
PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para os fins deste artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A obrigação prevista no *caput* se aplica à alienação de controle por uma única operação ou por operações sucessivas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A oferta pública de aquisição de ações deve observar as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e neste Estatuto Social.

PARÁGRAFO QUARTO – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia estará sujeita, ainda, à prévia aprovação do Bacen, nos termos da regulamentação aplicável.





ARTIGO 43

Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

CAPÍTULO IX

ARBITRAGEM

ARTIGO 44

A Companhia, seus acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 1, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Nível 1.

CAPÍTULO X

DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO

ARTIGO 45

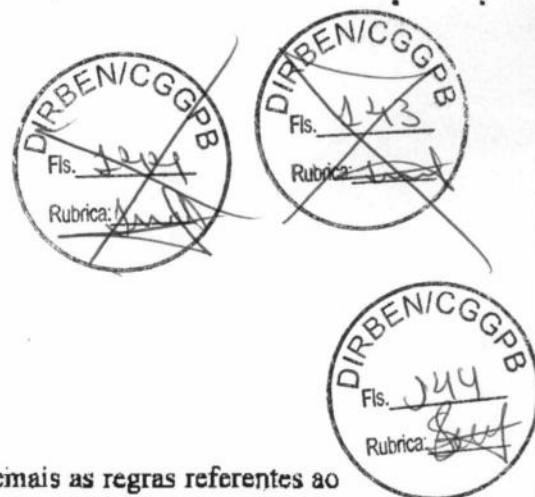
A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

pref



201



CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 46

As disposições contidas nos Capítulos VIII e IX, bem como as demais as regras referentes ao Regulamento do Nível 1 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

São Paulo, 18 de outubro de 2018.

Rogério F. M. M. M.
BANCO BMG S.A.





BANCO BMG S.A.

CNPJ/MF Nº 61.186.680/0001-74

NIRE: 3530046248-3

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2018.

01 - DATA, HORA E LOCAL: Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às onze horas, na sede da Companhia situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

02 - CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Em atendimento à convocação realizada pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, estiveram presentes, além do Presidente, os Conselheiros Ângela Annes Guimarães, Regina Annes Guimarães, João Annes Guimarães, Roberto Faldini, Olga Stankevicius Colpo, Flávio Pentagna Guimarães Neto, José Eduardo Gouveia Dominicale.

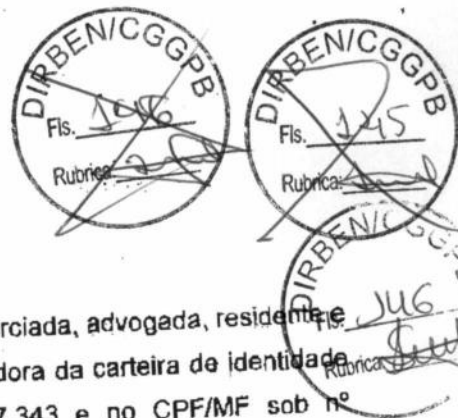
03 - COMPOSIÇÃO DA MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Bernard Camille Paul Menciaer, Presidente do Conselho de Administração e secretariados pela Sra. Deise Peixoto Domingues.

04 - ORDEM DO DIA: Deliberar sobre eleição de novos membros para composição da Diretoria.

05 - DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o que segue: (I) Eleger para compor a Diretoria, para o cargo de Diretor sem designação específica: Sra. **AMANDA ITUASSU ARAUJO**, brasileira, casada, jornalista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG8765475, SSP/MG e inscrita no CPF/MF 027.936.436-98; **FELICE ITALO NAPOLITANO**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº 9.374.260-5, SSP/SP e inscrito no CPF/MF 113.930.868-88; **GUILHERME VIEIRA NEVES**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG 17.690.111-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF 000.000.000-00.

1/3

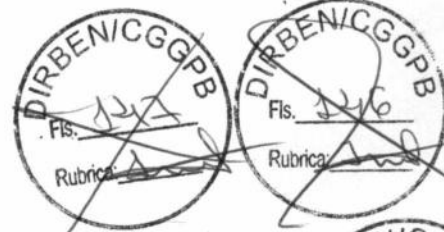




181.376.198-10; e **LUCIANA BUCHMANN FREIRE**, brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da carteira de identidade RG nº 16.837.826-7 SSP/SP, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343 e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar; Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e com prazo de mandato até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2021. Os eleitos acima nomeados e qualificados declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade e declararam, ainda, que preenchem as condições constantes do artigo 2º do Regulamento Anexo II à Resolução no. 4.122, de 2 de agosto de 2012, do Conselho Monetário Nacional, editada pelo Banco Central do Brasil, conforme declaração arquivada na sede da Companhia. Os Diretores ora eleitos tomarão posse em seus cargos, somente após a homologação da presente eleição pelo Banco Central do Brasil, mediante a assinatura dos termos de posse em livro próprio. (II) Em razão da eleição dos Diretores acima mencionados, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: I – **DIRETOR EXECUTIVO GERAL: MARCO ANTONIO ANTUNES**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade nº 7.669.530, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 002.975.098-96; II – **DIRETORES EXECUTIVOS: EDUARDO MAZON**, brasileiro, casado, bacharel em ciência da computação, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da carteira de identidade nº 20775312, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 275.484.158-00; **ÂNGELA ANNES GUIMARÃES**, brasileira, divorciada, socióloga, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 375.156.836-00, portadora da Carteira de Identidade RG nº M-1.414.160 - SSP/MG; III- **DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA: FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.414.160 - SSP/MG.

2/3



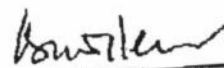



expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.934.666-90; **AMANDA ITUASSU ARAUJO**, brasileira, casada, jornalista, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade RG nº MG8765475, SSP/MG e inscrita no CPF/MF 027.936.436-96; **FELICE ITALO NAPOLITANO**, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade RG nº RG. 9.374.260-5, SSP/SP e inscrito no CPF/MF 113.930.868-88; **GUILHERME VIEIRA NEVES**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG 17.690.111-5-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 181.376.198-10; e **LUCIANA BUCHMANN FREIRE**, brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita na OAB/SP sob nº 107.343, portadora da cédula de identidade RG 16.837.826-7/SSP/SP e no CPF/MF sob nº 149.211.868-04, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 101, Parte, Bloco 01, Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar, Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar; Sala 131, Bloco 01, 13º andar; Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e com prazo de mandato até a Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2021.

06 - APROVAÇÃO: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade sem qualquer ressalva ou restrição.

07 - LAVRATURA DA ATA: Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário.

08 - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, que foi lida e aprovada pelos Conselheiros. São Paulo, 16 de outubro de 2018. Bernard Camille Paul Menciaer, Ângela Annes Guimarães, Regina Annes Guimarães, João Annes Guimarães, Roberto Faldini, Olga Stankevicius Colpo, Flávio Pentagna Guimarães Neto, José Eduardo Gouveia Dominicale.


BERNARD CAMILLE PAUL MENCIAER
Presidente da Mesa


DEISE PEIXOTO DOMINGOS
Secretária da Mesa





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35000.000290/2019-94.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 04/11/2021, às 19:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5439882** e o código CRC **D8AB5915**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.000290/2019-94

SEI nº 5439882